

Joel Haroldo Baade
Levi Hülse
Adelcio Machado dos Santos
Rosana Claudio Silva Ogoshi
(Organizadores)

Inter_ disciplina_ ridade

e os desafios ao
desenvolvimento

Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Sociedade

EDITORA
Uniarp
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

 **PPGDS**
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Sociedade

Interdisciplinaridade e os desafios ao desenvolvimento

ISBN 978-85-54118-39-6

Reitor

Prof. Dr. Anderson Antônio Mattos
Martins

Vice-Reitor Acadêmico e Vice-Reitor de Administração e Planejamento

Prof. Dr. Jolmar Luis Hawerroth

Pró-Reitor do Campus de Fraiburgo

Me. Almir Granemann dos Reis

Secretária Geral

Suzana Alves de Moraes Franco

Secretária Acadêmica

Marissol Aparecida Zamboni

Conselho Curador

Alcir Irineu Bazanella
Carmen Lucia T Fabiani
Alceu Zardo
Claudinei Bertotto
Davi Pulkow
Fernando C. Granemann Driessen
Gilberto Seleme
Henrique Luiz Basso
Ilton Paschoal Rotta
José Carlos Tombini
José Gavioli
Leonir Antonio Tesser
Marlene Luhrs
Mauricio Busato
Moacir José Salamon
Neoberto Geraldo Balestrin
Nereu Baú
Salen B. H. Elmessane
Saulo Sperotto
Telmo Francisco da Silva
Victor Mandelli
Vitor Hugo Balvedi
Vitor Hugo Mombelli

Conselho Fiscal

Elias Colpini
Ivano João Bortolini
Luiz Henrique Grando Padilha
Mauricio Carlos Grando
Reni Antonio Caramori
Terezinha Nunes Garcia

Capa e Diagramação

Agecom

Conselho Editorial da Editora UNIARP

(Ediuniarp)

Editor-Chefe: Prof. Dr. Levi Hülse

Membros

Dr. Adelcio Machado dos Santos
Dr. Anderson Antônio Mattos Martins -
UNIARP
Dr. André Trevisan - UNIARP
Dra. Cristina Keiko Yamaguchi - UNIARP
Dra. Ivanete Schneider Hahn - UNIARP
Dra. Rosana Claudio Silva Ogoshi -
UNIARP
Dr. Joel Haroldo Baade - UNIARP
Dra. Marlene Zwierewicz - UNIARP
Dr. Ricelli Endrigo Ruppel da Rocha -
UNIARP
Dr. Saturnino de la Torre - Universidad
de Barcelona - ES
Dra. Maria Antònia Pujol Maura -
Universidad de Barcelona - ES
Dr. Juan Miguel González Velasco -
Universidad Mayor de San Andres - BO

Revisão

Ana Paula Carneiro Canalle

Catálogo Fonte, elaborada pela Bibliotecária: Célia De Marco / CRB14-692 da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP – Caçador – SC.

Interdisciplinaridade: e os desafios ao desenvolvimento. Organizadores: Joel Haroldo Baade; Levi Hulse; Adelcio Machado dos Santos; Rosana Claudio Silva Ogoshi. Caçador: EdUniarp, 2019.

142p.

1 Interdisciplinaridade. I. Baade, Joel. II. Hulse, Levi. III. Santos, Adelcio Machado dos. IV. Ogoshi, Rosana Claudio Silva.

CDD: 370

ISBN 978-85-54118-39-6

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
A INTERDISCIPLINARIDADE E A ADVOCACIA.....	7
Caroline Neris Bridi, Thiara Zen, Levi Hulse	
O DIREITO E A INTERDISCIPLINARIDADE PARA A SOLUÇÃO DOS CONFLITOS SOCIAIS ...	17
Aldair Marcondes, José Luiz Gonçalves da Silveira	
A REINserÇÃO DO APENADO NO MERCADO DE TRABALHO PELO AUXÍLIO DE UMA EQUIPE INTERDISCIPLINAR	27
César Augusto Morais Júnior, Levi Hülse	
ARTE E CIÊNCIA DO CUIDAR: A CIÊNCIA DE QUEM CUIDA	35
Sarah C. C. Massoco, Lorete A. Braun, André Trevisan, Claudriana Locatelli	
HISTÓRIA DA MEDICINA	50
Fábio Herget Pitanga, Luiz Fernando Garcia Jeronymo, Ricielli Endrigo Rupel da Rocha	
A EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: CONTEXTUALIZANDO A HISTÓRIA E PROSPECTANDO O FUTURO NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR	62
Rafael Antônio Bianchi, Regina Terezinha Borini Santos, Ricelli Endrigo Ruppel Rocha	
PSICOLOGIA: HISTÓRIA E SUA INTERDISCIPLINARIDADE	72
Madaline Ficagna Roveda, Juliângela Mariane Schröeder Ribeiro dos Santos, Rosana Claudio Silva Ogoshi, Joel Haroldo Baade	
PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR NO ENSINO DA LÍNGUA ESTRANGEIRA	81
Marcos Aurélio Ariatti, Inês Maria Gugel Dummel, José Luiz Gonçalves da Silveira, Joel Haroldo Baade	
GESTÃO DEMOCRÁTICA NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR	92
Daniel José Tenconi, Roberto Marton, Cristina Keiko Yamaguchi	

GESTÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC.....	105
Gilberto Medeiros Borges Junior, Bruna Polsin Guimarães, Cristina Keiko Yamaguchi	
ADMINISTRAÇÃO X JORNALISMO: UM CAMINHO LIGADO PELO MARKETING	118
Gislaine Cristina Borini, Verediane Sander, Rosana Claudio Silva Ogoshi	
REFLEXÕES SOBRE A INTERDISCIPLINARIDADE E OS DESAFIOS DA ENGENHARIA	129
Frederico de Oliveira Santos, Lahis Godoy Hoffmann, Weligton Lucas Baschera, Ivanete Schneider Hahn	
INTERDISCIPLINARIDADE NO SISTEMA CARCERÁRIO.....	140
Marcos Fávero, Jean Carlos Kuss, Levi Hülse, Adelcio Machado dos Santos	

APRESENTAÇÃO

Pensar o desenvolvimento constitui-se em empreendimento de grande complexidade. Por um lado, o próprio conceito não possui aceção única. Pode-se começar perguntando: afinal, de que desenvolvimento se pretende falar? Os discursos sobre sustentabilidade têm procurado dar norte a tal concepção, mas mesmo essa noção não é estática, pois, junto à compreensão clássica da sustentabilidade, norteada pelos eixos econômico, ambiental e social, incorporaram-se as dimensões territorial e cultural.

Por outro lado, desenvolvimento é desafio que se coloca frente às diferentes áreas do conhecimento que se desenvolveram ao longo da história da ciência. Aqui, por seu turno, impõe-se outro desafio: a limitação dessas áreas devido à excessiva especilização. Pensar em desenvolvimento em alguma área específica, portanto, leva necessariamente ao reconhecimento de que se precisa recorrer às outras áreas a fim de dar conta da complexidade inerente à sociedade contemporânea. Emerge, desse modo, o desafio interdisciplinar, não como nova área de conhecimento, mas sim como novo modo de operar a ciência já consolidada. Interdisciplinaridade é um modo de fazer a ciência e não uma ciência em si; o desafio é pensar interdisciplinarmente. Nesse sentido, pensar o desenvolvimento é essencialmente um trabalho interdisciplinar.

Nesses termos, a proposta da presente obra é pensar o desafio do desenvolvimento à luz da corrente interdisciplinar das ciências em diferentes área de conhecimento. A problemática é imperativo no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS) da Univesidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), especialmente trazida à baila na disciplina de Desenvolvimento e Interdisciplinaridade, que constitui um dos eixos norteadores do programa.

Como resultados das reflexões empreendidas por docentes e discentes na referida disciplina durante o primeiro semestre letivo de 2019, traz-se à lume 12 textos, que refletem sobre o desafio interdisciplinar imposto às diferentes áreas do conhecimento, as quais, na ocasião, estavam representadas através dos discentes e dos docentes.

Os primeiros três textos abordam desafios que se impõe ao campo do direito, partindo do exercício da advocacia em si, a problemática da resolução de conflitos sociais e a reinserção de apenados na sociedade. Depois, adentra-se ao campo da saúde, iniciando pela abordagem do cuidado humano, inerente a esse campo. Seguem-se reflexões e análises em torno da medicina, educação física e psicologia. Em seguida, apresenta-se uma abordagem no âmbito da educação, especificamente do ensino de língua estrangeira. Depois, há três textos que dialogam no campo da gestão, desde o desafio da gestão democrática, passando pela gestão no contexto rural e a perspectiva do marketing, como elo entre a administração e o jornalismo. Não, por último, aborda-se o desafio interdisciplinar no campo da engenharia.

Essas reflexões trazem como pano de fundo a questão do desenvolvimento, compreendido como problema complexo com vistas à construção de uma sociedade mais humana e solidária em que todos os sujeitos tenham, efetivamente, as condições de desenvolverem todas as suas potencialidades.

Caçador, 03 de dezembro de 2019

Joel Haroldo Baade

Levi Hülse

Adelcio Machado dos Santos

Rosana Claudio Silva Ogoshi

(Organizadores)

A INTERDISCIPLINARIDADE E A ADVOCACIA

Caroline Neris Bridi¹

Thiara Zen²

Levi Hulse³

INTRODUÇÃO

Um país multiculturalista como o Brasil, nas últimas décadas em que movimentos sociais ganharam força para aqueles enquadrados em minorias sociais ou ainda socialmente excluídos, demonstra uma nova era de direitos. Consubstanciado nessa nova realidade, ao operador jurídico cabe compreender esse movimento e atuar para que ninguém fique sem seu direito resguardado, respaldo esse trazido nas linhas da Constituição Federal sob o prisma do direito fundamental da igualdade e da dignidade da pessoa humana.

Em caráter primordial, traz-se, no presente trabalho, o papel do advogado, constitucionalmente estabelecido como administrador da justiça,

¹ Mestranda da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, do curso de Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Sociedade, na linha de pesquisa em Sociedade, Cidadania e Segurança Pública. Bacharel em Direito pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Advogada e professora universitária do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: caroline.neris@uniarp.edu.br.

² Mestranda em Desenvolvimento e Sociedade; linha de pesquisa Sociedade, Cidadania e Segurança Pública (2019). Bacharel em direito pela Universidade do Contestado. Docente de Ensino Superior na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Campus Caçador. E-mail: thiara@uniarp.edu.br.

³ Doutor pela Universidade Alto Vale do Itajaí. Advogado e Docente no Ensino Superior na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. E-mail: levi@uniarp.edu.br.

como garantidor do acesso a ela, relendo sua prática profissional, entretanto, em conhecimento complexo, amplo, gerando ligação entre o Direito e a realidade social necessária.

Nessa ótica, visualiza-se que a interdisciplinaridade que se faz necessária nos bancos universitários, precisa se estender à prática da advocacia, fortalecendo a área de conhecimento em ciências sociais aplicadas, conforme regulamentação do extinto Ministério da Educação, por recomendação da CAPES, que o operador jurídico integrará diversas culturas, meios e ramos, visto fazer-se necessário mesclar conhecimentos, atingindo o fim de garantir direitos.

Para o presente trabalho, utiliza-se o método indutivo quando se traz à baila a análise do exercício profissional da advocacia, da necessidade de aproximação da prática, com maior efetividade, no exercício jurisdicional à realidade social, conectado por meio da interdisciplinaridade como forma de suprir demandas e preencher lacunas.

ADVOCACIA

O vocábulo advogado deriva da expressão latina *“ad vocatus”*, cuja *tradução literal* é “o que foi chamado”. No Direito Romano, designava o terceiro que o litigante chamava perante o Juízo para falar defender seus interesses (OLIVEIRA, 2008).

A advocacia sempre se destacou pela atuação polêmica voltada à sua liberdade e à sua autonomia, sendo ainda uma das mais antigas profissões na história da humanidade (OLIVEIRA, 2008).

Em que pese aos primeiros registros históricos mencionarem Moisés quando defendeu seu povo no Êxodo, e Jesus ao impedir que Maria Madalena fosse apedrejada, utilizando-se da Lei Mosaica, como sendo os primeiros advogados da história, pesquisadores acreditam que a advocacia teve início, muito provavelmente, na Suméria, três milênios antes de Cristo (DRUMMOND, 2015).

No entanto, é em Atenas, na Grécia, que surgem os grandes oradores como Demóstenes, Péricles, Isócrates, Aristides, Temístocles, entre outros, considerados grandes advogados por sua persuasão e sua retórica. Destarte, é em Roma que surgiu formalmente a representação processual com o patrocínio de ações de um terceiro em nome de outro (DRUMMOND, 2015).

Já a exigência de que todo o advogado fosse registrado para que então, pudesse atuar, deu-se com o Imperador Justiniano, que governava o então Império Bizantino, e instituiu a primeira Ordem dos Advogados do mundo, que, para conceder o registro, determinou o preenchimento de alguns requisitos:

Fora na Roma Antiga, com o Imperador Justiniano, imperador do então Império Bizantino, que foi constituída a primeira Ordem de Advogados no Império Romano do Oriente, exigindo de todo Advogado um registro no foro, com os seguintes requisitos: ter aprovação em exame de jurisprudência; ter boa reputação; não ter mancha de infâmia; comprometer-se a defender quem o Pretor em caso de necessidade designasse; advogar sem falsidade; não pactuar *quota litis* e jamais abandonar a defesa, uma vez aceita. Por todo exposto, sustento que a origem da Advocacia como profissão verificou-se no Antigo Império Romano, portanto (OLIVEIRA, 2008).

No Brasil, com a Proclamação da Independência e o surgimento da primeira Constituição Brasileira (1824), Dom Pedro I ansiava que o país possuísse suas próprias leis. Para tanto, faziam-se necessárias pessoas que pudessem executá-las. Foi então que, em 11 de agosto de 1927, criou os dois primeiros cursos de Direito do país, um em Olinda, no Mosteiro de São Bento, e outro em São Paulo (DRUMMOND, 2015).

No auge da Era Vargas, logo após a Revolução de 1930, surgiu a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, entidade que representa os advogados, e que iniciou, naquela época, sua guerra contra a impunidade ainda no Estado Novo (DRUMMOND, 2015).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 lançou a relevante preocupação com os direitos sociais dos cidadãos, delineando uma série de dispositivos que garantem aos brasileiros condições para uma vida digna, com acesso à Justiça, à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho,

à moradia, ao lazer, à previdência social e à proteção à infância (COSTA, 2013).

A Carta Magna traz o artigo 133, que estipula que “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Dessa feita, determinou a indispensabilidade do advogado por cumprir função essencial à concretização da Justiça, dentro dos fundamentos constitucionais do direito de defesa, do contraditório e do devido processo legal (COSTA, 2013).

Reconhece ainda que o exercício da advocacia é fundamental para a prestação jurisdicional, uma vez que é o advogado o detentor da capacidade postulatória. É essencial também na formação do Poder Judiciário, contribuindo para a garantia da preservação do Estado democrático de Direito. Atua, de forma independente e autônoma, em relação aos membros do Judiciário (COSTA, 2013).

A função social traduz o importante papel desempenhado pelo advogado dentro da sociedade. Da mesma forma que na Constituição Federal, o Estatuto da OAB consagra a advocacia como função essencial à justiça, conferindo *status* de atividade essencial para a boa administração do judiciário (PORTO, 2008).

Destarte, de acordo com a Lei 8906/94, são atividades privativas da advocacia:

Art. 1º São atividades privativas de advocacia:

I - a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais; (Vide ADIN 1.127-8)

II - as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas.

Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.

§ 1º No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

§ 2º No processo judicial, o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.

§ 3º No exercício da profissão, o advogado é inviolável por seus atos e

manifestações, nos limites desta lei.

Art. 3º O exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) (LEI 8906/94).

Frise-se, por fim, o princípio da imprescindibilidade do advogado, expresso na Constituição Federal em seu artigo 133, na Lei nº 8.906/94, artigo 2º *caput*, assim como no Código de Ética e disciplina, artigo 2º, instituído pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Vislumbra-se, então, que a presença do advogado na sociedade é fator inequívoco de observância e de respeito às liberdades públicas e aos direitos constitucionalmente assegurados aos cidadãos (PORTO, 2008).

A ADVOCACIA E A INTERDISCIPLINARIDADE

Inicialmente, com a concepção de que todo ser é um ente individual que vive em sociedade, portanto, também ente social, envolve-se, diuturnamente em diferentes relações, culturas, gêneros sociais. No desenvolvimento profissional, inclusive para aquelas áreas sociais aplicadas, como é o caso do Direito, fica ainda mais latente essa interação.

Outrossim, há uma frequente necessidade do operador jurídico, neste enfoque, o advogado, em se inter-relacionar com várias áreas devido a essa diversidade. Dessa forma, imperioso é o conhecimento interdisciplinar, ou seja, utilizar a técnica jurídica sem abdicar de outras ciências para amparo efetivo das suas lides.

Nesse norte, pode-se caracterizar a interdisciplinaridade da seguinte forma:

A interdisciplinaridade enquanto teoria geral do conhecimento humano tem seu enfoque teórico-metodológico formalizado a partir da segunda metade do século XX, como uma alternativa de superação, sobretudo na Educação e nas Ciências Humanas, da fragmentação do conhecimento e da hiperespecialização, características herdadas do Positivismo (GOIZ; SANTOS, 2017, p.243).

A postura interdisciplinar do advogado é necessária, pois esse está envolto do conflito e da contradição no seu cotidiano laboral, que, para melhor resolução dos problemas que lhe são confiados, há a necessidade de sair da disciplinaridade que lhe é particular, aproveitando as contribuições das áreas de ensino à medida em que os problemas assim o solicitarem. Trabalhar interdisciplinarmente é buscar a superação dessa visão fragmentada e linear da produção de conhecimento, possibilitando a articulação contextualizada desse conhecimento que se encontra disciplinarizado (FEISTEL; MAESTRELLI, 2009, p. 5).

Insta ressaltar que a interdisciplinaridade não é uma forma de conhecimento conglomerado a outras disciplinas, mas sim conhecimento complexo, aberto, mutável, pois nenhuma disciplina estará acima da outra, pelo contrário, haverá conhecimento cíclico, dialógico do objeto de estudo (MORIN, 2005).

Segundo Japiassu (1976), a interdisciplinaridade pode ser identificada através da intensidade dos câmbios entre os especialistas e pela integração das disciplinas em atendimento a um mesmo projeto, o que pactua com a ideia de construção sobre o objeto, porém, sem a hierarquia de saberes.

É costumeiro do profissional do Direito que a ciência jurídica seja isolada das outras ciências, ficando restrita ao campo do estudo das regras. Todavia, esse entendimento vem sendo questionado uma vez que não se pode interpretar uma regra dissociada do seu contexto sociocultural.

Consubstanciado na necessidade sociocultural, as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Direito, conhecidas como Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004, já instituiu no seu art. 2º, §1º, IV, a interdisciplinaridade como elemento estrutural. Outrossim, no seu artigo 3º, visualiza-se a postura interdisciplinar. Veja-se:

Art. 3º. O curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida, formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e

do desenvolvimento da cidadania

Aliás, o Direito tem enfrentado o fenômeno da emergência dos chamados “Direitos de nova geração” (movimentos sociais, exemplo: como o das minorias étnicas e culturais, dos homossexuais, dos movimentos ecológicos), exigindo, por parte dos operadores da ciência jurídica, principalmente ao advogado, administrador da Justiça, ampla reflexão sobre esses Direitos, de perspectivas claramente interdisciplinares (MOSSINI, 2010).

Dessa forma, assume que o Direito não pode ser visto apenas como a norma positivada, desvinculada da realidade, nem somente como o conjunto de valores seguidos socialmente. Os movimentos sociais têm sua origem social e histórica de modo que o operador jurídico não pode se desvincular dos fatores que foram essenciais para chegarem à realidade atual da proliferação do pluralismo jurídico (RIBAS, 2017).

O futuro do advogado está na capacidade de tecnicamente a profissão e, ao mesmo tempo, exercitar a cidadania, colocar-se a serviço de interesses do seu cliente, da sociedade, exercê-lo na forma ética-política, afastando as ideologias puramente econômicas, que ao mesmo tempo são socialmente excludentes (MOSSINI, 2010), assegurando, no exercício da profissão, os preceitos fundamentais da Carta Magna, com enfoque na dignidade da pessoa humana, lendo, por meio da interdisciplinaridade, a melhor forma de atuar em uma lide.

Por fim, nas palavras do Ministro Luis Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, no VII Congresso Brasileiro de Sociedade de Advogados: *“O Advogado do futuro não é aquele que e propõe uma boa demanda, mas aquele que a evita”*. (VEIGA, 2018). Salienta-se mais: o bom advogado é aquele que aproxima o direito da realidade social, não aquele que o exclui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança de postura profissional ao advogado é a conclusão que se tem ao término deste trabalho. Ao advogado, que é indispensável à administração da justiça, também, por ser aquele que submete as demandas à apreciação do poder Judiciário, tem o poder da argumentação e de convencimento, cabe-lhe a renovação do seu exercício profissional adotando medidas interdisciplinares frente às novas vertentes ditas como novos direitos, e até mesmo para que o poder judiciário não seja inflado de demandas exíguas.

O conhecimento complexo, amplo, abrangente, dito, então, interdisciplinar, faz-se necessário para que o direito, como forma de garantias constitucionais e até mesmo pura e simplesmente positivista (tanto disciplinar), esteja apto a alcançar aquele ao qual a legislação *à prima facie* não alcança, solucionando conflitos individuais, mas extremamente sociais.

O exercício da advocacia deve sair da esfera unicamente econômica, jurisdicionalizada (por que não?), para a resolução de conflitos reais, sociais, que necessitam de um domínio interdisciplinar, quando não transdisciplinar, para exercício efetivo da denominação constitucional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8906.htm.

Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. **Direito Constitucional.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09_04.pdf>. Acesso em 24 jul. 2019.

COSTA, Marcos Da. **O artigo 133 da Constituição dignificou a advocacia: subtítulo do artigo. 2013.** Disponível em:

<<https://www.conjur.com.br/2013-fev-13/marcos-costa-artigo-133-constituicao-dignificou-advocacia>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

DRUMMOND, Marcílio Guedes. **Dia do Advogado (11 de agosto).** Breve história da Advocacia. 2015. Disponível em:

<<https://marciliodrummond.jusbrasil.com.br/artigos/218337057/dia-do-advogado-11-de-agosto-breve-historia-da-advocacia>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

GOIZ, Juliana de Almeida. SANTOS, Rosineia Oliveira dos. Produção do conhecimento interdisciplinar: reflexões em âmbito educacional. Saberes: **Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, n. 15, 8 jul. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/11089>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

FEISTEL, Roseli Adriana Blumke. MAESTRELLI, Sylvia Regina Pedrosa. Interdisciplinaridade na formação de professores de ciências naturais e matemática: algumas reflexões. VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. **ALEXANDRIA, Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v.5, n.1, p.155-176, maio 2012 ISSN: 21766940. Disponível em: <<http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viienepec/pdfs/960.pdf>> Florianópolis, 2009. Acesso em: 24 jul. 2019.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e a patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** 8.ed. - Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

MOSSINI, Daniela Emmerich de Souza. **Ensino Jurídico: história, currículo e interdisciplinaridade**. Disponível em:

<<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/9534/1/Daniela%20Emmerich%20de%20Souza%20Mossini.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

PORTO, Éderson Garin. **A função social do advogado**. 2008. Disponível em:

<<https://jus.com.br/artigos/11634/a-funcao-social-do-advogado>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

RIBAS, Caroline Leal. Interdisciplinaridade e direito: os novos desafios da esfera jurídica. **Revista Âmbito Jurídico** (on-line), n. 63, 2017. Disponível em:

<<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-164/interdisciplinaridade-e-direito-os-novos-desafios-da-esfera-juridica/>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

VEIGA, Hélio Mendes. **Advocacia Colaborativa - Interdisciplinaridade na solução de conflitos**. Disponível em: >

<<https://ibijus.jusbrasil.com.br/artigos/604903031/advocacia-colaborativa-interdisciplinaridade-na-solucao-de-conflitos>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

O DIREITO E A INTERDISCIPLINARIDADE PARA A SOLUÇÃO DOS CONFLITOS SOCIAIS

Aldair Marcondes¹

José Luiz Gonçalves da Silveira²

INTRODUÇÃO

Em que pese às diversas teorias evolucionistas, sem se ater ou pretender discutir qualquer uma que busque justificar a origem e/ou existência do homem, seja através de um criacionismo conservador baseado no Livro de Gênesis (Bíblia Sagrada), seja num criacionismo evolucionário ou na teoria do *Big Bang*, bem como na teoria do evolucionismo, o fato é que a criatura se multiplicou e assim cresceram os problemas oriundos da convivência social.

Essa reflexão introdutória foi apenas para trazer à luz aquilo que será explanado neste trabalho, pois sendo o homem um ser cheio de características e de distinções frente aos seus semelhantes, quando reunidos

¹ Especialista em Direito Penal e Processual Penal (UNOESC); especialista em Meio ambiente, gestão e segurança de trânsito (Estácio de Sá – SC); bacharel em Direito e em Ciências Contábeis (UNOESC); aluno do programa de doutorado em Direito Penal (Universidade de Buenos Aires – Argentina); mestrando em Desenvolvimento e Sociedade (UNIARP). E-mail: aldair.marcondes@hotmail.com.

² Pós-Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento - UFSC (2008); Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2004); Pós-doutorando em Administração - PPGA/UNIVALI; Pós-doutorando em Direito PPGD/UFSC. Professor no programa de mestrado acadêmico em Desenvolvimento e Sociedade na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: cienciaspoliciais.pmsc@gmail.com.

num mesmo espaço físico ou geográfico, surgem conflitos de interesses cada vez mais intensos e, para tentar equalizá-los, aparece aquilo que se denomina Direito, uma ciência universal dotada de regras locais dentro da soberania de cada nação.

Assim, mesmo que sejam considerados apenas os dois elementos apontados – população e regras –, já será possível vislumbrar uma certa dificuldade (crescente) na resolução de eventuais conflitos; afinal, são muitas as complexidades e os interesses a serem satisfeitos e, portanto, surge o Direito enquanto ciência social, que apresenta uma complexidade incremental e evolutiva, a ponto de necessitar do apoio de outras disciplinas para entender, construir e aplicar o seu ideal de normas para uma convivência harmônica.

Dessa forma, tendo-se por base a compreensão acerca do Direito, principalmente aquela que mais se aproxima das concepções populares, como o fato de dizer ser ele (o Direito) aquilo que a sociedade compreende como “correto” para a sua coletividade, serão somadas outras definições e considerada a evolução da sociedade com suas complexidades de modo a evidenciar o necessário subsídio à interdisciplinaridade, a exemplo da filosofia, sociologia, antropologia, dentre outras, para aproximar-se de um ideal de vivência humana coletiva.

A NECESSIDADE DE SUPORTE INTERDISCIPLINAR NA ANÁLISE DO DIREITO

O Direito é uma ciência bastante complexa, pois tem como objeto a regulação do viver humano, um ser chamado homem e rotulado pelo filósofo Aristóteles (1997) como sendo “animal cívico”, pois possui uma característica nata de viver junto a outros da mesma espécie e assim o faz como uma forma de mais facilmente sobrepujar eventuais obstáculos que dificultariam e/ou até inviabilizariam sua sobrevivência. Para melhor compreender isso, basta imaginar a capacidade de independência que uma criança recém-nascida

tem em relação a outro animal nas mesmas condições; enfim, a questão do Direito aparece exatamente porque, diferente dos demais animais gregários, o homem fala, expressa o que sente, sabe diferenciar o bem do mal, o justo do injusto e, sobretudo, muitas vezes, vale-se dessas características pessoais para obter vantagens sobre o seu semelhante.

Assim, considerando-se as possibilidades de violações de espaços ou direitos, e com vista a uma convivência harmônica, fez-se necessária a criação de um sistema normativo estabelecedor de regras e de princípios reguladores, pois como ensina o jurista Silvio Rodrigues (1998), “não se pode conceber a vida social sem se pressupor a existência de um certo número de normas reguladoras das relações entre os homens, por estes mesmos julgadas obrigatórias”. Em outras palavras, enquanto o homem vivia isolado, sozinho, não se fazia necessária a existência de regras, mas a partir do momento em que passou a viver junto a outros, surgiu a necessidade de se estabelecerem normas sociais, dizendo o que pertence a cada um dos “associados”. Para auxiliar nessa linha de pensamento, ainda, é possível socorrer-se à fala do professor Ricardo Rabinovich-Berkman (2016) quando diz: *“parece que sin los otros no podemos ser, y que sin ellos no tienen sentido nuestros derechos. Los derechos de uno no terminan donde empiezan los de outro, sino que la presencia del outro justifica y genera esos derechos”*, ou seja, por que discutir direitos se não existirem outras pessoas para conflitarem interesses?

Pois bem, se essa regulação é aquilo que se chama Direito, diante dessa verificação prévia, surge uma primeira dificuldade, ou melhor, dar uma definição precisa a esse termo, o que fica ainda mais difícil quando se tenta traduzi-lo em uma única palavra, como Lei, Ordem, Justiça, etc. Já se disse que o Direito é bastante complexo e, portanto, faz-se compreensível surgir problemas quando se busca defini-lo restritivamente, pois até mesmo ao verbete “norma” são atribuídos vários fracionamentos, como normas jurídicas, normas religiosas, normas sociais, normas morais, etc. De comum, tem-se que todas essas mencionadas normas buscam regular o viver coletivo, começando pela família e se estendendo à sociedade.

Por outro lado, se o objetivo aqui fosse trazer uma melhor compreensão sobre aquilo que representa a lei e a justiça, seria percebido

que elas não são sinônimos e que também não seria possível definir o Direito como sendo um ou outro termo. Desses, pode ser dito que a justiça exige muito mais análise para seu entendimento e sua definição; já as leis são de mais fácil compreensão e, conforme ensinamentos de Hans Kelsen (2000), representam formas de comandos e, estes são a “expressão da vontade ou desejo de um indivíduo, cujo objeto é a conduta de outro indivíduo”, mas sendo considerado uma norma “apenas quando for obrigatório para o indivíduo ao qual é dirigido”. Por sua vez, disse Santo Tomás de Aquino (2017) através da Suma Teológica que “lei é uma regra e medida dos atos, pela qual somos levados à ação ou dela impedidos, pois lei vem de ligar, porque obriga a agir”. Nesses termos, percebe-se que a lei se refere ao estabelecimento ou à imposição de um modo de comportamento a ser seguido e a justiça, apenas para ilustrar, seguindo nos ensinamentos de Santo Tomás de Aquino, na obra antes referida, enquanto virtude “é uma constante e perpétua vontade de dar a cada um o seu direito”, ou seja, praticar a justiça é dar a cada um o direito que lhe pertence, figurando aqui o direito como objeto da justiça.

Como a presente abordagem não tem o propósito de definir o Direito com precisão, mas sim apresentar uma noção acerca do que ele representa e, principalmente, deixar evidenciada uma compreensão sobre a necessidade da sua existência, traz-se à luz os ensinamentos de Miguel Reale (2006), o qual diz que ele “corresponde à exigência essencial e indeclinável de uma convivência ordenada, pois nenhuma sociedade poderia subsistir sem um mínimo de ordem, de direção e solidariedade”. Nesse sentido, tendo-se por base essa necessária convivência entre pessoas diferentes em termos de valores, princípios, sentimentos, vontades, etc., faz-se cabível a definição dada por Immanuel Kant (2001), o qual diz que o “Direito é o conjunto de condições, segundo as quais, o arbítrio de cada um pode coexistir com o arbítrio dos outros de acordo com uma lei geral de liberdade”; em outras palavras, é aquela velha máxima popular que diz: “o seu direito acaba onde começa o dos outros”.

O problema está na falha dos freios éticos e morais, pois, diante de tantas diferenças e desejos pessoais, alguns indivíduos acabam desrespeitando os teóricos limites da liberdade, fazendo-se necessária a

imposição de leis rígidas e um forte poder restaurador para o restabelecimento da ordem; afinal, como afirmou Thomas Hobbes (2012), “as leis não têm qualquer poder para protegê-los, se não houver uma espada nas mãos de um homem ou homens encarregados de fazê-las cumprir”.

Também, estando afastada a intenção de explorar questões de Direito Natural, ou mesmo de estabelecer discussões entre Direito e Moral, inclina-se aqui à visão de algo mais impositivo para o que é citado novamente Miguel Reale (2006), o qual define o Direito como sendo “lei e ordem, isto é, um conjunto de regras obrigatórias que garante a convivência social graças ao estabelecimento de limites à ação de cada um de seus membros”. Perceba-se nesse ínterim que aquelas demais normas mencionadas passam a se distinguir das jurídicas, pois apenas essas são impostas pelo Estado como modo de coação, ou seja, diante da ameaça de punição no caso de descumprimento. A isso, soma-se o que é dito por Rudolf Von Ihering (2013), ou melhor, que o “Direito é a soma das condições de existência social, no seu amplo sentido, assegurada pelo Estado através da coação”.

Para garantir o cumprimento dessas normas heterônomas, ou seja, obrigatórias, independentemente, da vontade daqueles que não concordam, o Direito pátrio se socorre a regras milenares quase que “abusivas” e que foram absorvidas pela *Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro* (LINDB), a qual, em seu artigo 3º, estabelece que “ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece”, mas diga-se: é humanamente impossível conhecer todas as Leis brasileiras; logo, como escusar-se?

Voltando à temática, o Direito é uma ciência social que tem por objetivo a promoção de uma convivência social harmônica e, para sua melhor compreensão, faz-se necessário um conhecimento antecipado sobre o homem e a sociedade. Aí, entra a interdisciplinaridade. Dado à sua complexidade, o Direito não pode ser estudado isoladamente, ou seja, precisa do conhecimento de outras ciências que facilitem a criação, a interpretação e a sua aplicação.

Dentre essas ciências afins ou disciplinas jurídicas, pode-se citar Ciência do Direito, Filosofia do Direito, Teoria Geral do Direito, Sociologia do Direito, História do Direito, Direito Comparado, Economia, Moral, Medicina

Legal, Ciência Política, Psicologia Jurídica, e Criminologia, sendo que, esta última, ainda, vale-se de outras disciplinas para estabelecer seu conhecimento, como Antropologia Criminal, Psicologia Criminal, Sociologia Criminal, e Criminalística. Assim, para corroborar essa afirmação surge Miguel Reale (2006), que ao falar em estudo do Direito diz: “faz-se mister verificar quais as suas ligações, os seus nexos com outras ordens de conhecimento, especialmente com a Filosofia do Direito, a Teoria Geral do Direito e a Sociologia Jurídica”.

Quando se fala da definição das normas jurídicas, necessariamente se estará fazendo referência à natureza humana, pois as ditas regras variam em razão dos interesses do homem e, portanto, à mercê de várias influências como as culturais, as morais e as econômicas daquela sociedade ou grupo social a que serão dirigidas. Exatamente por conta dessas influências é que se faz necessária à análise conjunta e interdisciplinar dos fatos sociais; afinal, quando relevantes, esses são considerados fontes do Direito, cuja definição dada por Norberto Bobbio (1995) é a de que “são aqueles fatos ou atos dos quais o ordenamento jurídico faz depender a produção de normas jurídicas”. Portanto, diante de todas as variações sociais e a complexidade do ser humano, o Direito, enquanto ciência, carece do apoio de outras disciplinas para construir o seu conhecimento, ou seja, precisa se comunicar com outras ciências.

Apenas para situar o leitor, embora o Direito seja uno, o passar do tempo e a mencionada complexidade humana e social, também, fazem-no complexo, forçando-o a uma especialização cada vez maior que o fraciona nos chamados “ramos”, como Direito Constitucional, Administrativo, Tributário, Financeiro, Processual, Penal, Civil, Eleitoral, Militar, Urbanístico, Empresarial, Trabalhista, Previdenciário, Econômico, Ambiental, do Consumidor, etc.

Então, aqui se faz oportuna a perspicaz abordagem de Edgar Morin (2005), pois diferentemente daquilo que se está afirmando quanto à necessidade de o Direito ir ao encontro de outras disciplinas para se preencher, diz o autor que o desenvolvimento científico trouxe alguns traços negativos em razão do seu fracionamento e especialização, o que gerou um certo afastamento na comunicação entre as ciências.

No que tange às ciências antropológicas, diz o autor que essas acabam adquirindo vícios da especialização, pois “os conceitos molares de homem, de indivíduo, de sociedade, que perpassam várias disciplinas, são de fato triturados ou dilacerados entre elas, sem poder ser reconstituídos pelas tentativas interdisciplinares”; ou melhor, diferente dos ditos “impérios isolados entre si” promovidos pelo conhecimento científico em algumas áreas, a exemplo da Física, Biologia e Antropologia, como diz Morin, nas quais poucos esforços interdisciplinares não conseguem superar o fracionamento, no campo do Direito não se observa presente essa disputa por espaço ou conhecimento ilhado, pois, diante de tanta necessidade de suporte científico pelas antes mencionadas ciências afins, se não houvesse comunicação estreita, não existiria o próprio Direito aproximado do justo.

Então, aí sim que se mostra interessante a orientação de Morin quando suscita que, devido aos fenômenos estarem cada vez mais fragmentados e não se conseguir conceber a sua unidade, cada vez mais: “Façamos interdisciplinaridade”.

Assim, entendendo a interdisciplinaridade como a apontada por Oliveira *et al* (2011), que diz poder ser considerada como uma “troca intensa de saberes profissionais em diversos campos, exercendo, dentro de um mesmo cenário, uma ação de reciprocidade, mutualidade, que pressupõe uma atitude diferenciada diante de um determinado problema”, bem como que ela se demonstra como “superação daquela abordagem disciplinar tradicionalmente fragmentada”, pode-se concluir que o Direito caminha na direção certa para praticar o seu conhecimento de modo mais cauteloso e responsável, eis que seu laboratório é a sociedade, e seu objeto de estudo, ao qual direcionará resultados é o homem.

Final, apenas para ilustrar um fechamento, quem melhor que a psicologia jurídica para entender a mente desse ser tantas vezes indecifrável? Quem melhor que a sociologia jurídica para estudar e explicar o fenômeno jurídico como parte da vida social? Quem melhor que a filosofia jurídica para pensar com devoção nos critérios mais justos à aplicação do Direito? E, assim, poderia ser feita uma indagação a cada uma das chamadas e mencionadas ciências afins, ou ciências jurídicas, pois cada uma delas contribui à compreensão e ao desenvolvimento dessa outra grande ciência,

foco do presente trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da abordagem demonstrada, buscou-se trazer uma reflexão sobre a complexidade que é o homem e que, portanto, diante da sua junção a um número cada vez maior de outros da mesma espécie, maiores também serão as dificuldades de harmonização.

Por conta dessa multiplicidade de seres distintos, embora da mesma espécie, surge a necessidade de criação de normas que estabeleçam formas do bem viver social, muitas vezes, penalizando aqueles que ultrapassam os limites daquilo que lhe pertença ou lhe seja de direito. Essas normas compõem a ciência social denominada Direito, a qual, com a evolução da sociedade e dos conflitos sociais, vem se tornando cada vez mais complexa, carecendo especializar-se em ramos distintos, embora integrados a uma unicidade.

Por fim, tornou-se evidente que o Direito opera em plena interdisciplinaridade, o que não é questão de escolha, mas de necessidade imposta pela busca do bem comum. Assim, diferentemente de algumas ciências que se afastam ou criam barreiras de comunicação em razão das suas evoluções, o Direito caminha no sentido contrário, uma vez que busca um estreitamento na conversa com outras ciências afins ao seu propósito, isso porque um hermetismo nessa seara seria prejudicial à humanidade, pois estaria desconsiderando características essenciais do homem e da sua convivência coletiva. Portanto, há de evidenciar-se que o Direito deverá manter-se firme nessa sinergia com as outras disciplinas, pois a interdisciplinaridade é uma solução viável à prática cada vez mais justa de regras sociais.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica - Tratado da Lei e Tratado da Justiça**. Disponível em: <<https://sumateologica.files.wordpress.com/2017/04/suma-teolc3b3gi-ca.pdf>>. Acesso em 20 Jul. 2019.
- ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Maria da Gama Kury. Brasília: UnB, 1997.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 6. ed. Trad. Maria Celeste C. J. Santos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942**. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm>. Acesso em 20 Jul. 2019.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. Trad. Rosina D'Angina. São Paulo: Martin Claret, 2012.
- IHERING, Rudolf Von. **A luta pelo Direito**. 7. ed. Trad. J. Cretella Jr e Agnes Cretella. São Paulo: Revista do Tribunais, 2013.
- KANT, Emmanuel. **Crítica da razão pura**. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2001.
- KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. Trad. Luis Carlos Borges. 2000. São Paulo: Martins Fontes. 2000.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.
- OLIVEIRA, Elizabete Regina Araújo de, et al. **Interdisciplinaridade, trabalho em equipe e multiprofissionalismo: concepções dos acadêmicos de enfermagem**. Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde. 2011, v. 13, n. 4, pp.

28-34. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/RBPS/article/view/2996>>. Acesso em 15 Jul. 2019.

RABINOVICH-BERKMAN, Ricardo David. **Manual de historia del derecho**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Astrea, 2016.

REALE, Miguel. **Lições preliminares do Direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil: parte geral**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

A REINserÇÃO DO APENADO NO MERCADO DE TRABALHO PELO AUXÍLIO DE UMA EQUIPE INTERDISCIPLINAR

César Augusto Morais Júnior¹

Levi Hülse²

INTRODUÇÃO

A ressocialização, no Brasil, não ocorre como prescreve a determinação legal, resultando em uma catástrofe prisional. O presente estudo aborda os índices apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça e o Relatório de Pesquisa divulgado pelo Governo Federal sobre a reincidência no Brasil, aplicando a realidade municipal e as possíveis benesses aos apenados, caso o objetivo principal fosse cumprido pelo ente responsável pela segregação dos aprisionados, qual seja, a sua reinserção no ambiente social e a prevenção de novos delitos.

Através dos dados apresentados, reflete-se como o aprimoramento da mão de obra do apenado e o pleno emprego devem ser usados como uma ferramenta de ressocialização, ao mesmo tempo em que fomenta o desenvolvimento da comunidade regional. O reflexo positivo é simultâneo ao

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (2019) e Bacharel em Direito (2019) pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Advogado (OAB/SC 55.865). E-mail: cesar@fariasfilhoemorais.com.br.

² Doutor em Ciência Jurídica (2018) e mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Bacharel em Direito (2010) e graduado em História (2006) pela Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB. Advogado (OAB/SC 31.986). Professor na Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe. Editor da Revista Ponto de Vista Jurídico (UNIARP). E-mail: levi@uniarp.edu.br.

infrator, aos estabelecimentos da Cidade e às empresas que necessitam de mão de obra.

O escocês Angus Deaton, vencedor do Prêmio Nobel de Economia, discorreu no prefácio de sua obra *“The Great Escape”* sobre os prisioneiros que escapavam dos campos de concentração na Segunda Grande Guerra, relatando sobre o filme *“Fugindo do Inferno”*. Nos seus dizeres, o livro conta a história de como a humanidade escapou da pobreza e da morte precoce e como as pessoas conseguiram melhorar suas vidas, abrindo caminho para que outras a seguissem (DEATON, 2017).

A partir desse cenário, o título da obra — traduzida como *“A Grande Saída”* — decorre dos prisioneiros que não conseguiram fugir dos campos de concentração, sendo possível a todos a tentativa e/ou opção pela fuga, ou de lá permanecer e, por consequência, morrer.

Em que pese à obra retratar sobre os prisioneiros da Segunda Guerra Mundial em seu prefácio, a abordagem é aplicável ao sistema prisional brasileiro atual, tendo em vista uma parcela considerável dos apenados não conseguir fugir do “campo da reincidência” das infrações penais.

Desse modo, o presente estudo tem por objetivo maior analisar a ressocialização e a sua utilização como ferramenta de fomento da economia regional através do mercado de trabalho e instrumento para inibir o ex-infrator a praticar novos delitos.

REALIDADE BRASILEIRA

A população carcerária brasileira, no ano de 1938 — um ano antes de iniciar a Segunda Guerra Mundial — possuía cerca de 3.866 apenados. Em 2009, setenta e um anos depois, o aumento foi significativo, restando 321.014 prisioneiros reclusos no sistema prisional, segundo o mapeamento realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com base nos dados publicados pelo Anuário Estatístico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgado pelo Governo Federal no Relatório de Pesquisa

de 2015.

Atualmente, a República do Brasil tem cerca de 810.425 indivíduos reclusos, dos quais 336.531 estão recolhidos provisoriamente, ou seja, não há trânsito em julgado de sentença penal condenatória (havendo a possibilidade de impetração de recursos) — dados disponibilizados em 26.07.2019, através do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (CNJ, 2019).

Esses números correspondem a um percentual de 41,5% de prisioneiros reclusos no sistema prisional sem condenações definitivas.

Desse total, cerca de 340.225 prisioneiros estão cumprindo pena no regime fechado. Entretanto, ainda que alarmante os números apresentados, não é o problema central quando se trata de presidiários brasileiros.

Não bastasse o elevado número de prisioneiros reclusos, a problemática do sistema está enraizada na ressocialização do apenado, pois é o núcleo valorativo para manter o infrator recluso da sociedade nos termos da Lei de Execuções Penais.³

Os estudos sobre a ressocialização no Brasil carecem de maior atenção — inexistência de dados fidedignos com a realidade —, todavia o Conselho Nacional de Justiça, utilizando os dados obtidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, no Relatório de Pesquisa de 2015, levantou que a cada quatro ex-presidiários, um voltará a reincidir nos primeiros cinco anos após serem soltos (CNJ, 2015).

Aplicando esse fator aos presidiários do regime fechado — tão somente — com os dados disponibilizados no exercício de 2019, é o mesmo que afirmar que, após serem soltos, mais de 85 mil ex-presidiários cometerão delitos nos cinco anos subsequentes.

³ A Lei n. 7.210/94, conhecida como *Lei de Execuções Penais*, dispõe, no artigo primeiro, que “a execução penal tem por **objetivo** efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e **proporcionar** condições para a harmônica **integração** social do condenado e do internado”. A nomenclatura legal objetiva, de forma inicial, portanto, a ressocialização do indivíduo recluso à sociedade.

Reitera-se, apenas os apenados do regime fechado, desconsiderando os demais regimes de cumprimento de pena (semiaberto e a aberto).

REALIDADE REGIONAL: O MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC

Os dados apresentados em âmbito nacional podem ser observados em escala regional.

Nesse sentido, reduzindo para a realidade de nosso Município, a Comarca de Caçador, segundo o último levantamento divulgado em 16.07.2019, tem-se cerca de 357 presidiários, sendo 340 do gênero masculino e 17 do gênero feminino, com a capacidade legal de 76 e 20 vagas no ergástulo, respectivamente, no Presídio Regional de Caçador – SC (CNJ, 2019).

Destaca-se que o Conselho Nacional de Justiça figura como péssimas as condições do estabelecimento prisional caçadoreense (CNJ, 2019).

Considerando o prospecto do CNJ de que, para cada quatro apenados, um voltará a delinquir nos primeiros cinco anos, resulta-se que a estimativa é de 89 ex-presidiários do sistema prisional dessa Comarca cometendo novos atos delituosos nos próximos cinco anos após serem postos em liberdade.

Nesse cenário, a grande saída da delinquência, e fuga desse mal que assola não só a sociedade, mas o próprio infrator, é a sua ressocialização e sua reinserção no mercado de trabalho através de um auxílio interdisciplinar, resultando no fomento do desenvolvimento familiar e econômico para a população municipal.

O TRABALHO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO

A função primordial da reclusão do infrator é, sobretudo, a sua ressocialização e reinserção no ambiente social, como já mencionado, além,

claro, do papel punitivo-pedagógico promovido pelo Estado, consoante o artigo 59 do Código Penal⁴.

Entretanto, a efetividade da ressocialização no Brasil não é costumaz. A sociedade — cansada de injustiças — deseja uma sangria dos apenados através da justiça com as próprias mãos (Lei de Talião, com mais rigor). Mas esse não é o caminho legal, tampouco social.

É possível observar que o apenado não possui qualificação profissional ou estrutura familiar que forneça uma base para a construção de uma vida digna, na maioria das vezes. Isso reflete, de certo modo, no caminho pela delinquência ao invés do aprimoramento educacional e busca pelo trabalho sobretudo nas periferias tupiniquins.

O perfil dos reincidentes no Brasil demonstra, em sua grande maioria, a existências de homens, jovens e com pouca escolaridade (CNJ, 2015). É difícil, portanto, buscar um trabalho quando não se tem experiência, escolaridade adequada e, ainda por cima, antecedentes criminais.

É o caminho na contramão do desenvolvimento regional. Isso porque, caso tais infratores tivessem a possibilidade de se aprimorar para ingressar no mercado de trabalho devidamente, como “A Grande Saída”, estariam contribuindo ativamente com a economia da localidade.

Nesse sentido, o trabalho a ser desenvolvido com o apenado é interdisciplinar, pois não se trata apenas de uma situação envolvendo a esfera penal, mas, sobretudo, social.

O trabalho pelo desenvolvimento do apenado deve ser construído com o envolvimento de profissionais voltados à seara de sua existência, como advogados, psicólogos, assistente sociais, sociólogos, Polícia Militar, agentes penitenciários e demais membros que compõem a segurança pública estatal.

Isso se deve, porque os dados da reincidência no Brasil, considerando

⁴ Prescreve o artigo 59: O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, **conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime** grifo nosso).

a Comarca de Caçador, no qual 89 ex-presidiários devem voltar a delinquir em até cinco anos após a sua carta de libertação e, na eventualidade de que cada um deles residisse em um ambiente familiar, faz-se necessário entender os benefícios dessa mão de obra e o giro financeiro que aqueceria pequenos estabelecimentos e afins, caso houvesse um interesse por essa equipe de profissionais — cada um na sua área interdisciplinar — em ressocializar o apenado.

O foco da ressocialização sob esse aspecto tende a ser mais produtivo e eficiente, pois abrange mais de uma vertente problemática existente na realidade do apenado, muito além do âmbito penalístico.

Dessa maneira, a ressocialização do infrator, através do mercado de trabalho, não é benéfico somente a ele, mas a toda sociedade, pois resultaria na diminuição dos delitos praticados — o que aumenta a margem de segurança pública da localidade —, contribuiria com os estabelecimentos que empregam esses infratores — atendendo a uma função social ao mesmo tempo em que garantem empregados em seus estabelecimento — e, o mercado regional aquecido — mesmo em termos de pequena proporção (realidade regional).

Guilherme de Souza Nucci, doutrinador especialista na esfera penal, leciona que trabalhar é um dever do condenado para que fomente a sua ressocialização e a sua reeducação (NUCCI, 2018).

Com o apoio da equipe interdisciplinar anteriormente transcrita, o trabalho do apenado poderia render ganhos financeiros e, por consequência, a utilização desses valores nos estabelecimentos da Comarca, seja pelo ex-infrator ou seus familiares.

Em que pese ao Estado ser o maior responsável pelo fomento de políticas públicas voltadas à segurança, bem como à criação e à manutenção dos ergástulos (incluindo a integridade física e psíquica dos infratores recolhidos), a causa é de toda a sociedade brasileira, pois sem a conscientização e a mobilização de todos, o próprio Estado estará limitado na sua capacidade de agir e promover efetivamente a ressocialização do apenado (SARLET, 2017).

Nada mais do que o desenvolvimento do infrator — ressocializado e reeducado — e da comunidade regional, através do aprimoramento e inserção no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por derradeiro, mister pontuar que o tema em análise é uma ferida aberta na sociedade contemporânea — um tabu a ser quebrado. Isso porque o tratamento aos apenados é tido como sorrateiro, injusto, sanguinário e, sobretudo, ineficaz para sua ressocialização (objetivo principal para a segregação).

Os direitos fundamentais do segredado devem ser respeitados na mesma medida do cidadão que não se encontra enclausurado, justamente para garantir que o período no ergástulo prisional proporcione uma melhora valorativa do infrator.

Isso deve ser iniciado através da conscientização das massas brasileiras, afoitas pela Lei de Talião, para, então, o próprio Estado investir em estrutura e em equipes capacitadas para tal finalidade, e não somente a reclusão do infrator através de um sistema prisional falido e notoriamente conhecido como “escola do crime”.

A conscientização dos profissionais que atuam, direta ou indiretamente, na esfera penal é, também, um instrumento sólido para dar um pontapé inicial na mudança do panorama prisional brasileiro, com a dedicação e o trabalho interdisciplinar de uma equipe efetiva sob diferentes olhares.

REFERÊNCIAS

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. Relatório final de atividades da pesquisa sobre reincidência criminal, conforme Acordo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ipea (001/2012) e respectivo Plano de Trabalho. IPEA, 2015. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611_relatorio_reincidencia_criminal.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Um em cada quatro condenados reincide no crime. Disponível em: <<http://cnj.jus.br/noticias/cnj/79883-um-em-cada-quatro-condenados-reincide-no-crime-aponta-pesquisa>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Dados das inspeções nos estabelecimentos penais. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php>. Acesso em: 06 jul. 2019.

DEATON, Angus. *A Grande Saída*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de execução penal. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

SARLET, Ingo. Dignidade humana, ressocialização e a superlotação carcerária no Brasil. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-mar-10/direitos-fundamentais-dignidade-humana-ressocializacao-superlotacao-carceraria>> Acesso em: 16 jul. 2019.

ARTE E CIÊNCIA DO CUIDAR: A CIÊNCIA DE QUEM CUIDA

Sarah C. C. Massoco¹

Lorete A. Braun²

André Trevisan³

Claudriana Locatelli⁴

INTRODUÇÃO

Ao tentar descrever a vida, depara-se com suas peculiaridades, que poderão ser descritas como simples ou complexas, podendo ser memoráveis, místicas, admiráveis e transcendentais. Diante da complexidade de tentar compreendê-la ou mensurá-la, torna-se necessário um conhecimento que transite por todas as áreas do conhecimento, sejam nas exatas, humanas ou sociais, pois ela é o resultado de muitos processos de interações, equilíbrios e desequilíbrios. Portanto, sua preservação requer inúmeras medidas: fisiológica, biológicas, sociais, espirituais e psicológicas, pois os desequilíbrios causam adoecimento e morte.

Pires (2009) descreve que os seres humanos, desde os primórdios, precisam de cuidado para sobreviver, para viver com saúde, felicidade e

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade - PPGDS. Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasil. E-mail: sarahmassoco@gmail.com.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade - PPGDS. Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasil. E-mail: loretebraun@yahoo.com.br.

³ Doutor. Docente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: andre.trevisan@uniarp.edu.br.

⁴ Doutor. Docente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: claudriana@uniarp.edu.br.

bem-estar e, também, para curar-se em situações de doenças. Assim, o cuidado é tema de discussões de filósofos, historiadores e antropólogos. Porém, é a Enfermagem – a profissão do cuidado – a área que mais tem produzido conhecimentos para fundamentar as diversas dimensões do cuidado (PIRES, 2009, p. 742).

Nesse contexto, o direito à vida é garantido no artigo 3º da Declaração dos Direitos Humanos, a qual diz que todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal (ONU, 1948, p. 5). E o profissional do cuidado deve atuar com autonomia e em consonância com preceitos éticos e legais, técnico-científicos e teórico-filosóficos, exercendo suas atividades com competência para a promoção do ser humano na sua integralidade (COFEN, 2017).

Em um tempo anterior à Declaração dos Direitos Humanos, a enfermeira Florence Nightingale (1820-1910), aos 29 anos, viajou pela Europa para ver o trabalho da Enfermagem em diferentes hospitais, iniciando seus estudos no Egito. A partir disso, atuou no conflito armado da Criméia – no qual Inglaterra, França e Turquia se uniram contra a Rússia –, criando o primeiro grupo de enfermeiras para atender os feridos em guerra. Durante seu trabalho, demonstrou que os soldados feridos tinham dez vezes mais chances de morrer de uma doença hospitalar, como cólera, tifo, ou por falta de higiene, do que no campo de batalha. Em decorrência disso, implementou as condições sanitárias básicas nos hospitais militares, sistematizando, por exemplo, a lavagem das mãos, resultando em uma queda da mortalidade de 60% para 42% (GUARISCHI, 2018).

A precursora dessa profissão demonstrou a necessidade de se obterem conhecimentos científicos para cuidar:

Para realizá-la como arte, requer uma devoção tão exclusiva, um preparo tão rigoroso quanto a obra de qualquer pintor ou escultor, pois o que é tratar da tela morta ou do frio mármore comparado ao tratar do corpo vivo, o templo do espírito de Deus? É uma das artes; poder-se-ia dizer, a mais bela das artes! (COFEN, 2016).

A complexidade do cuidar implica em reconhecer que a dimensão do ser humano exige exatidão, como na administração de um medicamento e

na capacidade de relacionamento interpessoal. Assim, para cuidar adequadamente do objeto de cuidado, é preciso saber quais são seus poderes, suas limitações e necessidades, bem como o que contribui para o seu crescimento. Do mesmo modo, é necessário saber quais são os poderes e as limitações dos profissionais da Enfermagem, exigindo-se, portanto, conhecimentos gerais e específicos (SILVA, 2012).

Dentre as personalidades nessa área de atuação, destaca-se, também, Ana Justina Ferreira Nery, que se colocou a serviço do Brasil durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Em 15 de agosto de 1864, partiu para os campos de batalha e atuou em hospitais improvisados, atendendo soldados durante cinco anos. Ao retornar ao Brasil, foi acolhida com carinho e louvor, recebendo uma coroa de louros. Victor Meireles pintou sua imagem, colocada no Edifício do Paço Municipal. Ela foi, ainda, homenageada tendo o seu nome dado à primeira escola de ensino de Enfermagem do país, no Rio de Janeiro (COREN-PE, 2012).

A CIÊNCIA DA ARTE DA ENFERMAGEM

A Enfermagem atua em um campo de conhecimentos da grande área da Saúde, por isso apresenta desafios permanentes. Tais desafios são demandados pela dinâmica do cenário macrossocial no qual esse trabalho se realiza por mudanças no perfil demográfico e epidemiológico da população e pela complexidade do cuidar de seres humanos (PIRES, 2013).

A preparação do profissional está baseada em algumas teorias, entre elas as prescritivas, que são desenvolvidas a partir de pesquisas básicas, aplicadas e práticas a fim de promover a prática profissional. Essas pesquisas estabelecem as definições e as relações entre conceitos e identificam as metas e as atividades necessárias para o cuidado (TRENTIN; PAIM, 1992, p. 38).

Em outro âmbito, mas com semelhante importância, segundo Kletemberg e Siqueira (2003), uma retrospectiva histórica permite a análise

dos fatos ocorridos de maneira crítica e reflexiva, procurando respostas a questionamentos que permeiam a prática contemporânea da Enfermagem. Assim, entende-se que as mudanças percebidas no mercado de trabalho, a dicotomia teoria-prática, o cuidado centrado apenas no saber-fazer, a submissão da categoria a outras profissões e sua consequente falta de autonomia possuem raízes históricas na construção profissional da categoria tanto na prática como no ensino.

A SAÚDE COMO DIREITO CONSTITUCIONAL

Em nosso país, a saúde é direito de todos e dever do Estado – garantido mediante políticas sociais e econômicas que visam à redução do risco de doenças e de outros agravos – bem como o acesso universal e igualitário a ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação conforme regulamentação do artigo 196 da Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 2016).

Tendo em vista esse direito, deu-se a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde a atenção primária até serviços especializados, garantindo o acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Esse serviço oferece atenção integral à saúde durante toda a vida, desde a gestação, com foco na qualidade de vida, visando à prevenção e à promoção da saúde (BRASIL, 1990).

No resgate da história do ensino profissional no país, encontra-se nos registros o Decreto n. 791 de 1890, por Manoel Deodoro da Fonseca, que instituiu, junto ao Hospício Nacional de Alienados, a primeira escola para preparar enfermeiros e enfermeiras para os hospícios e os hospitais civis e militares. Esse documento descreve práticas terapêuticas clínicas, noções gerais de anatomia, psicologia, higiene hospitalar, curativos, pequenas cirurgias, cuidados especiais, aplicações de hemoterápicos e cuidados administrativos. Ressalta-se, ainda, que é notória a submissão da Enfermagem ao conhecimento de outra profissão quando se descreve a

fiscalização necessária de médicos junto ao curso (BRASIL, 2019a).

Naquele contexto, para que o cuidar fosse constituído como profissão e ciência, essa atuação necessitava de uma representação legal, assim a Lei n. 5.905 de 12 de julho de 1973 criou o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e os Conselhos Regionais de Enfermagem (Coren). Eles atuam em todo o território nacional e, nesse conjunto, constituem uma autarquia federal. Suas atividades consistem em acompanhar o crescimento do quantitativo de profissionais, os egressos dos cursos de formação, tanto do Ensino Superior quanto do Ensino Médio, os profissionais inseridos no mercado de trabalho, a demanda dos serviços de saúde e o crescimento do número de escolas de Enfermagem (SAMPAIO *et al.*, 2014).

O Cofen, por meio de seu Código de Ética, da Resolução n. 564 de 2017, considera que a Enfermagem:

[...] é uma ciência, arte e uma prática social, indispensável à organização e ao funcionamento dos serviços de saúde; tem como responsabilidades a promoção e a restauração da saúde, a prevenção de agravos e doenças e o alívio do sofrimento; proporciona cuidados à pessoa, à família e à coletividade; organiza suas ações e intervenções de modo autônomo, ou em colaboração com outros profissionais da área; tem direito à remuneração justa e a condições adequadas de trabalho, que possibilitem um cuidado profissional seguro e livre de danos. Sobretudo, esses princípios fundamentais reafirmam que o respeito aos direitos humanos é inerente ao exercício da profissão, o que inclui os direitos da pessoa à vida, à saúde, à liberdade, à igualdade, à segurança pessoal, à livre escolha, à dignidade e a ser tratada sem distinção de classe social, geração, etnia, cor, crença religiosa, cultura, incapacidade, deficiência, doença, identidade de gênero, orientação sexual, nacionalidade, convicção política, raça ou condição social (COFEN, 2017).

Na região do Meio-Oeste Catarinense, na Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), há o curso de graduação em Enfermagem, cujos objetivos são formar profissionais enfermeiros generalistas, com sólido conhecimento dos princípios básicos da profissão, aptos a atuar com competência nos diversos níveis de promoção e proteção à saúde, bem como em seu tratamento e recuperação, com enfoque, do mesmo modo, na atenção ao indivíduo e à comunidade, visando à melhoria da qualidade de

vida (UNIARP, 2019).

A CIÊNCIA DE QUEM CUIDA

A profissão de Enfermagem torna-se regulamentada no território nacional a partir de 25 de junho de 1986, sancionada na Lei n. 7.498, que dispõe sobre seu livre exercício em todo o território nacional, observadas as suas disposições. Define-se, ainda, no artigo 2º, parágrafo único, que a Enfermagem é exercida privativamente pelo Enfermeiro, pelo Técnico de Enfermagem, pelo Auxiliar de Enfermagem e pela Parteira, respeitados os respectivos graus de habilitação (BRASIL, 1986).

Atualmente, segundo dados de 2019 do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), o número de profissionais que prestam cuidados à população brasileira, com registros ativos junto aos conselhos regionais, é de 528.044 enfermeiros, 1.230.767 técnicos de enfermagem e 411.180 auxiliares de enfermagem. Já em Santa Catarina, o censo atual de junho de 2019 demonstra 14.537 enfermeiros com seus registros ativos junto aos conselhos regionais de fiscalização (COFEN, 2019).

Para que o ser humano possa ser assistido de forma integral, é requerido do profissional de Enfermagem um conhecimento complexo para atender às necessidades do alvo de seu cuidado, na promoção, prevenção, recuperação ou reabilitação da saúde. Assim, conforme o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC), são 1.313 instituições de Ensino Superior no país que formam profissionais para cuidar. A realidade catarinense atual é de 47 instituições de ensino (BRASIL, 2019a).

O crescimento da profissionalização da arte de cuidar evidencia que a qualidade do ensino e dos cuidados a serem prestados também são questões a serem priorizadas, assim várias são as ações em desenvolvimento junto ao Cofen e ao Coren-SC. Dentre elas, destaca-se a discussão sobre o exame de suficiência para enfermeiros junto ao 21º Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem, onde foi relatada a necessidade de avaliação dos

conhecimentos adquiridos e praticados, devido à ampliação dos cursos na modalidade de ensino a distância (EaD) e a dados dos conselhos regionais sobre denúncias de erros por imperícia, negligência ou imprudência (COFEN, 2018), segundo Gilney Guerra (2018).

Assim, criou-se o projeto de Lei n. 4930 de 2016, defendido pelo deputado Lúcio Vieira Lima, que cria o exame de suficiência obrigatório para futuros profissionais, já aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.

O aperfeiçoamento dos profissionais passa a ser exigido, também, junto ao Coren-SC, de acordo com a Instrução Normativa n. 005 de 2018, que solicita o registro dos títulos de especialização junto aos conselhos. O Coren tem por finalidade fiscalizar os profissionais, promover condições efetivas de trabalho e acompanhar o cumprimento da legislação vigente junto às instituições que prestam o serviço de Enfermagem (COREN-SC, 2018).

CUIDAR COM QUALIDADE

Além da ciência estar implicada no cuidado, este deve ser prestado com qualidade, como já se disse, com o objetivo de reconhecer e difundir as boas práticas na assistência, no ensino e também na gestão. Assim, lançou-se o Programa Nacional da Qualidade (PNQ) pelo Cofen, que abrange enfermeiros, técnicos e auxiliares, além de enfermeiros docentes que, por meio de ações educativas, promovem a excelência no ensino de Enfermagem, certificando as instituições inscritas com um Selo da Qualidade que atesta essa atuação. Seus critérios de avaliação são: ações gerenciais sistêmicas, estrutura organizacional, aspectos operacionais, infraestrutura, gestão de pessoas e responsabilidade social (COREN-SC, 2019).

A ENFERMAGEM E A PESQUISA NO BRASIL

Com o decorrer dos anos, a Enfermagem vem passando por inúmeras transformações políticas e sociais. A partir da década de 1970, surge a necessidade de rever o pensamento na área e suas práticas, contribuindo para torná-la uma profissão com maior visibilidade e inserção social e com mais solidez científica.

As mudanças favoreceram a busca por princípios e por normas de investigação, além de métodos científicos a fim de contribuir com as pesquisas na área. A mobilização da profissão, por meio do incentivo à formação de mestres e doutores e da reunião desses em grupos de pesquisa, definiu as bases para a gênese das linhas de pesquisa e dos pesquisadores em Enfermagem (OLIVEIRA, 2010).

A pesquisa e a produção de conhecimento na área constituem prioridades estratégicas em todo o mundo. É nessa perspectiva que os grupos de pesquisa formam a base para esse trabalho e esforço coletivo, possibilitando a ampliação da produção do conhecimento, a captação de novos talentos em diferentes níveis, desde acadêmicos de iniciação científica até os de mestrado e doutorado (OLIVEIRA, 2010). Cabe destacar que a iniciação científica, que acontece ainda na graduação, com a execução de projetos, relatórios e trabalhos de campo, é válida, porém pouco valorizada, pois, geralmente, esses trabalhos não têm seus resultados publicados.

Nesse contexto de pesquisa, a evolução científica e tecnológica, as demandas do cotidiano e as mudanças na vida da população fazem com que, cada vez mais, a Enfermagem necessite de novos conhecimentos. Esses são importantes pela busca de inovação no cuidar, de instrumentos que possibilitem a resolução de problemas e da melhoria da qualidade de vida da população e dos profissionais.

Vivenciar a pesquisa como objeto de avanço do conhecimento é uma grande contribuição para o pesquisador e para a área da saúde e, mesmo que ela traga em si inúmeros obstáculos, promove o aprimoramento das habilidades necessárias para se tornar um pesquisador. Assim, os cursos de

pós-graduação cumprem a proposição de ter métodos norteadores do rigor e de suas respectivas análises, impactando de modo efetivo na prática, na educação e na própria pesquisa.

A LINHA DO TEMPO DO CUIDAR

O período de 1950 a 1959 compreende um avanço notório com o movimento da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) e das Escolas de Enfermagem, visando a uma mudança curricular, além da aprovação do Código de Ética Profissional. A produção de pesquisas apresenta-se no início e abrange especificamente o ensino e a profissão, refletindo a preocupação da década na busca por um espaço universitário (CIANCIARULLO; SALZANO, 2001).

No período de 1960 a 1969, com a inserção dos cursos de Enfermagem em âmbito superior, surge a necessidade da pesquisa para promover essa área como ciência. Assim os enfermeiros começam a preocupar-se mais com a sua própria produção científica. Isso pode ser observado por meio dos primeiros congressos e seminários com apresentações de trabalhos de pesquisa (CIANCIARULLO; SALZANO, 2001).

Em 1964, o Congresso Brasileiro de Enfermagem inclui uma nova temática, trazendo a Enfermagem como pesquisa, repetindo essa ação em 1967. Mantém-se, nessa década, o percentual de trabalhos da área assistencial e percebe-se uma acentuada produção de pesquisas visando o estudo da profissão. Observa-se, assim, um crescimento da produção científica e de trabalhos de pesquisa em Enfermagem (CIANCIARULLO; SALZANO, 2001).

Já no período de 1970 a 1979, a preocupação com os recursos humanos na área da Enfermagem também aparece explicitada, com a publicação de alguns trabalhos. Com a criação de cursos de pós-graduação *strictu sensu* naquela década, houve um acentuado desenvolvimento da área, refletido na quantidade das pesquisas realizadas e publicadas. A

quantidade de estudos referentes aos processos assistenciais, às necessidades dos pacientes e à avaliação da assistência representa a preocupação dos enfermeiros naquele período. Na área de Enfermagem Médico-Cirúrgica, triplica o número de publicações de trabalhos com grande ênfase na área assistencial (81,8%), à semelhança das décadas anteriores (CIANCIARULLO; SALZANO, 2001).

O surgimento de novas propostas de reformas no período de 1980 a 1989 – abrangendo organização de serviços de saúde e estratégias de ações integradas – definiu a década de 1980 em termos de contexto, caracterizando os caminhos da Enfermagem nas propostas de atenção primária na saúde. Cabe destacar que, naquela década, incluíram-se, no mercado editorial de Enfermagem, quatro novas revistas: *Revista Paulista de Enfermagem*, *Acta Paulista*, *Revista Bahiana de Enfermagem* e *Enfermagem Moderna*. Portanto, o crescimento da produção de pesquisas, que aparece claramente em todas as áreas, acontece do mesmo modo na Enfermagem (CIANCIARULLO; SALZANO, 2001).

A produtividade acadêmica na Enfermagem brasileira tem sido progressiva nos últimos anos, pois, tomando os aspectos vigentes de avaliação para a disseminação e o consumo de pesquisas, expressivamente de caráter quantitativo, a Enfermagem, no triênio de 2007 a 2009, obteve 5.194 artigos em 595 periódicos, apresentando, portanto, progresso de cerca de 30% em relação ao quantitativo de produções no triênio anterior. No triênio de 2010 a 2012, a quantidade de produção científica da Enfermagem foi ainda mais significativa, pois foram registrados 9.206 artigos, ou seja, 77,2% de acréscimo ao triênio anterior (SILVA *et al.*, 2019).

Em uma retrospectiva histórica, é possível perceber o desenvolvimento da profissão do cuidar tornando-se uma ciência, superando os obstáculos da submissão a outras profissões e subsidiando sua prática por meio de seu próprio conhecimento. A Enfermagem torna-se, portanto, ativa junto à equipe multidisciplinar como a detentora da arte e ciência do cuidar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, ao longo da história e com as conquistas da profissão, o amadurecimento do pensar científico do processo de cuidar, evidenciando que o profissional de Enfermagem conquistou seu espaço multidisciplinar baseado em seus próprios conhecimentos e em sua atuação efetiva de forma autônoma. Os conhecimentos construídos pelos enfermeiros assistenciais que optam pela busca da melhoria na assistência, na qualidade de vida e no sistema de saúde trazem a reflexão sobre a evolução e progressão que a profissão vivencia. Os motivos que determinaram a opção por buscar novos conceitos através da pesquisa demonstram a necessidade de aprender mais e a inquietude com questões emergentes do cotidiano na assistência.

Percebe-se, atualmente, que os enfermeiros que abraçam suas dúvidas e vão em busca de respostas, não apenas para eles, mas para todo o grupo com quem compartilham a arte do cuidar, acrescentam à profissão, não apenas na melhoria de vida, mas também, e principalmente, no reconhecimento do profissional e na autonomia conquistada ao longo do tempo. Assim, o “cuidar por cuidar” passa a ser cuidar com base científica que norteia a assistência de Enfermagem.

Observa-se, portanto, no cuidado baseado em evidência uma tendência atual para as pesquisas de Enfermagem que reflete na prática assistencial, transformando o empírico em ciência. Nesse sentido, pode-se oferecer como exemplo a atualização constante de técnicas de procedimentos.

Constata-se, mesmo assim, que o impacto das pesquisas ainda não se faz tão presente ainda nas academias de formação de novos profissionais, o que nos deixa dúvidas sobre o motivo do ainda reduzido espaço que a Enfermagem ocupa no universo da pesquisa. Um dos desafios, certamente, é o apoio financeiro à ciência e à tecnologia, em especial às pesquisas experimentais em Enfermagem, cujos resultados possam promover um cuidado mais humanista e técnico, pautado na ciência. Assim, aponta-se uma lacuna, que deve ser estimulada desde a iniciação científica, ainda na

academia, de forma que os profissionais tornem sua visão ampliada em relação à pesquisa e instigada para se tornarem pesquisadores na arte do cuidado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 26 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 791 de 27 de setembro 1890**. Crêa no Hospício Nacional de Alienados uma escola profissional de enfermeiros e enfermeiras. Brasília: Câmara dos Deputados, Palácio do Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, [2019a]. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-791-27-setembro-1890-503459-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. **Lei n. 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 26 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema Único de Saúde (SUS)**: estrutura, princípios e como funciona. Portal do governo brasileiro, [2019b].

Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório das instituições de ensino de nível superior de Enfermagem em 2019**. Censo de julho de 2019c.

Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. **Lei n. 7.498, de 25 de julho de 1986.** Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1986]. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7498.htm>. Acesso em: 19 jul. 2019.

CIANCIARULLO, Tamara Iwanaw; SALZANO, Sonia Delia Torre. A enfermagem e a pesquisa no Brasil. **Revista da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo**, v. 25, n. 2, p. 195-215, ago. 2001.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. **Enfermagem em números.** Relatório do censo dos profissionais de enfermagem no país, jun. 2019. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/enfermagem-em-numeros>>. Acesso em: 21 jul. 2019

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. **Exame de suficiência para Enfermagem é defendido no 21º CBCENF.** Cofen, 29 nov. 2018. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/exame-de-suficiencia-para-enfermagem-e-defendido-no-21o-cbcenf_67228.html>. Acesso em: 23 jul. 2019.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. **Profissionais da enfermagem que se dedicam às artes poderão expor no Cofen.** Cofen, 30 maio 2016. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/profissionais-da-enfermagem-que-tambem-se-dedicam-as-artes-poderao-expos-no-cofen_41057.html>. Acesso em: 20 jul. 2019.

COREN-PE. Conselho Regional de Enfermagem de Pernambuco. **Ana Nery.** Coren-PE, 2012. Disponível em: <<http://www.coren-pe.gov.br/novo/ana-neri>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

COREN-SC. Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina. **Cofen oferece selo de certificação para instituições de saúde.** Coren-SC, 2019. Disponível em: <<http://www.corensc.gov.br/2019/07/01/programa-nacional-da-qualidade-do-cofen-oferece-selo-de-certificacao-para-instituicoes-de-saude/>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

COREN-SC. Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina. **Profissionais de enfermagem devem fazer registro de títulos de especialistas no Coren-SC.** Coren, 21 set. 2018. Disponível em: <<http://www.corensc.gov.br/2018/09/21/profissionais-de-enfermagem-devem-fazer-registro-de-titulos-de-especialista-no-coren-sc/>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

COREN-DF. Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal. **Resolução n. 564 de 2017, parecer sobre código de ética dos profissionais de enfermagem.** Disponível em: <<https://www.coren-df.gov.br/site/legislacao/codigo-de-etica/>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

GUARISCHI, Alberto. **Florence Nightingale, uma enfermeira à frente de seu tempo.** Cofen, 11 maio 2018. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/florence-nightingale-uma-enfermeira-a-frente-do-seu-tempo_62785.html>. Acesso em: 2 jul. 2019.

KLETEMBERG, Denise Faucz; SIQUEIRA, Márcia T. A. Dalledone. A criação do ensino de enfermagem no Brasil. **Cogitare Enfermagem**, [S.l.], v. 8, n. 2, dez. 2003. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/1695>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

ONU. Nações Unidas Brasil. **A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

OLIVEIRA, Ana Cristina de. A trajetória do pesquisador em enfermagem. **REME – Revista Mineira de Enfermagem**, [S.L.], v. 14.1, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/80>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

PIRES, Denise. A enfermagem enquanto disciplina, profissão e trabalho. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 62, set./out. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672009000500015>. Acesso em: 23 jul. 2019.

PIRES, Denise Elvira Pires de. Transformações necessárias para o avanço da Enfermagem como ciência do cuidar. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 66, p. 39-44, 2013. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672013000700005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 23 jul. 2019

SAMPAIO, Maria do Rozario de Fátima Borges *et al.* (org.). **Cofen 40 anos: lutando pela autonomia da enfermagem**. Brasília: Cofen, 2014.

SILVA, Ítalo Rodolfo *et al.* Nurse researchers and nursing assistants: construction and projection of polymorphous identities. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 72, supl. 1, p. 204-12, fev. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0034-71672019000700204&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SILVA, Maria Júlia Paes da. Ciência da Enfermagem. **Acta Paul. de Enfermagem**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. i-ii, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002012000400001&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 23 jul. 2019.

TRENTIN, Mercedes; PAIM, Lygia. Enfermagem ciência ou profissão? **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 28-33, 1992. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/3989>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

UNIARP. Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. **Curso de graduação em Enfermagem**. Objetivo do curso. Portal UNIARP, 2019. Disponível em: <<https://www.uniarp.edu.br/home/ensino/graduacao/campus-cacador/enfermagem/>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

HISTÓRIA DA MEDICINA

Fábio Herget Pitanga¹
Luiz Fernando Garcia Jeronymo²
Ricielli Endrigo Rupel da Rocha³

INTRODUÇÃO

A história da medicina é rica em situações que envolvem erros e acertos, achados ocasionais, momentos de dores e de alegrias. Inicialmente entrelaçada com religião, magias e feitiçarias, em um segundo momento com algumas descrições e regras estabelecidas por Hipócrates, o pai da medicina, mas ainda envolta por muito misticismo e achismos.

Com o domínio da Igreja Católica sobre o pensamento ocidental por mais de mil anos, houve pouca evolução na área médica, até porque estudos com o corpo humano e dissecções em cadáveres geralmente não eram permitidos. Em uma fase mais avançada, com o aumento do conhecimento sobre o corpo humano e as doenças, surgiram as primeiras especialidades no século XVIII.

A partir desse período, a medicina evoluiu progressivamente, havendo a necessidade da formação de novas especialidades e subespecialidades, ficando cada vez mais técnica e segmentada. No final do século XX, com a

¹ Médico. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: clinimedsc@yahoo.com.br.

² Médico. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: luiz.garcia@uniarp.edu.br.

³ Doutor. Docente nos Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade e Educação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: ricelliendrigo@yahoo.com.br.

percepção de que nem todas as situações ou doenças conseguiam ser bem tratadas por superespecialistas, iniciou-se um movimento contrário, tendendo a formar médicos com visão mais holística e humanitária, principalmente com o surgimento do médico de família. Atualmente, há, por um lado, a necessidade de múltiplas especialidades e tecnologias da área médica, e, por outro, da medicina de família, evidenciam-se tendências mais holísticas, coletivas, humanitárias e propensas ao trabalho multidisciplinar.

NA ANTIGUIDADE

A história da medicina segue junto à história das doenças. Muitas delas são desencadeadas pela própria evolução do homem (ROONEY, 2013). Com a urbanização das cidades, a maior proximidade das pessoas, a maior dificuldade de aquisição de determinados alimentos, o aumento de lixo propiciando o aparecimento de animais como ratos, a água contaminada, entre outras situações propiciadas pelo desenvolvimento do ser humano mais recentemente, como formação de indústrias e baixa atividade física, propiciaram a transmissão e o desenvolvimento de muitas doenças (ROONEY, 2013). Como exemplos, podem-se citar a cólera e a febre tifoide (doenças infectocontagiosas), o escorbuto (dieta pobre em vitamina C), o enfisema pulmonar devido a pneumoconioses (doenças pulmonares devido à inalação de poeiras como o talco e o carvão em trabalhadores de minas), a obesidade devido ao erro alimentar e à baixa atividade física, entre outras (ROONEY, 2013).

Existem evidências de que o homem pré-histórico realizava tratamentos à base de plantas e de ervas (GOTTSCALL, 2017). Muitos desses estavam ligados à magia ou a práticas religiosas (GOTTSCALL, 2017). Achados arqueológicos em Ensisheim, na França, de cerca de 7000 a.C., mostram evidências da realização de uma trepanação (cirurgia de retirada de parte do crânio) com pedra dura e pontiaguda (WALKER, 2019).

Tudo que se aprendia era transmitido somente verbalmente até por cerca de 4000 a.C., quando, então, surgiu a escrita, facilitando o registro e a

transmissão do conhecimento para outras gerações. No entanto, ainda a medicina estava ligada ao misticismo e a superstições como meio de tratamento e possível cura (GOTTSCHELL, 2017).

Dentre as mais de 20.000 tábuas desenterradas na cidade de Nínive, antiga capital dos Assírios localizado na Mesopotâmia, atual Iraque, encontrou-se o *Tratado sobre Diagnóstico e Prognósticos Médicos*, elaborado, aproximadamente, no século VII a.C., contendo um estudo detalhado do corpo humano, além de descrições de várias doenças dos mais variados ramos da medicina, também sugerindo alguns tratamentos (VITA, 2008).

Dentre os primeiros médicos de que se tem conhecimento, o egípcio Imhotep (2980 a.C.), além de médico, foi também engenheiro do faraó Zoser. O imperador chinês Fu-Hsi (2900 a.C.) atuava como médico, aplicando acupuntura e direcionando o fluxo corpóreo entre o Yan e o Yin (GORDON, 1993).

Desde o século V a.C. até o século XIX d.C., o modelo predominante do corpo na Europa e no Oriente médio foi de um vaso composto de quatro humores que tinham que ser mantidos em equilíbrio para que não houvesse doença. Os humores eram: bílis negra, bílis amarela, sangue e fleugma ou muco. Uma quantidade muito grande ou muito pequena de qualquer um desses humores levaria à doença, que deveria ser tratada para se restaurar o equilíbrio. As origens dessa teoria, provavelmente, surgiram na Mesopotâmia ou no Egito, mas o conceito foi desenvolvido na Grécia Clássica, onde sobreviveu dois milênios, associado em grande parte ao ilustre médico grego Hipócrates (ROONEY, 2013).

A MEDICINA DE HIPÓCRATES E GALENO

Hipócrates (460-375 a.C.) é considerado como pai da medicina moderna e todos os médicos do ocidente o apoiam. Ele nasceu na ilha de Cós e aprendeu medicina com seu pai, que exercia essa profissão. Lecionou

medicina durante vários anos nessa ilha depois de ter viajado por toda a Grécia. Tinha grande compaixão pelos sofrimentos dos doentes e fez dos cuidados do paciente um ponto central de sua filosofia. Hipócrates não se baseava na intervenção divina como uma origem de doença e de cura, tendo desenvolvido práticas diagnósticas na observação e na razão (ROONEY, 2013).

A teoria humoral tratava da saúde mental e do temperamento, bem como do bem-estar físico. Esse aspecto da teoria foi desenvolvido pelo médico greco-romano Galeno (d.C.129-216) e, mais tarde, pelo médico árabe do século XI, Avicenna. Depois de Hipócrates e Galeno, as doenças foram classificadas e tratadas de acordo com o desequilíbrio humoral particular que se acreditava ser o causador delas. Temperamentos e proporções de humores diferentes eram naturais em diferentes fases da vida, ou melhor, pessoas idosas tinham tendência a uma condição fria e seca, enquanto os mais jovens seriam quentes e úmidos. Isso poderia explicar a propensão do idoso a doenças como: artrite, reumatismo e outras consideradas frias e úmidas, por exemplo.

A cura de uma doença dependia das qualidades humorais, por exemplo a lepra, uma doença fria, deveria ser tratada com calor. Acreditava-se que uma pequena variação na relação dos humores respondesse por diferenças de personalidade e de temperamento e que esse equilíbrio pessoal poderia tornar a pessoa suscetível a certas doenças. Dessa forma, exemplificando, uma pessoa com sangue demais seria corajosa e esperançosa e uma pessoa com bile negra em excesso seria melancólica, depressiva e irritável; também, se o desequilíbrio dos humores fosse grave, era considerado como hereditário e não tinha muitas chances de cura.

Por volta de 850 d.C., o médico árabe Hunayan ibn Ishaq listou 129 trabalhos de Galeno, os quais foram traduzidos para o árabe ou o Sírio, revelando a extensão de sua influência (ROONEY, 2013). Alguns médicos árabes começaram a duvidar da validade da teoria humoral. Avenzoar (1091-1161) descobriu que escabiose não era causada pelo desequilíbrio humoral, mas sim por um parasita, porém não foi suficiente para derrubar a teoria humoral de Galeno que perdurou durante a idade média (ROONEY, 2013).

ESTUDO DA ANATOMIA E A INVENÇÃO DO MICROSCÓPIO

A Renascença trouxe dois grandes avanços que revolucionaram nosso modelo do corpo e mudariam a medicina. O primeiro foi o início da anatomia como um estudo, baseado, pela primeira vez, na dissecação de cadáveres. O segundo foi a invenção do microscópio na Holanda, no final do século XVI (ROONEY, 2013).

Os primeiros anatomistas, talvez, tenham surgido na Alexandria helênica. Herófilo (335-260 a.C.) e Erasístrato (304-250 a.C.) são reconhecidos como fundadores da escola médica na região e teriam feito disseções em público. Herófilo foi o pai da anatomia científica e também pesquisou o cérebro, que reconheceu como centro de comando do sistema nervoso. Ele foi o primeiro a distinguir entre nervos sensoriais e motores e fez a primeira distinção entre veias e artérias; também, foi o primeiro a medir o pulso usando um relógio d'água. Além disso, descobriu e deu o nome ao duodeno e à próstata, descreveu a função dos nervos e afirmou que os vasos sanguíneos eram cheios de sangue (antes acreditavam que os vasos fossem cheios de ar) (ROONEY, 2013).

A dissecação sistemática nas escolas médicas começou em Salerno, na Itália, a primeira das escolas médicas europeias, por volta de 1150, e logo se espalhou para outras escolas italianas. Em Bolonha, Mondino dei Luzzi (1326) foi o primeiro a executar disseções em público pessoalmente como recurso de ensino. Em 1316, ele também foi a primeira pessoa a publicar um manual prático de anatomia (ROONEY, 2013).

William Harvey foi o primeiro homem no mundo a entender a circulação do sangue. Ele declarou, em 1606, que o sangue flui de maneira circular e é impulsionado pelo coração (uma bomba muscular), forçando o sangue a percorrer todo o corpo. O coração não suga o sangue, como acreditava anteriormente, e os vasos sanguíneos não moviam o sangue por si mesmo. Harvey explicou todo o trajeto pelas câmaras do coração, do ventrículo esquerdo através das artérias para as partes do corpo levando oxigênio, da periferia do corpo o sangue sem oxigênio e do ventrículo direito

para os pulmões pela artéria pulmonar a fim de receber oxigênio (ROONEY, 2013).

Marcello Malpighi, em 1661, descreveu a existência dos capilares, sem o uso do microscópio, com a demonstração de uma ligadura para bloquear o fluxo sanguíneo no braço. As veias do braço inchavam à medida em que se enchiam de sangue e disso conclui-se que o sangue que fluía para fora, por meio das artérias, voltaria para o coração por meio das veias se a ligadura não tivesse sido colocada no braço (ROONEY, 2013).

Antonie van Leeuwenhoek (1632-1723) desenvolveu um microscópio que podia, pela primeira vez, revelar micro-organismo e células isoladas. Além disso, foi o primeiro homem a ver bactérias em 1683. Escreveu uma carta à Royal Society em Londres, descrevendo o que tinha visto na placa tirada de um homem idoso que nunca escovou os dentes “... uma companhia inacreditavelmente imensa de animálculos vivos, nadando do modo mais ágil que eu já vi até hoje” (ROONEY, 2013). Marcelo Malpighi examinou os tecidos do fígado, baço, pulmões, pele e cérebro e de várias glândulas. Logo, houve a descoberta das células de sangue vermelhas com o microscópio (ROONEY, 2013).

Marie-François-Xavier Bichat (1771-1802), com uso de microscópios mais avançados, descreveu 21 tipos de tecidos presentes em vários órgãos que desempenham diferentes funções. Rudolph Virchow (1821-1902), professor alemão de anatomia, mostrou que as células são o cerne da atividade biológica, que inclui o crescimento e a reprodução. Ele, também, percebeu ser o câncer resultado de células anormais que se multiplicam sem controle (ROONEY, 2013).

NOVAS DESCOBERTAS

Em 1670, John Mayow descreveu como o ar é levado aos pulmões distendendo a caixa torácica através de modelo de um par de foles com uma bexiga (ROONEY, 2013).

O médico inglês Edward Jenner descobriu a vacina da varíola em 1796 ao inocular pus retirado de uma pústula de uma pessoa que sofria de uma doença semelhante à varíola em um menino que, após inoculação, ficou imune à varíola.

Em outubro de 1846, o dentista William Morton (1819-1869) aplicava a primeira anestesia local da história e Joseph Priestley descobriu os efeitos do óxido nitroso para as cirurgias como estimulantes e analgésico (EUROFARMA, 2006).

A antissepsia foi colocada como de extrema importância aos procedimentos cirúrgicos, tendo em vista a observação do obstetra húngaro Ignaz Semmelweiss, em 1847, após a morte de um colega médico que se feriu quando estava fazendo autópsia em uma mulher morta após parto devido a uma infecção. A partir desse episódio, ao examinar o corpo do amigo, Semmelweiss viu as mesmas lesões sofridas pela mulher (EUROFARMA, 2006).

A saúde pública passou por uma revolução liderada por Sir Edwin Chadwick em 1848, na Inglaterra, através da Lei de Saúde Pública, em que o Estado passava a ser responsável pela saúde da população, pois, até então, as fezes e a urina eram jogadas nas ruas, contaminando terra, poluindo os poços e transformando rios em esgotos. Isso, sem dúvida, contribuía para a disseminação de doenças (EUROFARMA, 2006).

Paul Ehrlich (1854-1915) contribuiu para os avanços da Imunologia. Tornou-se diretor do instituto para os estudos de Soros da Alemanha (1896) e, assim, realizou pesquisas sobre os processos imunológicos e no estudo de algumas toxinas (1889), como a difteria, chegando ao estabelecimento da teoria dos anticorpos desenvolvidos pelo organismo em reação às afecções microbianas. Desenvolveu um composto orgânico que conferia imunidade contra sífilis, que chamou de sarvarsan (1909) (EUROFARMA, 2006).

Um físico alemão, Wilhelm Konrad Roentgen (1845-1923), no dia 8 de novembro de 1895, notou, através de um experimento, que, ao passar uma corrente elétrica por um tubo, uma folha de papelão revestido de cianeto platinado brilhava no escuro. Dessa forma, percebeu que a luz provinha da radiação emitida pelo tubo e a batizou de Raio X. Não demorou e o físico

verificou que o Rx podia penetrar em corpos densos e opacos, produzindo uma imagem sobre uma chapa fotográfica, a qual se tornou importante instrumento médico no diagnóstico (EUROFARMA, 2006).

A descoberta da Penicilina se deu através de um experimento de Sir Alexander Fleming (1881-1955). Esse notou que a contaminação em uma cultura de estafilococos, um tipo de bactéria, com o fungo *Penicillium notatum* fez com que as colônias da bactéria desaparecessem. Fleming publicou suas observações em 1929. Em seguida, dois médicos de Oxford, Sir Howard Florey e Ernst Chain, prosseguiram com as investigações e conseguiram isolar a penicilina em 1940. Seu uso, na Segunda Guerra Mundial, reduziu consideravelmente o número de vítimas fatais entre os aliados (EUROFARMA, 2006).

No século XX, deram-se grandes avanços cirúrgicos como transplante de órgãos, a tecnologia genética com a descoberta da estrutura do DNA em 1953, por James Watson e Francis Crick, esclarecendo doenças genéticas e cromossômicas e, hoje, o uso das células tronco. Nos tempos atuais, pode-se citar o uso da alta tecnologia dos computadores, da robótica, uso de instrumentos de fibra óptica, aparelhos sofisticados de tomografia computadorizada, ressonância magnética, cintilografia óssea, ultrassons, cirurgias intra-útero, implante cocleares, marca-passos cardíacos e próteses ortopédicas.

AS DISCIPLINAS

A tendência à especialização como se conhece atualmente iniciou-se a partir do século XVIII com o avanço da ciência em todos os campos. As especialidades médicas surgem como fruto da evolução do conhecimento, pois o homem, no curto espaço de sua vida, não teria mais possibilidade para dedicar-se integralmente a todos os ramos da ciência que cresce a cada dia. A Cardiologia nasce no século em questão com os trabalhos de Giuseppe Testa, na Itália; mas foi o francês Jean Nicholas Corvisart o primeiro a autodenominar-se cardiologista, sendo médico de Napoleão Bonaparte. No

mesmo século, surge, ainda, a Obstetrícia, a Pediatria e a Endocrinologia. Os estudos físicos sobre a luz e a cor proporcionam o aparecimento da oftalmologia (em 1773, em Viena). Outras especialidades foram surgindo no decorrer do século XIX (CREMESP, 2019).

No início do século XX, após a primeira Guerra, observou-se a necessidade de formação de profissionais dedicados à reconstrução corporal, à reparação humana, à cirurgia plástica, que vinha sendo exercida desde os primórdios da humanidade e torna-se uma especialidade. O avanço tecnológico do século XX multiplica as especializações, provocando o surgimento de muitas ligadas aos novos aparelhos como a radiologia, a endoscopia, a medicina nuclear e também outras motivadas pelas novas situações sociais, como a medicina de Tráfego, por exemplo (CREMESP, 2019).

No Brasil, até meados do século XX, o médico intitulava-se especialista quando se julgava apto para tanto após ter feito sua formação acompanhando alguém mais experiente ou trabalhando em um serviço especializado de um hospital. Não havia, todavia, uma regulamentação específica nesse sentido. A Residência Médica só aparece a partir dos anos 40 (CREMESP, 2019).

Apenas após a criação do Conselho Federal de Medicina e os Conselhos regionais, pelo decreto lei 7.995, de 1945, regulamentado pela lei 3.268, de 1957, e da Associação Médica Brasileira (AMB), em 1951, virá a normalização e, mais tarde, o título de especialista emitido pelas Sociedades de Especialidades, em convênio com a AMB.

O Conselho Federal de Medicina, hodiernamente, por meio da resolução 2005/2012, reconhece 53 especialidades e 54 áreas de atuação em Medicina, que são as sub-especialidades (CREMESP, 2019).

Cada especialista, no consultório ou no hospital, ao exercer a arte de curar, no universo de sua especialidade, pode possuir a aura do médico de outrora desde que saiba cultivar o lado humano da profissão e apoiar-se adequadamente no mais perfeito relacionamento médico-paciente, que, a despeito de toda a evolução científica, ao longo da história da humanidade, permanece alicerçado aos mesmos e imutáveis princípios primordiais

(CREMESP, 2019).

Atualmente, há uma preocupação com a humanização da medicina como prevenção e tratamento promovidos pelo mesmo profissional para toda a família. Assim, o médico da família é uma especialidade da medicina também com a função de cuidar de adultos, idosos e crianças do mesmo núcleo familiar. A finalidade dessa especialidade é conhecer e acompanhar as pessoas por toda a vida dentro do seu contexto e doenças, visando a adiantar diagnósticos e a orientar prevenção e tratamentos. Esses atendimentos se fazem por todo território nacional através de cadastramentos das pessoas pelos agentes comunitários e podem ser realizados em um ambiente específico ou no próprio domicílio. O médico da família e equipe multidisciplinar, contando com enfermeiro, técnico de enfermagem e agente de saúde, são responsáveis pela promoção e pelo acompanhamento das famílias que estão cadastrados no Programa de Saúde da Família (PSF).

O atendimento multidisciplinar é uma tendência mundial na área da saúde, pois a interação da medicina com outras áreas afins possibilita um atendimento mais holístico e humanitário, levando a maior resolubilidade. No entanto, deve-se ressaltar a importância tanto do médico generalista que se ocupa com a saúde global e prevenção, assim como a do especialista que será necessário para resolver problemas pontuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A medicina é uma das áreas mais antigas da humanidade, pois, desde que surgiram as doenças, havia alguém procurando a cura. Porém, é somente há cerca de quase três milênios que se tem os primeiros relatos médicos confirmados. Com a evolução da medicina e da ciência, muitas descobertas, tanto no aspecto micro como no macroscópico, propiciaram o aumento do conhecimento. Dessa forma, ficou impossível que cada médico aprendesse sobre tudo, havendo a necessidade da fragmentação da medicina em especialidades.

Esse ganho progressivo de conhecimento foi tão intenso nas últimas décadas que surgiram mais especialidades e subespecialidades. Hoje não há como imaginar um radiologista fazendo uma cirurgia oftalmológica, assim como um patologista atendendo uma criança.

No entanto, houve a necessidade de maior cooperação com outras áreas da saúde, como a nutrição, a psicologia, a fonoaudiologia, a enfermagem, a fisioterapia, a odontologia, etc. Dentro da própria medicina, percebeu-se que nem todas as situações poderiam ser resolvidas por superespecialistas. Há doenças ou situações clínicas que necessitam de um conhecimento maior das questões sociais do paciente, sua moradia, condições de trabalho, alimentação, etc.

Dessa maneira, surgiram o médico de família, o médico socorrista, com essa visão mais holística, humanitária e coletiva. Atualmente, entende-se que tanto os médicos especialistas quanto os médicos de família são importantes para os cuidados com a saúde. Além da necessidade da interação dessas formas divergentes de atuação na medicina, há também a necessidade da interação com as outras áreas da saúde sempre procurando o melhor resultado à saúde do paciente e para o paciente como um todo.

REFERÊNCIAS

CREMESP. **História da Medicina**, p. 36-38. Disponível em: <https://www.cremesp.org.br/?siteAcao+revista&id+673#.XSeVifK51z4.gmail>. Acesso em: 11 jul. 2019.

EUROFARMA. **A História da Medicina contada a Céu Aberto**. São Paulo: Scriver, 2006.

GORDON, Richard. **A assustadora história da medicina**. Rio de Janeiro: Agir, 1993.

GOTTSCHELL, Carlos Antonio Mascia. **Medicina hipocrática: antes, durante e depois**. Porto Alegre: Stampa, 2017.

ROONEY, Anne. **A História da Medicina** - Das primeiras curas aos milagres da medicina. São Paulo: M.Books do Brasil, 2013.

VITA, Ana Carlota R. **História da maquiagem, da cosmética e do penteado: em busca da perfeição**. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2008.

WALKER, A. **Cirurgia neolítica**. Disponível em
<<http://archive.archaeology.org/9709/newsbriefs/trepanation.html/>>.
Acesso em: 22 jul. 2019.

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: CONTEXTUALIZANDO A HISTÓRIA E PROSPECTANDO O FUTURO NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Rafael Antônio Bianchi¹
Regina Terezinha Borini Santos²
Ricelli Endrigo Ruppel Rocha³

INTRODUÇÃO

A Educação Física é a ciência que estuda as práticas corporais historicamente produzidas. Seja como disciplina escolar ou área acadêmica, é vista como uma das áreas líderes no processo que visa a educar, a motivar para mudanças e a criar oportunidades para que as pessoas atinjam plenamente seu potencial humano e tenham melhores condições de saúde e qualidade de vida. Ainda, é um campo profissional legalmente organizado, integrado à área da saúde e da educação (GOELLNER, 2010).

A Educação Física brasileira bem como a Profissão de Educação Física vivem momentos de transição e de mudanças de paradigmas, tornando-se imprescindível evidenciar, identificar e desenvolver suas dimensões sociais,

¹ Graduado em Educação Física (UNOESC). Mestrando em Desenvolvimento e Sociedade (UNIARP). rafaelbianchi17@gmail.com.

² Graduada em Educação Física (UNIGUAÇU). Especialista em Personal Training (Uniguaçu). Especialista em Educação Inclusiva (UNC). Especialista em Gestão em Saúde (IFSC). Mestranda em Desenvolvimento e Sociedade (UNIARP). regborini85@gmail.com.

³ Graduado em Educação Física (FACEPAL). Doutor em Ciências Biomédicas (IUNIR-UFSC). Professor do Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade (UNIARP). ricelliendrigo@yahoo.com.br.

culturais, econômicas e políticas.

No Brasil, o contexto histórico da Educação Física relata que a medicina e o militarismo tiveram grande influência em seu desenvolvimento. Durante anos, a Educação Física esteve presa a princípios higienistas e militares, entretanto, esses princípios sofreram modificações após o término da Segunda Guerra Mundial quando uma nova postura diante do conhecimento, com mudança de atitude em busca do contexto desse visando à construção de outros mais globalizantes, rompeu os limites anteriormente impostos na Educação Física (DARIDO; RANGEL, 2005).

Considerando todas as mudanças ocorridas no campo da Educação Física ao longo dos anos e a sua relação com outras áreas, o objetivo deste estudo foi contextualizar, no decorrer da história, diversas ações e ciências que colaboraram para o aprimoramento da interdisciplinaridade da Educação Física no Brasil.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

A aproximação entre Educação Física, ciência e saúde não é recente. Desde meados do século XIX, constata-se a importância das atividades físicas como forma de potencializar a saúde dos brasileiros nos discursos da elite política e cultural do país. Tal necessidade era indicada para o fortalecimento da raça, pois a constituição homogênea do povo brasileiro passou a ser o pilar fundamental de um projeto de humanidade centrado na eliminação de tudo aquilo corporalmente intolerável. A crença na transformação da sociedade por meio da educação do corpo adquiriu contornos mais sofisticados com a recorrência aos preceitos da higiene e da eugenia, identificados como saberes científicos necessários à consolidação desse intento (GOELLNER, 2010).

No início do século XX, não havia escolas de formação de profissionais de Educação Física no Brasil, e o saber dos professores, geralmente, limitava-se à instrução prática. As atividades físicas, ainda que reconhecidas no plano

educacional, praticamente, inexistiam nas instituições de ensino. Elas passaram a se popularizar a partir da intervenção dos médicos higienistas, que sabedores da importância da educação do corpo, encarregaram-se de divulgá-la ao conjunto da população (SOARES, 1994).

Em nome da saúde, os médicos interferiram no espaço privado das famílias e na intimidade dos indivíduos, orientando a conduta de mulheres e de homens sobre asseio, banhos, vestimentas, hábitos alimentares, relações afetivas e sexuais e prática de atividades físicas. Portanto, foi através das intervenções que a Educação Física nutriu-se de um saber científico que, gradativamente, fez-se soberano e conferiu maior respeitabilidade à prática da ginástica e dos esportes, a qual, uma vez prescrita pelo médico, deveria ser orientada tanto por militares quanto por professores e instrutores (GOELLNER, 2010).

Ainda que a melhoria da saúde da população brasileira fosse uma preocupação desse tempo, a ação dos higienistas não se direcionava unicamente para isso. Estava atrelada a um projeto político de abrangência nacional, que propunha, como um dos principais objetivos, fortalecer os indivíduos (SILVA, 2004). Imersa nesse cenário, a Educação Física legitimou-se como importante espaço de educação do corpo entendido como o desenvolvimento das potencialidades orgânicas dos indivíduos e das virtudes da raça. A concretização de tamanho objetivo demandava conhecimentos advindos da área da Educação Física, que, ao articular-se com a medicina e as normas jurídicas, atuaria em favor da ordenação de corpos ágeis, fortes e saudáveis.

Não é sem razão que corresponde aos anos 1930 e 1940 a implementação, por parte do Estado, de ações direcionadas à estruturação dessa área específica, com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (1931); a transformação do Centro Militar de Educação Física, criado em 1922, na Escola de Educação Física do Exército (1933); a criação da Divisão de Educação Física do Departamento Nacional de Educação (1937); a referência explícita à Educação Física na Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas; a instalação da Comissão Nacional de Desportos; a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil (1939); e a adoção oficial do Método Ginástico

Francês (1931) como o método a ser trabalhado nas aulas de Educação Física das escolas brasileiras (GOELLNER, 2010).

No Período que abrange o pós Segunda Guerra Mundial, até meados da década de 1960, mais precisamente em 1964, início do período da Ditadura brasileira, a Educação Física nas escolas conservava o caráter gímnico e calistênico do Brasil república. Com a conquista do Poder Executivo brasileiro pelos militares, ocorreu um crescimento repentino do sistema educacional, momento no qual o governo esboçou usar as escolas públicas e privadas como fonte de programa do regime militar. À época, o governo investia muito no esporte, na tentativa de fazer da Educação Física um sustentáculo ideológico a partir do sucesso em competições esportivas de alto nível, abortando, assim, críticas internas e deixando transparecer um clima de prosperidade e de desenvolvimento. É importante ressaltar a ideia do esportivismo, tendo em vista que a busca por rendimentos, vitórias e a busca pelo mais forte e hábil ficou cada vez mais presente na Educação Física (DARIGO; RANGEL, 2005).

Dentre uma das medidas mais importantes, apresenta-se a obrigatoriedade da Educação Física/Espportes no ensino do 3º Grau, por meio do decreto Lei 705/69. O propósito político desse decreto era beneficiar o regime militar, desarranjando as mobilizações e o movimento estudantil que era desfavorável ao regime militar, visto que as universidades simbolizavam um dos principais polos de resistência a esse regime. Dessa maneira, o esporte era utilizado como elemento de distração à realidade política da época. Além disso, a Educação Física/Espportes no 3º Grau era julgada uma atividade destituída de conhecimentos e estava relacionada ao fazer pelo fazer, voltada à formação de mão de obra apta à produção (DARIDO; RANGEL, 2005).

A história da Educação Física no Brasil, em muitos momentos, confunde-se com a história das Escolas Militares em sua formação e sua estruturação (CASTELANI FILHO, 1988). Embora nos anos 50 e 60, além do interesse da medicina nos fatores associados à crescente incidência de doenças cardíacas em países industrializados, havia, na Educação Física, um interesse particular na aptidão física relacionada ao desempenho motor para a competição esportiva ou para a preparação militar de jovens. No final dos

anos 60, a partir da proposta do Método Aeróbico (COOPER, 1968), e durante a década de 70, o foco fixou-se na aptidão cardiorrespiratória como fator importante na prevenção da doença arterial coronariana (DAC).

O Brasil acompanhou esse movimento e o Teste de Cooper, parte integrante do Método Aeróbico de Cooper, popularizou-se nas escolas e campos de treinamento. As corridas e a aptidão cardiorrespiratória ou a resistência aeróbica dominaram o cenário da área que viria a ser de atividade física e saúde. Ainda nos anos 70, algumas universidades brasileiras começaram a instalar laboratórios de avaliação física e elaborar algumas iniciativas na área da atividade física e saúde (NAHAS; GARCIA, 2010).

Durante a década de 1980, a resistência à concepção biológica da Educação Física foi criticada em relação ao predomínio dos conteúdos esportivos (DARIDO; RANGEL, 2005). Existem, na Educação Física, diversas concepções, modelos, tendências ou abordagens que tentam romper com o modelo mecanicista, esportivista e tradicional até então embutidos aos esportes. Entre essas diferentes concepções pedagógicas, podem-se citar: psicomotricidade; desenvolvimentista; saúde renovada; críticas; e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1997).

Em 1996, com a reformulação dos PCNs, ressalta-se a importância da articulação da Educação Física entre o aprender a fazer, o saber por que se está fazendo e como relacionar-se nesse saber (BRASIL, 1997). De forma geral, os PCNs trazem as diferentes dimensões dos conteúdos e propõem um relacionamento com grandes problemas da sociedade brasileira, sem perder de vista o seu papel de integrar o cidadão na esfera da cultura corporal. Os PCNs buscam a contextualização dos conteúdos da Educação Física com a sociedade, devendo ser trabalhada de forma interdisciplinar, transdisciplinar e através de temas transversais, favorecendo o desenvolvimento da ética, da cidadania e da autonomia.

A concepção pedagógica psicomotricidade divulgou-se, inicialmente, em programas de escolas especiais, sendo voltada para o atendimento de alunos com deficiência motora e intelectual. Foi o primeiro movimento mais articulado que surgiu a partir da década de 1970 em oposição aos modelos pedagógicos anteriores. Nesse modelo que perdura até hoje, a concepção de

psicomotricidade tem como objetivo o desenvolvimento psicomotor, extrapolando os limites biológicos e de rendimento corporal, incluindo e valorizando o conhecimento de ordem psicológica. Para isso, a criança deve ser constantemente estimulada a desenvolver sua lateralidade, consciência corporal e coordenação motora (DARIDO; RANGEL, 2005).

AS PERSPECTIVAS FUTURAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA

A Educação Física, seja como disciplina escolar, área acadêmica ou profissão regulamentada, passou a ser vista como uma das áreas líderes no processo que visa a educar, a motivar para mudanças e a criar oportunidades para que as pessoas atinjam plenamente seu potencial humano e tenham melhores condições de saúde e qualidade de vida (NAHAS; GARCIA, 2010).

As universidades passaram a ter uma responsabilidade ainda maior na produção do conhecimento, seja na identificação de problemas, descrição de características das populações e sua associação com saúde e qualidade de vida, na experimentação de novos processos e na formação de profissionais mais competentes em consonância com as expectativas da sociedade. Mais que isso, as universidades precisam estar atentas às tendências e formar para o futuro, com os recursos hoje disponíveis e a partir das lições do passado recente (NAHAS; GARCIA, 2010).

Os projetos dos cursos de educação física no Brasil devem articular competências em seus processos de ensino e de aprendizagem, construindo e debatendo as inúmeras situações concretas articuladas durante a formação de seus profissionais. É criticamente relevante que os futuros profissionais tenham tempo de viver suas experiências e possam identificar quais são as competências e habilidades que poderão mobilizar para a resolução daquela tarefa ou situação de forma autônoma. Ainda que de maneira desequilibrada, acredita-se que a Educação Física tem avançado nesse sentido apesar de todas as limitações nas políticas educacionais e de ciência e tecnologia nessa área, muitas vezes equivocadas, por ignorar os próprios pesquisadores da área e pela falta de estrutura e incentivo à pesquisa

(NUNES et al. 2012).

Seja na escola, postos de saúde, clubes esportivos ou centros comunitários, cada vez mais a Educação Física deverá estar presente, atuando, com competência, para o bem-estar e para a saúde individual e coletiva. Com o intuito de que isso ocorra de modo a atender às expectativas da sociedade, a pesquisa e a consequente veiculação do conhecimento produzido são essenciais. Além disso, os resultados de pesquisas devem ser disseminados aos profissionais da área e à comunidade em geral na forma de orientações, de recomendações e de políticas públicas baseadas em evidências, não em projetos com base ideológica, desatualizados conceitualmente desconsiderando quem realmente pesquisa e constrói a área de atividade física e saúde no Brasil (NAHAS; GARCIA, 2010).

Sendo assim, as pesquisas em Educação Física na área de atividade física e saúde justificam-se pela necessidade de contribuir com o desenvolvimento humano pleno, subsidiando o trabalho do profissional em Educação Física, bem como, auxiliar na definição da identidade própria da área, possibilitando a interação com outras disciplinas (NAHAS; GARCIA, 2010).

É necessário, nesse momento, recontextualizar a formação do profissional de educação física, construindo e elaborando modos não escolares para planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de exercícios físicos/atividades físicas, esportivas e de lazer para intervir na sociedade (NUNES et al. 2012). Nessa perspectiva, Pérez Gómez (2001) coloca que os docentes e a própria instituição escolar estão frente ao grande desafio de construir um marco intercultural bastante amplo, no qual aconteça a integração de valores, ideias, tradições e costumes que assumam e fortaleçam a diversidade, a reflexão crítica e a tolerância. Todos esses elementos ajudarão no enfrentamento dos aspectos negativos impostos pela mídia e pela sociedade.

Além disso, a área da Educação Física requer incentivo à pesquisa e à publicação, tendo em vista que as áreas de atividade física e de saúde carecem de uma adequada preparação para novas abordagens em pesquisa,

além da formação voltada ao trabalho multidisciplinar e multiprofissional, característico da área. Há, também, a necessidade de uniformização conceitual, evitando concepções equivocadas e divergências grosseiras na interpretação de resultados (PACHECO; SOARES, 2016).

Um dos maiores desafios está em melhorar a qualidade das pesquisas, identificar problemas relevantes, buscar modelos conceituais sólidos e boa base teórica para os projetos, escolher métodos adequados a partir das características dos problemas a investigar, incluindo amostras representativas de populações bem definidas, instrumentos validados, cuidados éticos e com o processo de coleta e análise dos dados. A escolha do periódico para publicação, do mesmo modo, é importante, bem como levar em conta a temática investigada e o público que se pretende atingir, além da qualidade editorial e a especificidade da revista (NAHAS; GARCIA, 2010).

A área ainda carece de bons artigos conceituais e metodológicos, bem estruturados e que sirvam de orientação a novos pesquisadores. Ainda, são necessários estudos populacionais com amostras representativas e com instrumentos de medidas validados para a população investigada, mas, acima de tudo, são necessárias intervenções comunitárias em contextos bem definidos, como família, escola, local de trabalho, parques entre outras áreas construídas. Igualmente, importantes questões de saúde pública podem ser abordadas pela Educação Física como planejar, desenvolver, programar, avaliar e disseminar as práticas efetivas de programas de promoção da atividade física na comunidade ou em grupos específicos de crianças, adolescentes, adultos trabalhadores, idosos, pessoas com deficiência, doentes crônicos entre outros (NAHAS; GARCIA, 2010).

No Brasil, as sociedades científicas e grupos de pesquisa em atividade física e saúde precisam agir mais e ser consultados por órgãos governamentais quando da elaboração de recomendações, planos de promoção da atividade física, nacionais ou regionais. Nesse contexto, é preciso rever o que acontece no ambiente escolar em termos de promoção da saúde e, em particular, fazer da Educação Física Escolar o principal instrumento e meio de promoção de estilo de vida mais ativo e saudável, oferecendo melhores recursos e orientação na busca de uma Educação Física de qualidade (NAHAS; GARCIA, 2010)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto histórico da Educação Física, nota-se que o século XIX é especialmente importante para o entendimento dessa disciplina, tendo em vista terem-se elaborados diversos conceitos básicos sobre o corpo e sobre sua utilização como força de trabalho, sistematizando os movimentos e relacionando-os ao corpo saudável, integrando o discurso médico e pedagógico.

Ainda, a interdisciplinaridade na Educação Física relaciona-se com a medicina, biologia, química, fisiologia, psicologia entre outras ciências, desenvolvendo no indivíduo a capacidade de analisar e de agir criticamente para a melhoria da qualidade de vida e saúde.

Sendo assim, acredita-se que um dos grandes desafios da área de Saúde Pública, incluindo a Educação Física, no mundo atual, é desenvolver ações que visem a promover a saúde, prevenir doenças, mudar comportamentos de risco e, ao mesmo tempo, atender às expectativas e aos interesses da maioria das pessoas em questões de bem-estar e de qualidade de vida. Para que isso aconteça da forma mais efetiva possível, é importante o desenvolvimento de pesquisas de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF 1997.

COOPER, Kennet H. **A means of assessing maximal oxygen intake: correlation between field and treadmill testing.** Journal of the American Medical Association, Chicago, v.203, p.135-138, 1968.

DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. **Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2005.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Educação física, ciência e saúde: notas sobre o acervo do Centro de Memória do Esporte**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p. 527-536, 2010.

NAHAS, Markus Vinicius; GARCIA, Leandro Martin Totaro. **Um pouco de história, desenvolvimentos recentes e perspectivas para a pesquisa em atividade física e saúde no Brasil**. Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v. 24, n.1, p.135-48, jan./mar. 2010.

NUNES, Marcello Pereira; VOTRE, Sebastião Josué; SANTOS, Wagner. O profissional em educação física no Brasil: Desafios e perspectivas no mundo do trabalho. **Motriz**, Rio Claro, v.18 n.2, p.280-290, abr./jun. 2012.

PACHECO, Rafael Spiller; SOARES, Maria Cecília L. B. A atuação do profissional de Educação Física em equipes multidisciplinares da saúde pública e privada. **Ensaio & Diálogos**, Rio Claro, v.9, n.1, p.139-158, jul./dez. 2016.

PÉREZ GÓMEZ, AI. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SILVA, Maria Cecília. **A Educação Física escolar/saúde: o discurso médico no século XIX**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, São Paulo, v.26, n.1, p. 97-112, 2004.

SOARES, Carmen. **Educação Física: raízes históricas e Brasil**. Campinas: Autores Associados. 1994.

PSICOLOGIA: HISTÓRIA E SUA INTERDISCIPLINARIDADE

Madaline Ficagna Roveda¹

Juliângela Mariane Schröder Ribeiro dos Santos²

Rosana Claudio Silva Ogoshi³

Joel Haroldo Baade⁴

INTRODUÇÃO

Ao se discorrer a respeito do desenvolvimento da psicologia, refere-se, também, ao processo, à elaboração e à concepção do pensamento humano, ou seja, admite-se e percebe-se que o ser humano está constantemente em movimento. Segundo Lane (1985, p.12), o homem "[...] fala, pensa, aprende e ensina, transforma a natureza, o homem é cultura, é história". A apreensão do homem, quando se trata das atividades subjetivas, vem de muito tempo, assim como as primeiras formas do pensamento racional, pois quando se tem o pensamento sobre o mundo, os outros homens e sobre si, constroem-

¹ Mestranda em Desenvolvimento e Sociedade. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador/SC. E-mail: madaline@uniarp.edu.br

² Mestranda em Desenvolvimento e Sociedade. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador/SC. E-mail: juh_schroeder@yahoo.com.br

³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador/SC. E-mail: rosana.ogoshi@uniarp.edu.br.

⁴ Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador/SC. E-mail: baadejoel@gmail.com.

se as ideias psicológicas como percepções e emoções (CAMBAÚVA; DA SILVA; FERREIRA, 1998).

Quando se estuda a psicologia do ponto de vista histórico-social, pode-se perceber sua constituição em ciência e aprender os debates atuais das relações sociais desenvolvidas pelos homens. Concebe-se, primeiramente, que a psicologia não é uma criação abstrata ou mágica, ao contrário, é criação humana e concreta: primeiro como ideias psicológicas mergulhadas na filosofia; após, disciplina científica. Estudar a história da psicologia possui razões para se colocar como imprescindível e fundamental para todos os que desejam obter conhecimento em qualquer área dessa ciência (LANE, 1985).

A história fornece as raízes em que será construído todo o conhecimento. Este estudo poderá prover um melhor conhecimento sobre a psicologia fundamentada na teoria filosófica.

A PSICOLOGIA PRÉ-CIENTÍFICA

Os primeiros filósofos conhecidos surgiram por volta do século VI a.C, num período denominado cosmológico, pois partiam do pressuposto de que o cosmo era um composto de partes ou a mistura de elementos simples. Alguns dos principais filósofos desse período, também denominado pré-socrático, foram Tales de Mileto, Heráclito, Pitágoras, Anaxágoras e Demócrito (FREIRE, 2014).

A partir daí vierem os sofistas, que deslocaram o objeto de suas especulações do mundo para o homem, surgindo, assim, a fase antropocêntrica (FREIRE, 2014). Esses sofistas eram professores ambulantes que cobravam por suas lições e percorriam as cidades, ensinando as ciências e as artes aos jovens, com finalidade prática. Sócrates, muitas vezes, foi confundido com um sofista, pois se dedicava à educação da juventude, porém, para filósofos como Sócrates, a linguagem deve ser submetida às exigências da verdade, sendo apenas uma imagem turva do Ser, já para os sofistas, a linguagem é um objeto de estudo que revela seus modos de

funcionamento e aponta as causas de seu poder (RAFFIN, 2009).

A filosofia e a psicologia Socráticas estão intimamente relacionadas com a ética. Sócrates foi um crítico das tradições, usos e costumes da época. Platão foi o mais ilustre aluno de Sócrates e, também, seu intérprete; acrescentou ao seu conceito a existência de um reino de ideias que é o permanente e perfeito, que existe fora do homem e independente dele (FREIRE, 2014).

A história da psicologia das relações humanas esclarece que as tentativas de explicar o comportamento social do homem devem ser anteriores a Platão e Aristóteles. Platão afirma que o meio social determinava a conduta do ser humano, por isso atribuía grande valor à educação. Por outro lado, Aristóteles defendia a ideia de que todos os homens têm certas tendências inatas, contra as quais a educação pouco ou nada tem a fazer (CARVALHO, 1979).

Portanto, o mundo em que se vive não existiria sem a atividade da humanidade que o produziu. Sendo assim, a vida humana e a vida do eremita, que vive na natureza selvagem, não seria possível sem um mundo que, de alguma forma, testemunhe a presença de outros seres humanos (ARENDT, 2005).

A psicologia nesse período relaciona-se ao conhecimento já que, ao lado do poder econômico e político, a igreja Católica, igualmente, monopolizava o saber e, conseqüentemente, o estudo do psiquismo.

Nesse sentido, dois grandes filósofos representam esse período: Santo Agostinho e São Tomás de Aquino (CARVALHO, 1979). Santo Agostinho, inspirado por Platão, também, fazia uma cisão entre alma e corpo. Entretanto, para ele, a alma não era somente a sede da razão, mas a prova de uma manifestação divina no homem.

A PSICOLOGIA E AS RELAÇÕES HUMANAS

A psicologia é a ciência que estuda o comportamento humano. A definição pode parecer simples, mas contém elementos que merecem uma reflexão cuidadosa. O termo comportamento humano refere-se sensivelmente ao que é possível que uma ou várias pessoas façam. E, nesse contexto, os psicólogos estudam o comportamento em todas as suas formas (MINICCUCCI, 2006).

A existência de uma natureza humana rígida, pouco atingível pela educação (posição de Aristóteles), ou a idéia de uma alta educabilidade do homem, sobretudo na infância e na adolescência (ponto de vista de Platão) são os dois pólos entre os quais tem oscilado os pensadores posteriores àqueles filósofos (CARVALHO, 1979, p.13).

A psicologia das relações humanas é a tentativa de aplicar os conhecimentos fornecidos pela psicologia em geral e pela psicologia social, em particular, aos problemas das relações entre pessoas ou grupos. A psicologia das relações humanas bem como a psicologia social são disciplinas que participam de dois grandes ramos do conhecimento, e ambas recebem contribuições da psicologia e da sociologia (CARVALHO, 1979).

A PSICOLOGIA NO RENASCIMENTO

Pouco mais de 200 anos após a morte de São Tomas de Aquino, inicia-se uma época de transformações radicais no mundo Europeu – o Renascimento – em que se tornou possível os estudos entre mente e corpo, ou seja, o dualismo, possibilitando o avanço da anatomia e da fisiologia que contribui muito para o avanço da psicologia (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999).

Na passagem para o capitalismo, começa a surgir uma nova forma de organização econômica e social, na qual se tem uma maior valorização do

homem.

As ciências também conhecem um grande avanço com Copérnico, em 1543, causando uma revolução no conhecimento humano ao mostrar que o planeta Terra não é o centro do universo e, em 1610, quando Galileu estuda a queda dos corpos, realizando as primeiras experiências da Física Moderna. Esse avanço na produção de conhecimentos começa a estabelecer métodos e regras básicas à construção do conhecimento científico (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999).

Renê Descartes (1596-1659), um dos filósofos que mais colaborou para o avanço da ciência nesse período, postula a separação entre mente (alma, espírito) e corpo, afirmando que o corpo, desprovido do espírito, é apenas uma máquina. Esse dualismo mente-corpo torna possível o estudo do corpo humano morto, permitindo o avanço da anatomia e da fisiologia, que contribuiria em muito para o progresso da própria psicologia (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999).

A PSICOLOGIA CIENTÍFICA

O conhecimento se torna independente da fé, até mesmo os dogmas da igreja se tornam questionáveis, eis aqui o momento em que o mundo se moveu, a racionalidade do homem apareceu e a possibilidade do conhecimento surgiu de forma construtiva. Nesse período, destacam-se homens como Hegel e Darwin, que enterram de vez o antropocentrismo com a tese evolucionista (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999).

A psicologia científica surgiu na Alemanha, na metade do século XIX, atribuindo a Willhelm Maximilian Wundt o título de fundador da psicologia como ciência experimental. Porém, é nos Estados Unidos que ganha espaço, pois ali surgem as primeiras escolas e as abordagens da psicologia: Funcionalismo de William James (1842-1910), o Estruturalismo de Edward Titchner (1867-1927) e o Associacionismo de Edward L. Thorndike (1847-1949) (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999).

A psicologia, enquanto ramo da filosofia, estudava a Alma, já a psicologia científica nascia quando Wilhelm Wundt (1832-1926) cria o primeiro laboratório para realizar experimentos na área da Psicofisiologia. A partir daí, há estudos científicos produzidos em laboratório, com uso de observação e medição. Nessa nova fase, o campo da psicologia passa a ligar-se a especialidades da medicina, deixando a subordinação que antes era restrita à área da filosofia (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999).

A PSICOLOGIA NO BRASIL

Por volta de 1830, surgiram os primeiros estudos em Psicologia no Brasil, racionais ou filosóficos, advindos das teses de médicos, principalmente do Rio de Janeiro e Bahia (SOARES, 2010; VILELA, 2012). Não se desprezava a Filosofia naquela época, pois se reconhecia que era a “[...] *mater scientiarum*, mesmo nas especialidades médicas e por se saber que, sem ela, empobrece o pensamento, padece a lógica, esbate-se a dialética, morre a crítica, apouca-se a criatividade, sofisma-se a verdade” (SOARES, 2010, p.12).

Essas teses criam, no Brasil, o hábito de produção de textos. Tais textos, na maior parte do tempo, são ambivalentes e contraditórios, mas compõem uma forma própria de organizar as diversas ideias que surgem em um país agrário, escravagista, religioso, com base conservadora, defensor da hierarquia entre os homens e da superioridade da raça branca. É preciso que contrários estejam equilibrados e os médicos se encarregavam de sanar a população com esses conhecimentos (VILELA, 2012).

As teses, resultados do processo de ensino, são fatores de difusão do novo conhecimento psicológico. Ainda são muito usadas, pois cumprem um papel fundamental na produção do conhecimento moderno e tem como principal requisito ser um trabalho original que represente um novo conhecimento para a área de estudo, não só pela área da psicologia, mas também por estudiosos de outras áreas, como Educação, Educação Física, Arquitetura, Nutrição, além da própria Medicina (VILELA, 2012).

A PSICOLOGIA E A INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade, como se sabe, é exigida na área da saúde e essa é necessária no seio da própria psicologia em função de sua ampla multiplicidade. A atuação da psicologia na área da saúde não deve se constituir em mais um campo específico de saber, mas promover a interdisciplinaridade na concepção do homem que participa do processo saúde/doença; contribuir para a superação de diferenças substanciais entre disciplinas distintas quanto aos critérios de saúde, ideologia, linguagem técnica, modelos de ação e objetivos, diferenças que têm conduzido a divergências quanto à abordagem do registro, da priorização e da interpretação dos dados no que diz respeito à doença, à cura e à saúde (RAMOS-CERQUEIRA, 1994).

O psicólogo, inserido na equipe multiprofissional, auxilia na transformação cultural dos profissionais da saúde e dos pacientes, que tendem a centralizar o poder de decisão no médico, mudando o foco para toda a equipe. É capaz de agregar e compartilhar saberes em busca de uma visão integral do sujeito, focalizando na prevenção e na promoção da saúde (RAMOS-CERQUEIRA, 1994; FELÍCIO, 2013).

Porém, segundo Felício (2013), a grande maioria dos profissionais de saúde não reconhece a contribuição da psicologia, dificultando, dessa forma, o trabalho em equipe, pois deve existir uma inter-relação entre todos os membros e cada um deve saber das atribuições de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a história da psicologia é entendê-la enquanto criação humana, ou seja, tendo a compreensão de como, por que e quando ela foi criada. Isso pode compor o entendimento do predomínio de teorias, a escolha dominante de uma determinada área de atuação e o surgimento das mesmas. Porém, estudar historicamente a psicologia é estudar, também, a

história enquanto elaboradores de conhecimento, um ser pensante.

As informações apresentadas neste capítulo têm a finalidade de agregar às reflexões sobre a psicologia no que tange à sua construção, história e continuidade enquanto ciência na atualidade. Assim, há motivações profundamente atreladas que incentivam tais reflexões: a primeira tem relação com a necessidade de entendimento da transformação das ideais psicológicas em psicologia científica; e a segunda tem relação com a possibilidade de preocupação do senso crítico na análise do processo de modificação do homem enquanto ser passivo em ser ativo e criativo, logo, ser independente.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **A Condição Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BOCK, A. M. B; FURTADO, O; TEIXEIRA, M.L.T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

CAMBAÚVA, L. G; SILVA, L. C; FERREIRA, W. Reflexões sobre o estudo da História da Psicologia. **Estudos de Psicologia**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 207-227, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X1998000200003>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

CARVALHO, I. M. **Introdução à Psicologia das Relações Humanas**. 11. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

FELÍCIO, W. F. A Psicologia e a Multidisciplinaridade na Saúde. **Psicologia. PT – O Portal dos Psicólogos**. Divinópolis, 2013. ISSN 1646-6977. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0345.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

FREIRE, I. R. **Raízes da psicologia**. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

LANE, S. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In: LANE, S.; CODO, W. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 10-19.

MINICCUCCI, A. **Relações Humanas: psicologia das relações interpessoais**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RAFFIN, F. **Pequena Introdução à Filosofia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

RAMOS-CERQUEIRA, A. T. A. Interdisciplinaridade e psicologia na área da saúde. **Temas psicol.** Ribeirão Preto, v. 2, n. 3, p. 37-41, dez. 1994.

Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 jul. 2019.

SOARES, A. R. A psicologia no Brasil. **Psicologia: ciência e profissão**, [S. l.], v. 30, n. esp, p. 8-41, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932010000500002>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

VILELA, A. M. J. História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. **Psicologia: ciência e profissão**, [S. l.], v. 32, n. esp, p.28-43, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000500004>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR NO ENSINO DA LÍNGUA ESTRANGEIRA

Marcos Aurélio Ariatti¹
Inês Maria Gugel Dummel²
José Luiz Gonçalves da Silveira³
Joel Haroldo Baade⁴

INTRODUÇÃO

Com as constantes transformações pelas quais a sociedade contemporânea vem passando, é cada vez mais importante demonstrar a importância da interdisciplinaridade no processo de ensino, pois ela não se limita a realizar um esforço para integrar conhecimentos, mas sim garantir a construção de forma mais ampla, rompendo as fronteiras do comodismo histórico de cada disciplina.

Entende-se, no entanto, que o processo de ensino obriga-se a buscar

¹ Mestrando em Desenvolvimento e Sociedade. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador/SC. E-mail: marcosariatti@yahoo.com.br.

² Mestranda em Desenvolvimento e Sociedade. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador/SC. E-mail: dummel98@gmail.com.

³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador/SC. E-mail: gonsalves.cgi@gmail.com.

⁴ Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador/SC. E-mail: baadejoel@gmail.com.

novas formas de responder, de maneira eficaz e objetiva, às indagações que lhe são impostas no atual momento histórico. Por isso, é necessário rever conceitos, propor novas formas de trabalho que correspondam à realidade, descaracterizando assim uma educação fragmentada a qual oferece ao aluno uma formação distante de uma prática pedagógica comprometida com as novas exigências.

Portanto, as práticas interdisciplinares buscam agregar as diversas áreas do conhecimento, valorizando a construção do conhecimento, não apenas sendo uma forma de aprender, mas também a possibilidade de aprender por meio do diálogo, curiosidade, diversidade e acontecimentos inesperados vivenciados na jornada pela busca do conhecimento. Klein (1990 apud SOMMERMAN, 2012, p.177) retrata as características do indivíduo interdisciplinar:

o que caracteriza a atitude interdisciplinar é a confiabilidade, flexibilidade, resiliência, sensibilidade aos outros, disposição para correr riscos, pele grossa ou ego forte, tolerância à ambiguidade, iniciativa e criatividade, educação ampla, preferência pela diversidade e por novas funções sociais e sentido de insatisfação com os limites disciplinares.

Dessa forma, é necessário mostrar que o ensino de uma língua estrangeira tem seus objetivos firmados por meio do desenvolvimento do senso crítico, possibilitando uma visão de mundo alicerçada em diferentes culturas, com acesso à informação e à comunicação mais ampla necessárias ao desenvolvimento pleno do aluno em processo de formação e de aquisição e domínio de um novo idioma.

Fato é que a própria Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96 trata as línguas estrangeiras modernas não como disciplinas isoladas, mas sim as colocam em uma grande área – Linguagens e Códigos e suas Tecnologias – assumindo essa tentativa de caráter mais interdisciplinar.

Por isso, faz-se urgente que os educadores alinhem a interdisciplinaridade como exigência em suas propostas atuais pela busca do conhecimento. Há uma tendência das escolas em mobilizar projetos interdisciplinares e as universidades em criar grupos de estudos com especialistas nas diversas áreas do conhecimento, entretanto, parece que

poucos buscam um planejamento mais consciente e reflexivo.

A partir de todas essas mudanças de concepção sobre o conhecimento do mundo, Fazenda (2002, p.38) cita que ser “interdisciplinar é superar a visão fragmentada não só das disciplinas, mas de nós mesmos e da realidade que nos cerca, visão esta que foi condicionada pelo racionalismo técnico”. Seguindo esse viés, o presente capítulo busca apresentar um estudo bibliográfico sobre o processo de ensino e de aprendizagem alinhado à proposta interdisciplinar e objetiva suscitar reflexões sobre a importância da interdisciplinaridade na língua estrangeira, trazendo algumas indagações sobre o tema, definição de conceitos e suas implicações na prática docente.

INTERDISCIPLINARIDADE: PERCURSO HISTÓRICO E PERSPECTIVAS NO ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Com base no momento da sociedade atual, o sistema educacional manifesta a necessidade de romper com modelos tradicionais de ensino. Historicamente, em âmbito mundial, entre os anos 1960 e 1970, começou-se a pensar na possibilidade da interdisciplinaridade como possível prática de pesquisa e de ensino à medida que os conhecimentos disciplinares foram tomados por insatisfações entre os cientistas porque pareciam insuficientes para enfrentar os novos fenômenos que surgiram na época. Segundo Assis (2010, p.01), foi “Georges Gusdorf que sistematizou a proposta desse movimento e abriu os debates sobre os efeitos da excessiva fragmentação do conhecimento, propondo integrar o conhecimento e humanizar a ciência”.

Diante disso, dois fatos relevantes marcaram a década de 1970. Por um lado, sob o forte modismo, introduziu-se a interdisciplinaridade na educação sem as devidas e justas reflexões, sem pensar nos reais objetivos e, também, não se refletiu sobre as possíveis dificuldades que se poderia encontrar no percurso. Como resultado desse afastamento e o descompasso no trato das questões da interdisciplinaridade, evidenciou-se desinteresse

por parte dos educadores da época, gerando um atrofamento do conhecimento nos bancos escolares, condenando a educação por quase duas décadas (FAZENDA, 2016).

No Brasil, o conceito interdisciplinar foi introduzido em 1976 por Japiassu e revisitado em 1991 por Fazenda. O primeiro autor aborda o conceito no campo epistemológico e o segundo no campo pedagógico, ambos consideram a abordagem disciplinar como uma moléstia que precisa ser superada por meio das práticas interdisciplinares.

Na década de 1970 e 1980, segundo estudos, reconheceu-se a temática envolvendo a interdisciplinaridade por um reduzido número de pesquisas com uma bibliografia pouco explorada. Já no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, começaram a surgir centros de referência, reunindo pesquisadores em torno da interdisciplinaridade na educação, com destaque a países como Canadá e França que, com suas descobertas, interferiram diretamente nas reformas educacionais brasileiras (FAZENDA, 2011, p. 11).

No Brasil, os estudos começaram a surgir em 1986, na Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP sob a coordenação de Ivani Fazenda, autora que ampara teoricamente este trabalho e que criou o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Interdisciplinaridade na Educação (GEPI, 2011), produzindo diversas pesquisas sobre diferentes olhares para educação.

Na legislação, a temática da interdisciplinaridade surgiu a partir da primeira versão da Lei de Diretrizes e Bases em meados dos anos 1970, voltando a ser referenciada na nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Nesse sentido, é importante ressaltar que essa influência na legislação e nas propostas curriculares fez com que a interdisciplinaridade estivesse cada vez mais presente no cenário educacional brasileiro (ESPINDOLA, 1998).

Para este estudo, toma-se a definição de interdisciplinaridade cunhada por Klein (1990 apud SOMMERMAN, 2012, p. 88):

A interdisciplinaridade não é uma temática, nem um conteúdo. É um processo para realizar uma síntese integradora, um processo que normalmente começa com um problema, uma questão, um tópico ou um tema. Indivíduos devem trabalhar para superar problemas criados pelas

diferentes linguagens e as visões de mundo disciplinares.

Ademais, desse pequeno recorte histórico, é importante salientar que a interdisciplinaridade oferece uma nova postura diante do conhecimento, proporcionando aos alunos e aos professores, a interação com outras disciplinas respeitando a individualidade de cada uma, tendo como principal objetivo, romper os limites e comodismos compreendendo melhor a realidade e sua complexidade.

Sobre a complexidade, Morin (2005, p.154) ressalta que “[...] quanto mais informação, mais comunicação, mais ideias e mais riscos de erros; mas também, quanto mais complexidade, mais possibilidade de transformar esses erros e de torná-los criativos”. Segundo o autor, enfrentar a complexidade do real significa: confrontar-se com os paradoxos da ordem/desordem, da parte/todo, do singular/geral; incorporar o acaso e o particular como componentes da análise científica e colocar-se diante do tempo e do fenômeno, integrando a natureza singular e evolutiva do mundo à sua natureza acidental e factual (MORIN, 2005).

O caminho mais seguro para fazer a relação da língua estrangeira com outras disciplinas é basear-se em uma situação real. A abordagem interdisciplinar permite que conteúdos trabalhados de forma convencional sejam ensinados e aplicados na prática. Assim, é indispensável o envolvimento interdisciplinar nas instituições de ensino, pois a associação de conteúdos gera no estudante uma necessidade imediata de aprender uma língua estrangeira para que possa se sentir inserido na sociedade globalizada.

Assim, é saudável que, na prática docente, seja frequente o exercício de perguntar o porquê ensinar determinado conteúdo, de onde vêm os currículos, que impactos as diferenças culturais podem influenciar dentro e fora da sala de aula, e tantas outras indagações necessárias à real mudança de pensamento em relação à produção do conhecimento.

Ainda dentro desse contexto, muitos professores que trabalham com língua estrangeira encontram barreiras ao tentar algo em seu modo de pensar e fazer educacional, pois existe uma insegurança e/ou despreparo do professor em ser um mediador num trabalho interdisciplinar, já que a sua

formação acadêmica é fragmentada e falta tempo para uma melhoria em sua atualização por conta de questões do próprio sistema educacional.

No sistema de ensino disciplinar, há a preocupação da disciplina em desenvolver assuntos apenas a ela ligados. Seguindo esse viés, Morin (2005 p.135) versa que “cada vez mais as disciplinas se fecham e não se comunicam umas com as outras. Os fenômenos são cada vez mais fragmentados e não se consegue conceber a sua unidade.” Como exemplo, destacam-se, aqui, as disciplinas envolvendo a língua estrangeira, que visa a capacitar o estudante a compreender e a produzir enunciados corretos no idioma, objetivando apenas o conhecimento metalinguístico e o domínio consciente de regras gramaticais, dando prioridade à memorização dessas de maneira descontextualizada a fim de permitir, quando muito, alcançar resultados rasos em exames escritos, apenas. Isso ocorre, uma vez que “cada disciplina pretende primeiro fazer reconhecer sua soberania territorial, e, à custa de algumas magras trocas, as fronteiras confirmam-se em vez de se desmoronar (MORAN, 2005).

Observa-se, portanto que o ensino de língua estrangeira deveria desempenhar uma função relevante no currículo, pois é complemento importante na formação global do aluno e no enriquecimento de sua personalidade, é veículo de informação cultural, técnica e científica, exercendo, na sua função educacional, um papel formativo em relação às outras disciplinas. Fogaça (2014) ressalta a importância da língua estrangeira, tendo em vista que é a partir da “linguagem que somos capazes de aprender, conhecer e compreender tudo que está ao nosso redor”.

Sabe-se que há dificuldade de uma integração entre professores das diversas disciplinas. Contudo, se a interdisciplinaridade envolve, em princípio, a troca, o diálogo e o conhecimento de conteúdos de outras disciplinas, urge a necessidade de realizar, oferecer aos docentes uma imersão nesse processo, para que o conheçam como um todo e compreendam a importância de sua aplicabilidade no dia a dia de forma motivadora e transformadora.

ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA E AS IMPLICAÇÕES DA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR

Sabe-se que o ensino de línguas estrangeiras é uma necessidade do mundo globalizado uma vez que contribui para o desenvolvimento integral do aluno. Além disso, pode vir a desempenhar uma função interdisciplinar brilhante à medida que possibilita o trabalho de integração com conteúdos de diferentes disciplinas, dando acesso a questões sociais e como essas são tratadas em diferentes lugares. Para o PCN+:

A língua estrangeira ocupa posição privilegiada no currículo por servir como “ferramenta” a todas as outras disciplinas, facilitando a articulação entre áreas e oferecendo múltiplos suportes para várias atividades e projetos (BRASIL, 2002, p. 91).

Ademais, o estudo de línguas estrangeiras possibilita a participação social, mantém contato com culturas, pensamentos, visões de mundo distintas por meio de uma linguagem multimodal e multissemiótica, ampliando a capacidade do aluno de compreensão do desconhecido, oferecendo a oportunidade de construir conhecimento a partir de suas experiências.

Embora sejam observados muitos benefícios do estudo de idiomas aos alunos, muitas barreiras, ainda, são encontradas para o desenvolvimento do trabalho com língua estrangeira. Existem referências sobre essas dificuldades nos próprios PCN de Língua Estrangeira: “o ensino de Língua Estrangeira pauta-se, quase sempre, apenas no estudo de formas gramaticais e memorização de regras, desvinculada da realidade” (BRASIL, 2000, p. 25). Assim, “é preciso reconsiderar, de maneira geral, a concepção de ensino e, em particular, a concepção de ensino de Línguas Estrangeiras” (BRASIL, 2002, p. 26).

Entretanto, no processo de aprendizagem por meio de uma estratégia interdisciplinar, percebe-se que os alunos ampliam sua visão em relação ao conteúdo aprendido com as outras disciplinas haja vista a dicotomia entre o

individual e o coletivo somarem-se, fazendo com que as verdades fragmentadas representem a realidade e supram as necessidades do mundo contemporâneo. Para Fogaça (2014):

é necessário romper, para que seja possível fazer sentido a complexidade do mundo atual, por meio das inter-relações que a interdisciplinaridade propicia, em oposição ao isolamento gerado pela especialização dos saberes e dos estudos científicos.

Uma forma salutar de desenvolver a autonomia dos alunos é oportunizar discussões sobre o processo de aprendizagem, não apenas sobre os conteúdos inatos das disciplinas de língua estrangeira, mas fazendo-os entender de forma prática a importância das outras disciplinas juntamente com a de Língua estrangeira.

Fato é que as disciplinas de Língua estrangeira estreitam laços, proporcionando uma interação vasta com outras disciplinas como história, matemática, geografia, artes, dentre outras, acabando com a visão de uma disciplina isolada e desinteressante em que o professor limitado ao sistema de ensino atual trabalha a teoria visando a apenas sua disciplina. Com base nas línguas, é possível que se trabalhe com qualquer outra disciplina e, portanto, o “ensino interdisciplinar nas aulas de língua pode ser muito rico e produtivo, pois, a partir de assuntos pertencentes a outras áreas, é possível que se trabalhe com questões relacionadas à língua” (FOGAÇA, 2014)

Por fim, é preciso que o professor repense sua forma de pensar aprendizagem em seu dia a dia educacional, entendendo que é possível desenvolver um trabalho alinhado com uma perspectiva interdisciplinar desde que professores e instituição de ensino adotem como uma filosofia de trabalho e reconheçam a riqueza de saberes que essa forma de construir conhecimentos podem trazer aos alunos, ampliando as possibilidades de adentrar no fenômeno do que é complexo nesse processo.

Para Edgar Morin (2000), as disciplinas, como estão estruturadas, só servirão para isolar os objetos do seu meio e isolar partes do todo. A educação deve romper com essas fragmentações a fim de mostrar as correlações entre os saberes, a complexidade da vida e os problemas que hoje existem. Caso contrário, será sempre ineficiente e insuficiente para os

cidadãos do futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a interdisciplinaridade partindo do contexto histórico, são perceptíveis as inúmeras implicações pedagógicas que essa prática complexa e mal compreendida ocasionou. Somente a partir de pesquisas, possibilitou-se a compreensão da importância da interdisciplinaridade no processo de ensino, rompendo barreiras, exigindo novas atitudes, formas de agir e de pensar, tecendo reflexões e nova postura dos docentes envolvidos no processo, possibilitando aos estudantes uma aprendizagem eficaz na compreensão da realidade.

A educação manifesta a necessidade de romper com o tradicional e a presença da interdisciplinaridade na legislação e nas propostas curriculares faz com que, cada vez mais, torna-se importante no cenário educacional. Cenário esse globalizado, com novas exigências e que ressalta a importância da Língua Estrangeira para o desenvolvimento integral do aluno. Pode-se considerar que a prática da interdisciplinaridade no processo de ensino e de aprendizagem da Língua Estrangeira possibilita a associação às demais áreas do conhecimento e permite a compreensão das necessidades e das mudanças do mundo atual.

As instituições necessitam de uma revisão urgente à sua estrutura, nas matrizes curriculares que permeiam a formação inicial e continuada dos profissionais, permitindo que sejam capacitados à realização de práticas interdisciplinares. Essas práticas refletirão diretamente no processo de aprendizagem dos discentes que não mais receberão uma formação fragmentada, mas sim contextualizada, relacionada às complexidades da vida e problemas atuais.

REFERÊNCIAS

ASSIS, L.M. Interdisciplinaridade. *In*: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <<http://www.gestrado.net.br/pdf/68.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Ed. Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais, Códigos e suas Tecnologias**. Língua estrangeira moderna. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

ESPINDOLA, Adriana Andréa Silveira de. **Limites e Possibilidades do Planejamento Interdisciplinar na Educação Integral** – Trabalho monográfico, UFSC, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/105610/Limites%20e%20possibilidades%20do%20planejamento%20interdisciplinar%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Integral.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 18. ed. São Paulo: Papyrus, 2016.

FOGAÇA, Amanda. **ROSS** Huanna, A Interdisciplinaridade no Ensino de Línguas. Ensaio acerca do trabalho interdisciplinar no contexto escolar, com orientação da professora Dr^a Valéria Iensen Bortoluzzi. **Revista Novas Letras**, edição 2014: Disponível em:

<<https://sites.google.com/site/revistanovasletras/edicao-2014/1---a-interdisciplinaridade-no-ensino-de-linguas>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

MORIN, Edgar. **A relação dos saberes**. O desafio do século XXI. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SOMMERMAN, Américo. Objeto, método e finalidade da interdisciplinaridade. *In*: PHILIPPI JR., Arlindo; FERNANDES, Valdir. **Práticas da Interdisciplinaridade do Ensino da Pesquisa**. São Paulo: Manole, 2012.

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Daniel José Tenconi¹

Roberto Marton²

Cristina Keiko Yamaguchi³

INTRODUÇÃO

A movimentação da gestão democrática e de tomar decisões na unidade escolar acarretam reivindicações à (re)construção das práticas pedagógicas, burocráticas e financeiras relacionais à área. Para isso, uma ação comprometida voltada à Educação é primordial ao se desejar uma escola que possa atender às exigências atuais da vida social e da formação de cidadãos, proporcionando, assim, a probabilidade de apreender competências e aptidões necessárias que facilitem a inclusão social, isto é, uma educação com qualidade para todos (SILVA, 2012).

Nesse sentido, Reis; Batista e Rocha (2012) afirmam que o gestor escolar necessita de atitudes e de práticas interdisciplinares voltando sua atenção às demandas sociais, e com o objetivo de redimensionar sua função

¹ Acadêmico do Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade, disciplina: Desenvolvimento e Interdisciplinaridade. Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador – SC. E-mail: daniel.tenconi@sesisc.org.br.

² Acadêmico do Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade, disciplina: Desenvolvimento e Interdisciplinaridade. Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador – SC. E-mail: martonroberto@gmail.com.

³ Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade, disciplina: Desenvolvimento e Interdisciplinaridade. Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador – SC. E-mail: criskyamaguchi@gmail.com.

e de contribuir para a eficácia do ensino brasileiro de qualidade.

Segundo Dutra (2007 apud SILVA, 2012, p. 4) “a capacidade de gestão democrática emerge da vivência implicando no processo de construção coletiva, pela articulação dos diferentes sujeitos no espaço educacional”. Assim sendo, a gestão escolar precisa envolver as pessoas de forma coletiva para que elas também possam influenciar os rumos da escola.

Consequentemente, este trabalho é relevante visto o objetivo de compreender a organização da gestão escolar democrática nas escolas de educação básica visando à acessibilidade de todos. Dessa forma, busca-se compreender o processo em seus diferentes âmbitos no qual a democracia e a participação geral são essenciais para a sua melhor efetivação. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2009), é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

As escolas de educação básica têm a função de planejar, organizar, coordenar, liderar serviços tanto administrativos quanto pedagógicos e direcionar os indivíduos à Educação, possibilitando a articulação de todos os envolvidos nesse movimento. O gestor escolar é quem realiza o planejamento geral; e ao agente do processo educativo escolar cabe a função básica de coordenação sociopolítica da escola, sendo o responsável pela administração e pela política dentro da instituição.

Cabe a esse agente compartilhar a liderança na comunidade interna e externa à escola a partir de uma visão conjunta de trabalho para enfrentar os desafios educacionais. Na ação de planejamento, cabe ao gestor esclarecer para a comunidade o que diz respeito à projeção coletiva, garantindo, assim, o diálogo, e, conseqüentemente, decisões acordadas com a realidade escolar.

A gestão democrática representa, ainda, a autonomia de toda a comunidade escolar com a vantagem de ser um regime participativo, oportunizando a democratização interna e o fortalecimento sob a perspectiva externa. No entanto, as conseqüências dessa forma de administração são mais amplas do que somente reunir escola e comunidade por meio de associações de pais ou de conselhos escolares. O reflexo disso é

a participação por meio do diálogo e do debate, ferramentas essas capazes de promover a reflexão, questionamentos e a definição das realidades comuns. Essa prática fortalece o crescimento pessoal e comunitário, buscando a educação mais humana e participativa.

Nesse contexto, diferentes conhecimentos e alta especialização, em diferentes áreas de conhecimento da atualidade, podem contribuir na necessidade de repensar a forma de aprender e organizar, a estruturar o conhecimento, de modo a orientar e a planejar um processo de gestão democrática.

Nesse sentido, há um reforço no conceito de interdisciplinaridade quando Gariba (2010, p. 31) afirma: “a reflexão sobre uma filosofia embasada na interdisciplinaridade pode proporcionar condições de intensificar as interações e estreitar as relações entre os especialistas”. Esse estreitamento entre as fronteiras do conhecimento pode ser interpretado como um resgate à visão do todo e como um modo de possibilitar o raciocínio sistêmico no processo de gestão democrática.

A interdisciplinaridade ocorre quando há a interação entre disciplinas ou áreas do saber, flexibilizando a inovação e o conhecimento, tornado-se imperativa às mudanças exigidas pela sociedade. Para Nakayama (2007, p. 1), “um estudo interdisciplinar justifica-se pela complexidade dos problemas que se tornam desafiadores no intuito de se chegar a um conhecimento humano e também pela própria evolução das ciências”. Nessa linha, Girardi (2009) argumenta que a interdisciplinaridade é uma exigência natural e interna das ciências e busca trazer uma melhor compreensão da realidade. Segundo Nakayama (2007, p. 1), “a prática da interdisciplinaridade conduz o especialista a articular com diferentes áreas do conhecimento, possibilitando a contribuição de novos conhecimentos”.

DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

No Brasil, a luta pela democratização da educação tem sido a bandeira

dos movimentos sociais com o propósito de uma educação pública participativa desde o nível do ensino básico ao superior. Atualmente, a gestão escolar é tema central de discussão em busca de soluções em virtude das mudanças no sistema atual de ensino, “destacando-se a descentralização do poder e a necessidade de um trabalho realizado com ampla participação de todos os segmentos da escola e da comunidade, de modo a envolver assim a sociedade como um todo” (DE PAULA; SCHNECKENBERG, 2008, p. 2).

Considerando a relevância desse processo de transformação, é mister ocorrer por etapas a fim de promover um ambiente de trabalho adequado a essas inovações, bem como a busca de pessoas que englobem determinação e motivação para participar direta, ou mesmo indiretamente, de tal dinamismo educacional. Com relação à gestão escolar, necessita-se superar os desafios vindos à administração escolar, visando a melhorias na gestão dos recursos humanos e administrativos no âmbito da unidade de ensino (GONÇALVES, 2015).

De acordo com o documento da Conferência Nacional de Educação - CONAE, no ano de 2010:

A fundamentação da gestão democrática está, portanto, na constituição de um espaço público de direito, que deve promover condições de igualdade, liberdade, justiça e diálogo em todas as esferas, garantir estrutura material e financeira para a oferta de educação de qualidade, contribuir e ao mesmo tempo possibilitar a inter-relação desse sistema como o modo de produção distribuição de riquezas, como organização da sociedade, com a organização política, com a definição do poder público, com as teorias de conhecimento (BRASIL, 2010, p. 43).

Assim, a gestão democrática é compreendida como espaço de deliberação coletiva sendo de alunos, discentes, pais ou responsáveis, precisando ser implantada como forma de melhorar a qualidade da educação e que promova a assiduidade das políticas públicas educacionais de maneira a articular-se com as diretrizes nacionais educacionais em todos os níveis e modalidades educacionais.

Ainda segundo Brasil (2010, p. 61),

A educação pública vem sendo produzida historicamente nos embates

político-sociais, a partir da luta em prol da ampliação, da gratuidade, da obrigatoriedade, universalização do acesso, da gestão democrática, da ampliação da jornada escolar, da educação de tempo integral, garantia de padrão e qualidade.

A escola é responsável pela transmissão dos conhecimentos formalizados, porém, no mundo globalizado, é imprescindível que a escola possua novas concepções e formas de trabalhar, ou seja, renovando constantemente sua postura, “para transmitir um conhecimento de nível elevado e preparando o aluno para ser criativo e pensante, com objetivo de formar cidadãos críticos e que se comprometam com uma participação mais efetiva, para assim obter resultados com eficácia” (CORRÊA, 2016, p. 2).

Partindo desse princípio, surge a figura do gestor escolar como o indivíduo que difundirá ideias para promover essa transformação, aquele que articulará tal percepção junto à comunidade escolar.

Segundo Paro (2000 apud SILVA; CAZUMBÁ, 2015, p. 22), é:

Essencial a participação do gestor escolar no processo político-pedagógico da escola, pois sua atuação pode ter implicações sobre a transformação social dentro e fora da escola. Nesse sentido a escola é capaz de contribuir significativamente para a transformação social em nível econômico e político, o papel da escola é imprescindível na formação do aluno cidadão, consciente de seus direitos e deveres, e também de sua importância na transformação de seu país.

O gestor escolar é o responsável pela administração e pela política realizada dentro da instituição, devendo estar consciente de sua importância no processo político pedagógico da escola em que atua. É um agente articulador que, perante a comunidade, possui o compromisso de oferecer um serviço de qualidade, são exigidas habilidades para lidar com o administrativo político e também com o pedagógico (AGOSTINI, 2010).

Como menciona Cury (2005, p. 1), gestão sugere a presença do outro, com o qual se dialoga e se produz respostas para a superação de conflitos,

[...] Pela arte de interrogar e pela paciência em buscar respostas que possam auxiliar no governo da educação, segundo a justiça. Nessa perspectiva, a gestão implica o diálogo como forma superior de encontro

das pessoas e solução dos conflitos.

Portanto, é necessário que cada gestor exerça a sua função com competência, responsabilidade e comprometimento, visando à parceria mútua entre professores da escola, voltada para um processo mais aprimorado de ensino e de aprendizagem. Como explica Agostini (2010, p. 15), “a missão do gestor está em oportunizar o desenvolvimento do potencial humano, suas habilidades, capacidades, conhecimentos, com autodisciplina decorrente de uma gestão autônoma e responsável”. Dessa forma, explica a autora, o gestor, em junto da equipe escolar, estabelece as finalidades da ação educativa, promovendo redes de relações pedagógicas, de administração, além de afetivas e sociais que consigam impulsionar a gestão partilhada.

O conhecimento da realidade ganha novas perspectivas: a organização do projeto político-pedagógico da escola e o seu currículo; o papel da escola e o desempenho de seus profissionais, que devem renovar-se e melhorar sua qualidade continuamente, tendo o aluno como centro de toda a sua atuação (LÜCK, 2009 p.16).

Na gestão democrática, é importante envolver a comunidade escolar com estratégias de motivação para as pessoas participarem da vida escolar, na qual o gestor deve ter consciência do seu papel administrativo, ou seja, uma dimensão política com ação participativa. Também, compete ao gestor escolar apresentar esclarecimentos teóricos “a toda comunidade no que diz respeito a planejar coletivamente, incentivar as potencialidades para se tornarem ações criativas e inovadoras, garantindo o diálogo a fim de que todas as decisões sejam de acordo com a realidade escolar” (AGOSTINI, 2010, p. 19).

Desse modo, a gestão democrática e participativa tem como objetivo principal envolver todos os segmentos interessados na construção de uma proposta coletiva com projetos a serem desenvolvidos pela escola.

Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2006, p. 29):

A gestão, numa concepção democrática, efetiva-se por meio da participação dos sujeitos sociais envolvidos com a comunidade escolar, na elaboração e construção dos projetos, como também nos processos de

decisão, de escolhas coletivas e nas vivências e aprendizagens de cidadania.

Assim sendo, a gestão escolar é vista como a mediação entre os recursos humanos, materiais, financeiros e pedagógicos existentes na instituição escolar, e a busca dos objetivos, não mais o simples ensino, mas a formação para a cidadania.

Para Cury (1997, p. 27),

Na gestão democrática, a educação é tarefa de todos, família, governo e sociedade, mas para que ocorra essa sintonia é necessária à participação de todos os segmentos que compõem o processo educacional, de um trabalho coletivo que busque ações concretas. Para que se efetive essa gestão democrática, faz-se necessário vivenciar, no dia-a-dia, incorporar ao cotidiano da escola e tornar essencial para a vida organizacional da escola, assim como é fundamental a presença do professor e do aluno.

A presença da sociedade na escola é relevante para acompanhar e compreender o que ocorre no ambiente escolar, bem como para fazer parte das decisões dentro da instituição.

Portanto, a gestão democrática é proposta como condição de aproximação entre escola, pais e comunidade na promoção de educação de qualidade, de estabelecimento de ambiente escolar aberto e participativo, em que os alunos possam experimentar os princípios da cidadania (LÜCK, 2009, p. 70).

A gestão democrática procura visar ao bem coletivo, membros da comunidade circunvizinha, pais e funcionários que trabalham juntos, liderados pelo gestor da escola. Devem-se considerar as opiniões de modo a cooperar com o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem dos alunos.

Como explica Bezerra (2011, p. 6), “a escola que se compromete em desenvolver uma postura mais democrática, coloca em prática a participação de cada representante dos membros que compõem o Conselho Escolar”, pois, na explicação de Silva (1992, p. 22), “o Conselho Escolar tem poder deliberativo sobre questões administrativas, financeiras e pedagógicas. É

considerado o órgão máximo da escola, definidor de políticas a serem implementadas pela direção”.

Dessa forma, Bastos (1999, p. 23) já afirmava que:

As relações entre os gestores das atividades educativas devem estar abertas ao conflito, pois o consenso não é ponto de partida para a interação dos gestores, pois apenas obscurece a diversidade, sendo que ele deve ser buscado na trajetória que comporte a discussão e o conflito, enfim, o consenso e as decisões devem ser construídos coletivamente (BASTOS, 1999, p. 23).

Uma gestão escolar democrática promove o remanejamento de responsabilidades, a decisão sobre quais ações poderão ser desenvolvidas com o trabalho em equipe, visa a avaliar situações, a agenciar e a comparar ideias com o intuito, assim, de promover o êxito da escola. Mobilizar as pessoas, com inovação de novos projetos para atrair a atenção de alunos e comunidade escolar, beneficiando a instituição como um todo. (DE PAULA; SCHNECKENBER, 2008).

Nesse entendimento, segundo Bezerra (2011, p. 6):

O diretor, como o líder da comunidade, é um instrumento fundamental para o processo de mudança na escola. Ele é a chave principal para ser o primeiro a efetuar mudanças no seu estilo de gestão e, com isso, tornar-se o modelo para a comunidade escolar, estimulando as pessoas a participarem de uma gestão democrática e participativa, onde cada componente têm uma função de responsabilidade e compromisso com o sucesso da escola, com a sua qualidade e eficácia.

Para isso, a comunidade escolar deve elaborar seu projeto pedagógico com todos os envolvidos, pais, alunos, professores e servidores. A instituição deve trabalhar a realidade na qual está inserida: o tipo de cidadão que pretende formar, quais objetivos pedagógicos e sociais necessários para desenvolver tal tarefa. A elaboração do projeto político pedagógico demanda reflexões, debates e tomada de decisão. “Vale dizer que todos os processos e ações participativos promovidos pela escola somente se justificam na medida em que sejam orientados para melhorar os resultados dos alunos” (LÜCK, 2009, p. 71).

Nota-se, assim, que os estudos realizados sobre as práticas de organização e sobre a gestão escolar democrática são indispensáveis à construção de uma escola participativa e à formação de um cidadão crítico e comprometido com a sociedade.

INTERDISCIPLINARIDADE NA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Na área da Educação, a interdisciplinaridade provoca uma gestão com consciência, pois se reconhece a importância da participação do gestor na elaboração do projeto pedagógico e das escolhas de ações para a consecução de propostas educativas comprometidas com a interdisciplinaridade (REIS; BATISTA; ROCHA, 2012).

De acordo com Sarmento e Alves (2016), os desafios da gestão democrática estão ligados a questões como a pouca visibilidade da relevância da coletividade em prol das questões relativas à qualidade educativa da instituição, bem como que esse tipo de gestão seja um instrumento que dê sustentação às diferentes vivências, aos conflitos e aos desafios do âmbito escolar. Os autores afirmam que o exercício de uma gestão democrática deve-se permear por um trabalho coletivo e requerer de todos os envolvidos, criatividade e colaboração, levando em consideração a diversidade de interesses dos sujeitos da instituição como forma de democratizar os processos decisórios efetivados na escola.

Na gestão democrática, o gestor é um agente de formação e também de desenvolvimento dentro e fora da instituição escolar, visto a escola constituir-se num espaço de desenvolvimento humano. Um gestor com competência interdisciplinar considera que o papel do diretor escolar, nas políticas públicas de educação, implica em ter consciência de que o seu papel constitui e é constituído na relação entre o contexto social e a ação das pessoas que atuam nos ambientes escolares: professores, pais, alunos, funcionários e comunidade em geral (SARMENTO; ALVES, 2016). Tal estudo implica, diretamente, nas práticas interdisciplinares dos diversos atores necessários a uma gestão democrática, eficiente e atuante.

A consolidação de uma gestão democrática na escola não ocorre de forma automática ou espontânea. Nesse processo, necessita-se de um esforço coletivo e direcionado para as decisões coletivas que superem os interesses individuais. O gestor escolar, hoje, necessita de atitudes e de práticas interdisciplinares voltando sua atenção às demandas sociais, com o objetivo de redimensionar sua função e contribuir para a eficácia do ensino brasileiro de qualidade (REIS; BATISTA; ROCHA, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o eixo temático estudado na literatura, compreende-se a necessidade de pesquisar novas percepções no processo educativo em que o gestor escolar vivencie tais modificações a fim de promover e beneficiar o processo de ensino e de aprendizagem do aluno. Para uma efetiva gestão democrática escolar, é imprescindível a conscientização da comunidade escolar para essa mudança, proporcionando um ambiente favorável ao aplicar estratégias envolvendo os alunos por meio da participação.

Uma escola é democrática quando aproxima a comunidade escolar e circunvizinha e a família, com os pais comparando à unidade de ensino não somente para acompanhar o rendimento ou comportamento escolar de seu filho. Inclusive de maneira que todos os envolvidos sejam capazes de cooperar da melhor forma, comprometidos com a qualidade de ensino oferecida, dialogando e expressando as suas opiniões.

Entende-se que a função do gestor democrático no espaço escolar precisa ser inovadora, ousada, criativa e dinâmica. Além de examinar alternativas que possam solucionar problemas no ambiente de trabalho é necessário um compromisso de realizar um trabalho coletivo numa concepção interdisciplinar.

Portanto, uma gestão democrática se dá por meio da participação e do comprometimento dos envolvidos no processo de construção do

conhecimento, sendo necessário resgatar espaços de debate e de diálogos interdisciplinares. Assim sendo, é na convivência por meio da interação, da participação dos alunos, dos professores, da família e da comunidade que o gestor educacional exercita uma gestão democrática na qual todos possam sentir-se seguros em opinar e em sugerir.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Mirtes Zwirtes. **O gestor escolar e suas ações frente à gestão**. 2010. 38 p. Monografia (Especialização em Gestão Educacional) – Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

BASTOS, João Baptista. **Gestão democrática**. Rio de Janeiro: DP & A: SEPE, 1999.

BEZERRA, Alessandra da Silva. **O papel do diretor na gestão democrática**. 2011. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/o-papel-do-diretor-na-gestao-democratica/68903/>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. CONAE 2010. **Construindo o Plano Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documetos/doc_base_conae_revisado2>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Gestão da educação escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006, p. 29.

CORRÊA, Neilamar Oliveira. **O papel do supervisor escolar nos dias atuais**. 2016. Disponível em: <<http://centraldeinteligenciaacademica.blogspot.com/2016/12/o-papel-do-supervisor-escolar-nos-dias.html>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Conselho Nacional de Educação e a gestão democrática. Rio de Janeiro, Vozes, 1997. In: OLIVEIRA, Dalila (org.). **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O princípio da gestão democrática na educação**. 2005. Disponível em: <http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao_escola/modulo1/gestao_deocratica_cury.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

DE PAULA, Roseli Lopes; SCHNECKENBERG, Marisa. Gestão escolar democrática: desafio para o gestor do século XXI. **Revista Eletrônica Lato Sensu**, ano 3, n. 1, março de 2008.

GARIBA, C. M. S. **Tomada de decisão: uma abordagem utilizando a linguagem corporal da dança e a gestão do conhecimento**. 2010. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIRARDI, D. **Da seção de pessoal à gestão estratégica de pessoas**: consultoria interna de recursos humanos. Florianópolis: Pandion, 2008.

GONÇALVES, Ana Caroline Santos. A gestão democrática no Brasil e o papel do gestor nas escolas. **Anuário de Produções Acadêmico-Científicas dos Discentes da Faculdade Araguaia**, v. 3, p. 91-115, 2015.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009, p. 71.

NAKAYAMA, M. K. **Uma preliminar manifestação sobre a multi, a inter e a transdisciplinaridade**. Texto distribuído e utilizado no curso de Pós-

Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Disciplina Metodologia de Pesquisa. 2007. p. 1-4.

REIS, Rita Aparecida dos Reis; BATISTA, Talitha Vieira Gonçalves; ROCHA, Renato. **O trabalho do gestor escolar dentro de uma prática**. 2012. XVII Encontro de Iniciação Científica, XIII Mostra de Pós-graduação, VII Seminário de Extensão, IV Seminário de Docência Universitária. Disponível em: <<http://www.unitau.br/enic/trabalhos/MCH1595.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

SARMENTO, Mayrla Marla Lima; ALVES, José Amiraldo Alves da Silva. **Gestão escolar democrática e participativa na escola: entre desafios e possibilidades**. Revista de Pesquisa Interdisciplinar, Cajazeiras, v. 1, Ed. Especial, 286 – 296, set/dez. de 2016

SILVA, Luiz Heron. **Escola cidadã: teoria e prática**. Petrópolis: Vozes, 1992.

SILVA, Maria Aparecida Barbosa da. **Plano de Gestão Escolar Escola Professor Antônio Pedro de Aguiar**. Gerência Regional de Educação Vale do Capibaribe. 2012.

SILVA, Raimunda Maria da; CAZUMBÁ, Rodrigo da Silva Santos. Gestão democrática e projeto político-pedagógico: estudo de caso em uma escola municipal de São Gonçalo dos Campos/BA. **Regae: Rev. Gest. Aval. Educ.** Santa Maria v. 4 n. 8 p. 17-28. jul./dez. 2015.

GESTÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

Gilberto Medeiros Borges Junior ¹

Bruna Polsin Guimarães ²

Cristina Keiko Yamaguchi³

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar tem como propósito o cultivo da terra. Nela, a administração da propriedade é compartilhada pela família e a atividade agropecuária é a principal fonte de renda.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDA) (2018), a agricultura familiar:

[...] constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes; responde por 35% do produto interno bruto nacional; e absorve 40% da população economicamente ativa do país.

Ainda, de acordo com o MDA (2018), a Agricultura familiar tem sua

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade - PPGDS na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: gilberto93.junior21@gmail.com.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade - PPGDS na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: bruna_polsin@hotmail.com.

³ Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador – SC. E-mail: criskyamaguchi@gmail.com.

importância econômica vinculada ao abastecimento do mercado interno e ao controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros.

Já em Santa Catarina, 90% dos produtores são agricultores familiares que juntos respondem por cerca de 70% de toda a produção agropecuária do estado segundo o que aponta o Governo de Estado de Santa Catarina (2018).

Diante desse contexto, o envolvimento da agricultura familiar está cada vez mais notável no ambiente dos negócios. Assim, surge a necessidade de explorar, ao máximo, os recursos existentes em suas propriedades para torna-se competitivo e rentável em tempos hodiernos.

De acordo com Uecker, Uecker e Braun (2005), no passado, a agricultura se baseava na geração de capital e de mão-de-obra, mas à medida que o setor foi se desenvolvendo, as propriedades rurais adotaram novas tecnologias de produção e de gestão administrativas, que permitiram uma nova postura diante das exigências do mercado.

Uecker, Uecker e Braun (2005, web) afirmam que o domínio das técnicas agropecuárias era, em tempos passados, suficiente para manter a produtividade num nível aceitável, proporcionando uma lucratividade atraente ao produtor. Atualmente, com a abertura dos mercados e o acirramento da concorrência interna, a realidade é bem diferente. Já não basta produzir, é necessário saber o que, como e quando produzir e, principalmente, como e quando vender.

Diante desse cenário, a gestão rural na agricultura familiar passa a ser uma ferramenta indispensável para que os agricultores tornem suas atividades rentáveis e, ao mesmo tempo, atendam às exigências do mercado. Logo, o presente trabalho tem como objetivo analisar a aplicação das ferramentas de gestão nas propriedades rurais no município de Lebon Régis -SC.

AGRICULTURA FAMILIAR

A Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais instituiu-se pela Lei nº 11.326/2006 (PLANALTO, 2018). De acordo, com o Art. 3º da referida lei, considera-se agricultor familiar aquele que desenvolve práticas no meio rural e atende aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A agricultura familiar tem sua importância consolidada na geração de renda e no ocupação no campo, tornando-se um meio eficiente de reduzir o êxodo rural, contribuindo no desenvolvimento sustentável e na preservação do meio ambiente (VALLE; DORR, 2016).

Agricultura é definida como a arte de cultivar a terra, a qual é decorrente da ação do homem no processo produtivo com o objetivo de satisfazer suas necessidades básicas. É o conjunto de eventos e de ações por meio dos quais os fatores de produção se transformam em produtos vegetais e animais. A agricultura será alavancada quando o homem tiver o maior domínio sobre o processo de produção, sendo isso obtido à medida que desenvolver o conhecimento acerca das técnicas de execução e gestão (SANTOS; MARION; SEGATTI, 2009).

Para Denardi (2001), entende-se, por agricultura familiar, o processo econômico que gira em torno dos próprios membros da família que detêm os meios de produção familiar.

Ainda, para Denardi (2001, p. 57), “em linhas gerais, os empreendimentos familiares têm duas características principais: eles são administrados pela própria família; e neles a família trabalha diretamente,

com ou sem o auxílio de terceiros”.

A agricultura familiar detém uma importante participação na economia brasileira no segmento alimentício, sendo responsável pelo fornecimento de uma variedade de alimentos para o mercado brasileiro. Dessa participação, milhares de famílias sobrevivem contribuindo com uma pequena e diversificada produção (ANTÃO; CAMPANHOLO, 2011).

Sabe-se que o segmento é responsável por uma significativa parcela da produção agrícola, dos estabelecimentos rurais, da geração de emprego no campo, etc., mas, por muitos anos, a agricultura familiar foi erroneamente considerada somente uma agricultura de subsistência (CARVALHO SANTOS; CARVALHO, 2015). A quebra desse paradigma evidencia-se por meio dos dados apresentados pelo Censo agropecuário de 2006.

Nesse sentido, o Censo Agropecuário de 2006 demonstra que a agricultura familiar possuía 4.367.902 estabelecimentos, os quais representavam 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Esses ocupam 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área agropecuária brasileira, sendo o valor bruto da produção na agricultura familiar R\$ 677,00 por hectare/ano (INCRA, 2018).

Diante dessa participação no cenário nacional do agronegócio e com o advento das novas tecnologias e das modernizações na agricultura, a unidade de produção familiar precisa de organização e de planejamento nas atividades que são desempenhadas a fim de possibilitar uma melhor distribuição da renda, do capital, do trabalho, da rentabilidade e da lucratividade (VALLE E DORR, 2016).

Spies (2010, p.15) afirma que:

[...] a agricultura familiar não vai acabar, mas deverá passar por grandes transformações. Os agricultores familiares de sucesso têm como características o empreendedorismo e o profissionalismo, o trabalho com ética e competência e a responsabilidade ambiental.

Ainda citando Spies (2010, p. 15):

O principal desafio é gerar renda de forma sustentável para manter a atividade do campo para os atuais agricultores e os jovens que serão seus

sucessores se manterem ali com dignidade. As principais oportunidades estão associadas à transformação da agricultura para um novo paradigma, no qual o foco está na sustentabilidade, na qualidade dos produtos, na segurança alimentar e na eficiência ecológica.

Na atual conjuntura da agricultura familiar, da qual passou a ser exigido a inovação no sistema de produção, em que inovar não quer dizer só adquirir novas tecnologias, mas sim buscar novos mercados, ofertando produtos com qualidade a um menor preço, surge a necessidade de realizar a gestão da propriedade para planejar o futuro e, assim, alcançar a sustentabilidade econômica e produtiva (VALLE e DORR, 2016).

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO RURAL

Em tempos hodiernos, realizar a gestão de uma unidade de produção familiar não é tarefa fácil. Vários são os fatores que a impedem, entre eles o avanço da tecnologia, o crescimento econômico e sustentável e a produção diversificada (VALLE e DORR, 2016).

Muitos desses fatores estão interligados ao mercado do agronegócio ou, ainda, podem sofrer influências das políticas públicas de financiamentos, ou a didática adotada para compra de insumos agrícolas, a falta de planejamento, as mudanças climáticas, etc.; essas variáveis acabam prejudicando comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar (VALLE e DORR, 2016).

Diante desses fatores, as unidades de produção familiar notaram a necessidade de utilizar medidas que auxiliassem na administração e na gestão rural.

Para Chiavenato (2003, p. 2), a administração ou a gestão “[...] trata do planejamento, da organização (estruturação), da direção e do controle de todas as atividades diferenciadas pela divisão de trabalho que ocorram dentro de uma organização”.

Para Hoffmann (1987), a administração rural visa à utilização eficiente

dos recursos para obter resultados compensadores contínuos na organização e na operação agrícola.

Já para Crepaldi (2005), é o conjunto de atividades que auxilia os produtores rurais na tomada de decisão com a finalidade de obter o melhor resultado econômico, mantendo a produtividade da terra.

Para Valle e Dorr (2016), muitos produtores rurais não conduzem suas atividades de maneira correta, não possuem planejamento, controle, organização, competitividade e entre outros fatores que limitam o desenvolvimento. Isso tem causado reflexos negativos no desenvolvimento da atividade rural, causando um alto endividamento, perda de capacidade de produção e de venda do patrimônio para saldar dívidas e, conseqüentemente, o êxodo rural e o abandono da atividade no campo.

As pequenas unidades produtivas familiares devem, no mínimo, coletar informações sobre receitas e despesas do empreendimento, mesmo que, de forma manual, tais registros subsidiarão decisões mais consistentes e eficazes do que aquelas tomadas de forma apenas intuitivas (BATALHA et al., 2005).

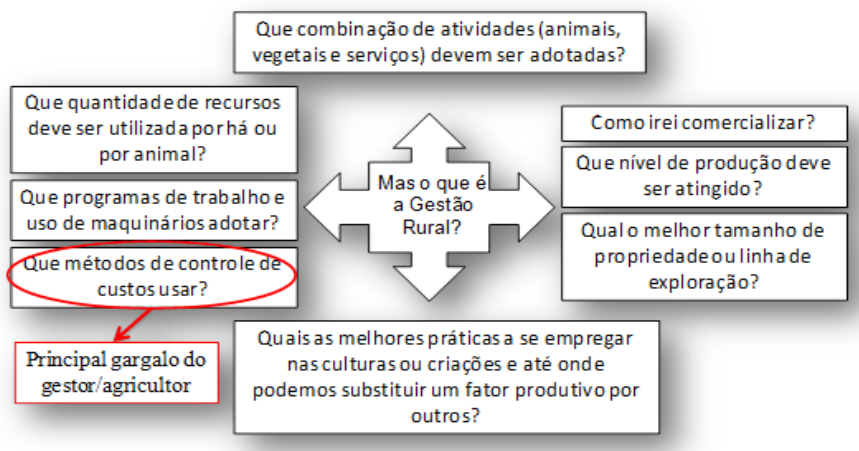
A modernidade e a globalização introduziram, nas empresas e na agricultura familiar, desafios que só poderão ser superados por meio da melhoria na qualidade e na velocidade das informações a serem utilizadas para a tomada de decisões (CHAGAS et al., 2001).

A administração em sua aplicação rural surge, principalmente, pela combinação dos fatores de produção que estão intimamente ligados ao próprio conceito de atividade administrativa empresária: capital, insumos, tecnologia e mão de obra. Assim, para a eficiência da gestão desses fatores de produção na propriedade rural, é importante que as funções básicas da administração: planejar, organizar, dirigir e controlar sejam elaboradas e executadas pelo produtor para êxito nos resultados desejados. (SALUME, SILVA, CHRISTO; 2015, p. 77 e 78).

Para realizar a discussão do conceito de administração rural na agricultura familiar, é importante levar-se em consideração que, nas unidades de produção familiar, o gestor e o trabalhador fundem-se na figura do próprio agricultor. Logo, o gestor rural precisa responder a várias

questões no dia a dia de sua propriedade como se pode visualizar na figura abaixo (BREITENBACH,2014).

Figura 1 – Funções e gargalos do gestor rural



Fonte: Breitenbach, 2014.

A gestão rural é uma ferramenta indispensável para obter desenvolvimento sustentável da propriedade como um todo (BREITENBACH, 2014).

Na atualidade, a gestão da propriedade rural visa a atender duas demandas: a administração de custos e de capital de giro das atividades desenvolvidas na propriedade; e o correto posicionamento da propriedade junto ao mercado, ao produto e ao cliente (DALCIN; OLIVEIRA; TROIAN, 2010).

PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Para este estudo que objetivou identificar a atualização da gestão rural na agricultura familiar, optou-se por entrevistar dois produtores rurais do município de Lebon Régis-SC. Para isso, realizou-se uma pesquisa exploratória com carácter exploratório. Gil (2008) demonstra que esse tipo

de abordagem é conduzido com o objetivo de proporcionar visão geral acerca de determinado fato.

Para esta pesquisa, utilizou-se estudo de caso, que, para Yin (2001), dá-se “quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”.

A coleta de dados deu-se por meio de uma entrevista, sendo respondida por dois agricultores nas dependências de propriedade rural no dia 4 de agosto de 2018.

O roteiro de entrevista estabeleceu oito questões referentes à Gestão Rural: 1) Quantas pessoas da família trabalham na propriedade? 2) Qual a escolaridade das pessoas que atuam na propriedade familiar? 3) Quais as atividades desenvolvidas na propriedade são geradoras de receita para o sustento familiar? 4) Para a execução das atividades na propriedade é contratada mão de obra de terceiros? 5) Na aquisição dos insumos utilizados na produção é feito orçamentos para comparativo de preço para buscar reduzir o custo de produção? 6) São utilizadas técnicas de gestão para controle dos custos/despesas durante o período de produção? Como exemplo, podem-se citar planilhas eletrônicas ou registro em cadernetas para acompanhamento da evolução desses valores. 7) Como é definido o preço de venda das mercadorias para comercialização? 8) Quais as dificuldades encontradas para adotar ferramentas de gestão que contribuam para a tomada de decisão?

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A apresentação dos resultados seguiu a sequência do roteiro elaborado para entrevista seguida pela análise das respostas obtidas. Para facilitar a análise, utilizam-se os prefixos “Agricultor X” para a primeira família entrevistada e, para a segunda, “Agricultor Z”.

Nas propriedades onde se aplicou o questionário, verificou-se que, na

primeira propriedade do Agricultor X, há apenas um indivíduo trabalhando, já na outra conta-se com a mão de obra de duas pessoas para execução das tarefas do dia a dia. Em ambas as propriedades, os agricultores possuem o ensino fundamental incompleto. O “Agricultor X”, em sua propriedade, desenvolve a atividade de criação de bovinos, extração de erva-mate e, ainda, arrenda uma parte da terra para plantio de culturas temporárias. Já o segundo agricultor desenvolve atividades de criação de bovinos, plantio de culturas temporais de (milho, feijão) e uma parte de suas terras está arrendada para terceiro para plantio de pinus.

Ao questionar aos agricultores sobre a contratação de mão de obra de terceiros, ambos responderam que ocorre contratação desse tipo de serviço, cujo o objetivo é a manutenção da propriedade, sendo executados serviços de restauração de cercas e portões e, principalmente, para roçar a pastagem para criação de bovinos.

Após conhecer os agricultores objeto deste estudo, iniciam-se as indagações direcionadas ao tema deste artigo, visando a saber quais ferramentas ou o grau de utilização da gestão rural para execução e acompanhamento de suas atividades apresentadas anteriormente.

Na primeira indagação, quando se questionaram os agricultores sobre a utilização de orçamento para comparativos de preços, visando a reduzir o custo da produção, o “Agricultor X” respondeu não se utilizar de orçamentos, pois realiza compra em uma cooperativa da qual já é cliente antigo. Afirmou que possui algumas facilidades creditícias e, em casos extraordinários, busca outros fornecedores. Já o segundo produtor mencionou que não utiliza da didática de fazer orçamentos, relatando que faz compras em uma determinada empresa da qual já é cliente antigo, comprando pelo hábito. Ainda, mencionou que possui algumas facilidades no crédito, compras por telefone, as quais fazem consolidar essa parceria com o fornecedor.

Ao indagar os agricultores sobre a utilização de técnicas de gestão para controle de custos/despesas, ambos responderam que não fazem uso de planilhas eletrônicas, pois, não possuem o conhecimento técnico. Assim, fazem uma marcação de forma rudimentar, utilizando de marcação em cadernetas, mencionando tudo que foi comprado e vendido durante o

período, separando por atividade produtiva para que, ao final período, consigam analisar se o resultado foi positivo ou negativo.

No questionamento sobre a definição de preço de venda da produção agrícola, mencionaram que os preços seguem informações do mercado, sendo essas obtidas em conversa com vizinhos, acessando rádio ou TV, ou seja, não possuem uma fórmula para formação de preço de venda.

Os agricultores mencionaram, como principal delimitador para adoção de ferramentas de gestão, o baixo grau de instrução, tendo em vista não conseguirem acompanhar as evoluções tecnológicas. Dessa forma, utilizam do conhecimento repassado de geração em geração para a condução de suas atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apontou que nas propriedades onde se aplicou o questionário, essas não utilizam de ferramentas de gestão para auxiliar na tomada de decisão, mas sim marcações de forma rudimentar e conhecimento repassado de geração em geração. Logo, nota-se que o conhecimento tácito impera nas propriedades.

Em tempos hodiernos, na agricultura familiar, há a necessidade de aumentar sua produção de alimentos, visando à rentabilidade e à lucratividade da propriedade. Nas propriedades pesquisadas, evidenciou-se que a gestão da produção não é uma tarefa fácil, sendo as novas tecnologias e a baixa escolaridade os fatores que a impedem. Isso vai ao encontro do que se abordou por Valle e Dorr, pois citam tais variáveis que influenciam na gestão das pequenas propriedades, prejudicando o crescimento dos agricultores.

Verificou-se que as pequenas propriedades coletam informações mínimas de custos/despesas e receitas das atividades, as quais servem de subsídio à tomada de decisão. Batalha et al (2005) afirmam que isso é o mínimo que os agricultores devem fazer.

Com a presente pesquisa, verificou-se a necessidade, nessas propriedades, de implantar a gestão rural na administração da propriedade. Ambos podem obter informações que auxiliaram no desenvolvimento de suas atividades. Mesmo pelos fatores limitadores apresentados, podem-se desenvolver controles simples para auxiliar na tomada de decisão.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação no Estado de Santa Catarina - FAPESC - Protocolo nº ACA2017031000181, Edital de Chamada Pública FAPESC nº 06/2017 - Apoio a Grupos de Pesquisa das Instituições do Sistema ACAFE.

REFERÊNCIAS

- ANTÃO, Rosimeire Aparecida de Souza. CAMPANHOLO, Tarcisio. **O Crédito Rural no Contexto do Desenvolvimento Econômico e Social**. 2011. Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv3n5/artigo03.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2018.
- BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; FILHO, H. M. de S. **Tecnologia de Gestão e Agricultura Familiar**. Gestão Integrada da Agricultura Familiar. São Carlos: EdUFSCar, 2005.
- BRASIL. Lei nº 11.326. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 08 mar. 2018.
- BREITENBACH, R. **Gestão Rural no Contexto do Agronegócio**: desafios e limitações. Desafio Online, Campo Grande, v. 2, n. 2, Mai./Ago. 2014.

Disponível em: <<http://www.desafioonline.com.br/publicações>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

CARVALHO, Clesiane de Oliveira. SANTOS, Antonio Carlos dos; CARVALHO, Glauco Rodrigues. **Rede Brasil Rural: Inovação no Contexto da Agricultura Familiar**. Revista em Agronegócio e Meio Ambiente, Maringá PR. v. 8, n. 1, 2015. Disponível em:

<<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/view/2983>>.

Acesso em: 14 jun. 2018.

CREPALDI, S.A. **Contabilidade rural – Uma Abordagem Decisorial**. São Paulo, Atlas. 2005.

DALCIN, Dionéia; OLIVEIRA, Sibele Vasconcelos de; TROIAN, Alessandra. **Gestão Rural e a Tomada de Decisão: Estudo de Caso no Setor Olerícola**.

Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/15/81.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2018.

DENARDI, Reni Antônio. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre. v. 2, n. 3, 2001. Disponível em:

<http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/_Agricultura.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2018.

Gil, A. C. (2008). **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina passa a contar com Núcleo de Inovação Tecnológica para Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/index.php/noticias/temas/agricultura-e-pesca/santa-catarina-passa-a-contar-com-nucleo-de-inovacao-tecnologica-para-agricultura-familiar>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

HOFFMAN, R. **Administração da empresa agrícola**. São Paulo: Pioneira, 1987.

INCRA. **Censo confirma: agricultura familiar produz mais em menor área.**

Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/censo-confirma-agricultura-familiar-produz-mais-em-menor-area>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **O que é a agricultura**

familiar. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

SANTOS, Gilberto José dos.; MARION, José Carlos.; SEGATTI, Sonia.

Administração de Custo na Agropecuária. 4.ed. – São Paulo: Atlas,2009.

UECKER, Gelson Luiz; UECKER, Adriane Diemer; BRAUN, Mirian Beatriz

Schneider. **A Gestão dos Pequenos Empreendimentos Rurais num Ambiente**

Competitivo Global e de Grandes Estratégias. Disponível em:

<www.sober.org.br/palestra/2/429.pdf>. Acesso: 07 jun. 2018.

VALLE, Carine Dalla; DORR, Andrea Cristina. **Agricultura Familiar e Gestão**

Rural: Estudo de Caso no Município de Frederico Westphalen/RS.

Disponível em:

<<http://ecoinovar.com.br/cd2016/arquivos/artigos/ECO1014.pdf>>. Acesso: 21 jun. 2018.

ADMINISTRAÇÃO X JORNALISMO: UM CAMINHO LIGADO PELO MARKETING

Gislaine Cristina Borini¹
Verediane Sander²
Rosana Claudio Silva Ogoshi³

INTRODUÇÃO

Vive-se em um mundo cada vez mais atualizado e complexo, onde diversas áreas de estudo acabam se interagindo. Por outro lado, as organizações apresentam problemas cada vez mais complexos e, dessa forma, também, há uma complexidade para resolução desses. Para contribuir com o desenvolvimento geral, os gestores das organizações podem usar como critério de seleção e/ou valorização a capacidade dos profissionais de pensarem de modo interdisciplinar.

Estar conectado junto às mudanças que ocorrem pode ser um diferencial de mercado. Assim, para desenvolver essa visão holística, faz-se necessário contar com uma equipe pluridisciplinar capaz de absorver as mudanças (internas e/ou externas) e capacitada. Ao se adaptar aos novos

¹ Mestranda em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: gisa_borini@hotmail.com.

² Mestranda em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: veredianesander@gmail.com.

³ Coordenadora e Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (mestrado) da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: rosana.ogoshi@uniarp.edu.br.

cenários, o gestor atende às oportunidades de mercado, proporcionando um crescimento ao empreendimento (SAAD et al., 2018).

Ao inserir a interdisciplinaridade nas ações de análise e de processos, a organização apresenta projetos e soluções cada vez mais elaborados e coesos, haja vista a constante troca de conhecimento aliada às experiências vivenciadas para o crescimento em diversas áreas. Ao envolver os diferentes *skateholders*, ou seja, pessoas, organizações ou todos que estão interessadas direta ou indiretamente em um projeto, no processo se inicia uma valorização dos serviços e/ou produtos, ação que promove o aumento da arrecadação e da disseminação dos saberes (TONELLI; ZAMBALDI, 2018).

Sob a ótica do desenvolvimento regional, a interdisciplinaridade implica em um processo amplo capaz de unir profissionais, até então, afastados por suas áreas de atuação. Nesse sentido Fazenda (2011, p. 94) expõe que:

A interdisciplinaridade será possível pela participação progressiva num trabalho de equipe que vivencie esses atributos e vá consolidando essa atitude. É necessário, portanto, além de uma interação entre teoria e prática, que se estabeleça um treino constante no trabalho interdisciplinar, pois, interdisciplinaridade não se ensina, nem se aprende, apenas vive-se, exerce-se. Interdisciplinaridade exige um engajamento pessoal de cada um. Todo indivíduo engajado nesse processo será o aprendiz, mas, na medida em que familiarizar-se com as técnicas e quesitos básicos, o criador de novas estruturas, novos conteúdos, novos métodos, será motor de transformação.

Nesse caminho de engajamento e contínuo processo de aprendizado, encontram-se as áreas: Administração e Jornalismo. Ambas amplamente impactadas pelas variações do mercado, novas formas de comunicação e pela velocidade que as informações transitam pela sociedade, entre outras modificações que podem ser enumeradas com a inserção da tecnologia na rotina das pessoas.

Ao analisar as responsabilidades e as atividades exercidas pela formação/atuação do profissional da área de Administração e o Jornalismo, depara-se com diversos pontos que se completam e enriquecem o trabalho uma da outra. Um exemplo dessa relação é a área de Marketing, na qual as

duas formações proporcionam habilidades ao discente de atuação bem como o mercado de trabalho absorve ambos os profissionais. Ao acrescentar os conhecimentos específicos desses se consegue elaborar um trabalho conjunto diferenciado, facilitando a conquista dos objetivos propostos.

ADMINISTRAÇÃO E JORNALISMO: UMA RELAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Com o mercado em constante transformação, os profissionais das áreas Administração e Jornalismo se veem inseridos em uma realidade que exige muito além de oferecer apenas um serviço ou produto final. Há a necessidade de satisfazer os anseios do consumidor. Mesmo que esse termo possa ser questionado por alguns profissionais devido a sua amplitude, as empresas sentem a necessidade de criar laços, sejam eles ligados aos valores, à imagem transmitida ou à forma de comunicação com seus clientes com o intuito de atingir seus objetivos.

Dentro dessas áreas, criou-se um ponto no qual ambas se unem para desenvolver de forma concisa, o que buscam, focando em um objetivo em comum: atingir o seu público.

Ao estudar as particularidades das áreas, depara-se com alguns conceitos relevantes. Chiavenato (2000, p. 5) apresenta a Administração como o “processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos. [...] a tarefa básica da Administração é a de fazer as coisas por meio de pessoas de maneira eficiente e eficaz”. Ao refletir quanto ao conceito apresentado, percebe-se a importância de conhecer além dos aspectos técnicos, ou seja, analisar igualmente os relacionados às pessoas, internas ou externas à organização.

Já no Jornalismo, o conceito abrangente da palavra é de atividade caracterizada pelo compromisso ético peculiar. O jornalista deve saber selecionar o que interessa e é útil ao público-alvo, ser verdadeiro e fiel aos

fatos, admitir a pluralidade de versões para o mesmo conjunto de fatos e manter compromissos éticos. Dentro desse contexto, Gentile (2005, p. 142) informa que “Penso o jornalismo como uma atividade indispensável no mundo contemporâneo, como o instrumento que viabiliza o direito à informação”.

O desenvolvimento da comunicação organizacional se baseia na contemporaneidade das relações, na qual o modelo tradicional, hierarquizado, já não se faz efetivo, e se prender a esses meios apenas retarda o desenvolvimento empresarial logo que clientes (internos e externos) já não compactuam da mesma filosofia. Todo esse processo de transformação modifica a cultura empresarial, fazendo com que seus atores se percebam diferentes do que outrora, sendo esse processo de fundamental valia à efetividade da organização do mercado (OLIVEIRA; VOLGUINHA, 2018).

A comunicação organizacional tem suas raízes em vários campos, como os dos estudos organizacionais, da administração e das teorias das organizações; da sociologia e psicologia social e organizacional; da antropologia; da linguística e da retórica; e da teoria da comunicação. (KUNSCH, 2017, p. 41)

Devido aos avanços tecnológicos, uma das opções de difusão da informação é defendida na literatura como necessária à discussão sobre o tema. Em suas obras, o sociólogo Wolton (2011) debate as questões antropológicas presentes, que se encontram voltadas ao progresso tecnológico da Comunicação Social contemporânea, um dos setores que afeta diretamente o meio empresarial, em que qualquer pessoa ao redor do mundo pode publicar informações e difundi-la através das redes sociais, podendo ser verdadeira ou não, munindo-se de fotos, vídeos, textos, entre outros.

Foram necessários três séculos de lutas para se desfrutar dos benefícios da revolução da informação e da comunicação. Tudo se complicou com a generalização da informação, a diversidade dos receptores com senso crítico e a globalização (WOLTON, 2011, p. 21).

Em contrapartida, Lima (2004) refere-se à conexão entre a

comunicação e a mídia. Para esse autor, a comunicação passou a ser midiaticizada, sendo um símbolo da modernidade. Por sua vez, a mídia corresponde a um conjunto que se utiliza recursos tecnológicos à comunicação de massa, como as emissoras de rádio, jornais, revistas, televisão, entre outros. Dessa forma, a sociedade estaria cada vez mais dependente da mídia para a construção do conhecimento público.

Sendo a sociedade ponto alvo, tanto para a Administração quanto para o Jornalismo, entendê-la se faz imperioso para a elaboração de ações de marketing eficazes e eficientes. Para realizar tal análise, a área de Marketing, ramificação da administração, utiliza-se de diversas ferramentas como, por exemplo, pesquisa de mercado consumidor, definição de persona, entre outras, o que torna a sociedade muito mais próxima à organização.

O marketing desponta como o elo mais significativo entre as duas áreas, tendo em vista que uma das preocupações da Administração reside na venda de mercadorias para geração de renda, e o Jornalismo, com suas ações voltadas à comunicação e à integração com o público, visualiza a possibilidade de que uma mente focada em números ou em metas acaba deixando passar despercebido. Ao mesmo tempo em que caminham paralelamente, unem-se quando buscam compreender e se comunicar com os consumidores.

A ligação existente se contrapõe ao isolamento frio do conhecimento específico, atua como mola propulsora ao desenvolvimento de algo inovador, visto que, para ocorrer uma ação interdisciplinar, faz-se necessário um motivo gerador (FAZENDA, 2011).

MARKETING: UMA FERRAMENTA PARA ATINGIR OBJETIVOS

Atualmente, o termo marketing é utilizado rotineiramente, sendo de fácil compreensão esse conceito que atrela a divulgação de produto/serviços. Ao pesquisar no Dicionário Michaelis, encontram-se as seguintes definições:

- 1 Conjunto de recursos estratégicos e conhecimento especializado, que contribuem para o planejamento, lançamento, e aspectos essenciais para a sustentação de um produto no mercado (DICIONÁRIO MICHAELIS, web).
- 2 POR EXT Conjunto de estratégias que têm como objetivo influenciar o público, fortalecendo a ideia, a marca, a instituição, o produto, a embalagem, dos pontos de venda etc. (DICIONÁRIO MICHAELIS, web).

A origem do termo vem do latim “mercare” que se refere ao ato de comercializar produtos. O conceito como se conhece atualmente é proveniente dos Estados Unidos, onde, na década de 40, as empresas se viram obrigadas a estabelecer ações que estimulassem a vendas já que o mercado passava por transformações, em que apenas produzir já não era suficiente devido ao aumento da concorrência.

Haja vista que as empresas procuram manter sua sobrevivência se adaptando ao negócio, cada vez mais competitivo, uma ação pertinente é a análise do perfil consumidor. Assim, questões como: marcas disponibilizadas, qualidade e variedade de produtos, ponto de venda, formas de entrega, preços praticados são escolhas que contribuem para o relacionamento empresa x consumidor (SANTOS; LIMA, 2018).

Para manter o equilíbrio, a gestão do negócio, há uma busca constante em melhorar produtos e conseguir divulgá-los da melhor forma possível, conquistando novos consumidores e fortalecendo os laços já existentes com os clientes fiéis que são bombardeados diariamente com novos produtos e ofertas cada vez mais atrativas.

Essa forma de alcançar os consumidores é um método elaborado, que usa de várias áreas para conseguir alcançar seus objetivos, com uma visão ampla, que contribuiu para a execução e o planejamento do produto. Nesse sentido, Santos e Lima (2018, p. 1126) explicam que:

Planejamento Estratégico de Marketing, demanda que a organização faça uma análise do ambiente interno e externo, ou seja, identifique os seus pontos fortes e fracos. Neste sentido a empresa deve aprender a se concentrar nas necessidades dos clientes e explorar todos os caminhos que possam lhe proporcionar vantagem e diferencial sobre seus concorrentes. Esse planejamento assume a forma de um plano de marketing integrado de funções e recursos disponíveis.

O ato de elaborar um planejamento proporciona ao profissional e/ou empresa uma sequência de tarefas alinhadas ao objetivo final. Por terem sido amplamente analisadas e sequenciadas de forma a oferecer o melhor resultado proporcionam o resultado esperado.

HISTÓRIA DO MARKETING NO BRASIL

No Brasil, o conceito de marketing, como se compreende hoje, surgiu através da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Fundação Getúlio Vargas) no ano de 1954. Tornou-se rapidamente conhecido no mundo empresarial, mesmo que nem sempre utilizado da forma correta. Ao estudar essa área o profissional, depara-se com ferramentas e padrões de análise capazes de compreender as demandas do mercado.

A história do marketing no Brasil pode ser dividida em cinco fases (SANTOS, web):

1ª Fase (década de 1950): o Brasil, sob o comando do então presidente Juscelino Kubitschek, que buscava desenvolver o país o equivalente a 50 anos em 5 anos, por vivenciar uma realidade pouco industrializada, apresentava a ideia de marketing resumida a pequenas ações pontuais. Com a vinda das indústrias, intensificou-se a utilização de publicidades em rádio (foco nas propagandas em rádios novelas), revistas e jornais, visto que outras ações ainda demandavam materiais e serviços restritos à época.

2ª Fase (década de 1960): o país foi aplacado por governos militares, que restringiam as ações de divulgação e de comunicação. Tendo em vista ser uma área ligada aos meios e comunicação, o marketing sofreu com as restrições, conseguindo reagir ao final desses mandatos. Nessa década, o setor que movimentou as vendas no país foram as ações ligadas à logística, principalmente no tocante à construção das rodovias e ferrovias.

3ª Fase (década de 1970): a economia brasileira vinha impulsionada pelos combustíveis fósseis (petróleo), amplamente utilizados nas indústrias, recursos encontrados em grande escala no território brasileiro. O aumento

da renda da população incentivou as vendas e, por consequência, as ações de marketing, já que a necessidade de demanda retroalimentava todas as etapas até a compra do consumidor final. Com o incremento das vendas, surge uma nova etapa para o setor, ou seja, o marketing de relacionamento ou de consumo, que busca ir além de apenas divulgar os produtos, criando laços com o cliente, fazendo com que a empresa seja a primeira opção para satisfazer sua necessidade.

4ª Fase (década 1980): o país passava por problemas financeiros (inflação) o que descapitalizou empresas e população. Por se tratar de um período pesado para todos, área de marketing passou por essa década de forma discreta. O foco dos empresários era referente ao preço dos produtos que produziam, entendiam que o valor de mercado era o principal fator que determinava uma venda e, com isso, o marketing sobre os produtos era grande.

5ª Fase (década 1990): com o nascimento do plano real e a ascensão da economia, o marketing volta à tona, porém orientado para o resultado. Visão que trouxe pontos de análise científica, já que as ações deveriam partir da coleta de dados para percepção e identificação do mercado alvo a fim de, em um segundo momento, serem analisadas, planejadas, aplicadas, buscando perceber se as decisões trouxeram o resultado esperado.

Com todas as transformações por que passou, o Marketing é definido por Kotler (2000, p. 30) como “Um processo social por meio do qual, pessoas e grupos de pessoas obtêm aquilo de que necessitam e o que desejam com a criação, oferta e livre negociação de produtos e serviços de valor com os outros”.

Nesse sentido, vale ponderar sobre o fato de a sociedade viver em uma era globalizada, na qual a informação vinculada em uma rede social alcança milhões de pessoas, contrapõe-se a um tempo em que demorava semanas, meses e até anos. No entanto, é importante saber usar toda essa tecnologia favoravelmente, por isso é essencial, nessa área, um profissional completo que entenda sobre gerenciar “crise”, organizar informações e dados e conseguir, de forma clara e rápida, repassar as informações desejadas ao público.

Assim, com um mix de produtos disponível, a função do marketing, passa a ser responsável por gerar a demanda necessária para esses produtos, por criar a preferência dos consumidores por meio de comunicação de massa ou pessoal, e pelo gerenciamento do canal de distribuição por onde os produtos estariam disponíveis para os consumidores (SANTOS; LIMA, 2018, p. 1124).

Partindo dessa ideia, as empresas buscam os marketeiros para criar e desenvolver suas propagandas, para que possam se sobressair e, assim, alcançar o lucro desejado após muitos estudos e investimentos em cima de um determinado produto.

O marketing não é só vender. É entender a cabeça dos consumidores e, com isso, elaborar da melhor forma uma campanha que responda às expectativas da empresa, ou melhor, m estudo que junta várias áreas de conhecimento que aliadas conseguem suprir essa necessidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, com este trabalho, relacionar as áreas de Administração e o Jornalismo, pautando sobre um tema comum a essas duas áreas, ou seja, o marketing.

Com os avanços tecnológicos, o mercado consumidor se transformou. Com o comércio sem barreiras, fomentado pelo comércio eletrônico, os consumidores se deparam com ações publicitárias que são lançadas de forma global ou, ainda, para uma maior sensibilização, propagandas voltadas a uma região específica, respeitando suas características e suas preferências culturais.

É de extrema valia que as áreas acompanhem as evoluções da sociedade, buscando aprimoramento e, assim, consigam executar suas funções de maneira assertiva e completa, já que as áreas se fundem e, dessa forma, consiga um melhor resultado dentro da interdisciplinaridade.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria da administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. **Planejamento estratégico**. São Paulo: Campus, 2003.

DICIONÁRIO Moderno da Língua Portuguesa. Michaelis. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/marketing>> Acesso em: 21.jul.2019.

FAZENDA, I. C. A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. 6.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011 [1979].

GENTILE, V. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania**. EDIPUCRS, Porto Alegre, 2005.

LIMA, V. A. **Sete teses sobre a relação mídia e política**. *Revista Usp*, São Paulo, n. 61, p. 48-57, março/maio, 2004.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing: a bíblia do marketing**. 12. Ed., São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

KOTLER, P. **Administração de marketing: a edição do novo milênio**. São Paulo: Prentice Hall, p. 10, 2000.

OLIVEIRA, I. L.; VOUGUINHA, M. Comunicação e administração: dois campos que dialogam no ambiente organizacional. **Revista Novos Olhares**, v. 8, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/150351/154340>>. Acessado em: 13.nov.2019.

SAAD, D. S.; et al. A administração e a importância da gestão de pessoas em pequenas empresas. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 3426-3435, out./dez. 2018.

SANTOS, J. C. **A história do marketing no Brasil em cinco etapas**. 2014. Disponível em: <<https://webinsider.com.br/historia-do-marketing-no-brasil/>>. Acessado em: 18/07/2019.

SANTOS, S. P.; LIMA, M. M. L. Marketing estratégico como fator competitivo nas organizações de pequeno porte. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 12, p. 1119 – 1142, 2018.

TONELLI, M. J.; ZAMBALDI, F. Ciência Responsável e impacto social da pesquisa em administração. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 58, n. 3, maio/jun. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75902018000300215&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acessado em: 13.nov.2019.

WOLTON, D. **Informar não é comunicar**. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2011.

REFLEXÕES SOBRE A INTERDISCIPLINARIDADE E OS DESAFIOS DA ENGENHARIA

Frederico de Oliveira Santos ¹

Lahis Godoy Hoffmann ²

Weligton Lucas Baschera ³

Ivanete Schneider Hahn ⁴

INTRODUÇÃO

A palavra engenharia tem sua origem do latim *ingenium*, que significa “talento, qualidade nata”. Em seus primórdios, a palavra engenho era utilizada para nominar equipamentos mecânicos em geral, principalmente aqueles de origem militar. Com o surgimento das máquinas a vapor, na Inglaterra, o nome foi adotado para equipamentos que convertessem os

¹ Engenheiro de Controle e Automação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestrando em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: fredautom@gmail.com.

² Engenheira Civil pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Mestranda em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: lahis14@hotmail.com.

³ Engenheiro Civil pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp. Mestrando em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: weligton@uniarp.edu.br.

⁴ Doutora em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (mestrado) da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp. E-mail: ivanete@uniarp.edu.br.

diferentes tipos de energia em energia mecânica, e ao sujeito que operava esses equipamentos deu-se o nome de engenheiro (GONÇALVES, 2015). Assim, as engenharias desenvolvem-se à medida que a sociedade demanda soluções que, por sua vez, têm o dinamismo como característica intrínseca.

As civilizações desenvolvidas são conhecidas pelas suas realizações de engenharia. O império Inca, por exemplo, surgido nas terras altas peruanas do século XIII, detinha um conhecimento extraordinariamente evoluído na área de engenharia para aquela época e desenvolvia uma agricultura eficiente através de construções civis que aproveitavam água de chuvas. Atualmente, países como China, Alemanha e Estados Unidos são notoriamente reconhecidos por suas estruturas e seus avanços tecnológicos nas mais diversas áreas que mostram o fato de a engenharia estar – de forma constante e interdisciplinar – desconstruindo conhecidos paradigmas, provendo soluções inovadoras e nos mostrando novas possibilidades.

Como exemplo, verifica-se que quase todos os objetos que fazem parte da sociedade como se conhece foram elaborados devido aos esforços de engenheiros. O profissional da engenharia desempenha um papel extremamente importante na confecção de materiais do nosso cotidiano, como exemplo a confecção de uma simples cadeira (HOLTZAPPLE; REECE, 2015).

Imagine-se que se projetou essa cadeira para ter um determinado *design*, sendo ergonômica e, ao mesmo tempo, uma peça que agrada aos olhos de quem vê, utilizando os materiais corretos para a sua composição. A escolha do metal é provida pelo Engenheiro Metalúrgico, o qual refinou o minério nas usinas que os engenheiros Civis e Mecânicos ajudaram a construir. Os Engenheiros Mecânicos projetaram as peças da cadeira assim como as próprias máquinas que os auxiliaram na confecção. A cadeira possui polímeros e tecidos que provavelmente foram obtidos por óleos produzidos por engenheiros de petróleo e refinado por Engenheiros Químicos. O transporte desse objeto acontecerá em um veículo de grande porte projetado por Engenheiros Mecânicos, Aeroespaciais e Eletricistas em instalações que os Engenheiros Industriais desenvolveram para ter uma otimização do espaço, capital e trabalho. Por fim, a estrada que tal veículo percorrerá será projetada por um Engenheiro Civil, que determina a sua rota para o produto

chegar ao destino (HOLTZAPPLE; REECE, 2015). Não obstante, o tecido, oriundo do algodão, fora produzido e melhorado por um Engenheiro Agrônomo.

O que se observa é que, em uma primeira impressão, existe uma concordância entre o corpo docente dos cursos de engenharia de que os procedimentos didático-pedagógicos tenham seu foco excessivamente centrado nas disciplinas, não proporcionando visão de conjunto ou integração entre as mesmas (MAINES, 2001). Para o autor, ao adotar essas impressões como um problema real existente, o que parece razoável, é natural o conceito (ou pelo menos o que se entende por) de interdisciplinaridade apresentar-se como uma potencial solução ou, ainda, como “um instrumento pedagógico capaz de superar este distanciamento/fragmentação entre as disciplinas no ensino de engenharia” (p.1).

Pautando-se nisso, este capítulo do livro busca tecer reflexões sobre a interdisciplinaridade das Engenharias. Para tal, utiliza-se, como base, um processo de revisão teórica e bibliográfica, buscando apontar limitações e possibilidades.

EVOLUÇÃO E INFLUÊNCIA NA SOCIEDADE

A história da engenharia permeia a história da própria civilização. Ela surgiu basicamente da necessidade de o ser humano dar forma a determinados objetos brutos para empregá-los a determinados fins. Isso ocorreu no Paleolítico – período compreendido entre cerca de dois milhões e dez mil a.C., conhecido também como período da pedra lascada. Nesse contexto, surgiram as primeiras ferramentas. Ainda no Paleolítico, a constante necessidade, aliada à habilidade e à cognição humana impulsionaram o desenvolvimento de diversas técnicas primitivas, possibilitando, assim, a descoberta da alavanca (que proporcionou o homem a mover cargas muito maiores e mais pesadas) e do fogo (que proporcionou o cozimento de alimentos e a modificação química e física de materiais)

(BAZZO; PEREIRA, 2008).

Há cerca de doze mil anos, uma revolução técnica aconteceu, provocando notórias modificações culturais embasada na domesticação de animais, na agricultura, na modelagem cerâmica e na fabricação do vinho e da cerveja. Isso aconteceu no período Neolítico (período da pedra polida). Nesse período, a sociedade organizou-se de forma mais consistente (surgiram novas aspirações sociais), o homem começou a realizar obras de maior porte e surgiram as primeiras fábricas rudimentares. Nesse contexto, realizaram-se obras como as pirâmides de Gizé (Miquerinos, Quéfren e Quéops), construídas há aproximadamente 4,5 mil anos (BAZZO; PEREIRA, 2008).

As obras de engenharia desenvolvidas desde o início de forma empírica. Com o passar dos séculos, os problemas da sociedade tornaram-se cada vez mais complexos e, com isso, buscou-se, nas engenharias, a solução de forma mais rápida, pontual e eficiente. Assim, o ser humano passou a desenvolver projetos teóricos baseados em conceitos científicos, em teorias formalmente estudadas, em experiências de laboratório metodologicamente controladas. Surgiu, assim, a engenharia moderna (COCIAN, 2017).

A *National Academy of Engineering* (NAE) divulgou, recentemente, as 20 maiores realizações da engenharia dentre as quais se destacam: a eletrificação, o automóvel, o avião, a água tratada e abundante, o computador, as malhas rodoviárias, a internet e a exploração espacial (NAE, 2015).

Infere-se que, assim como fenômenos biológicos e sociais apresentam um número incalculável de interações, de interretroações, tornando o processo de desenvolvimento da sociedade repleto de questões complexas e interdisciplinares (MORIN, 1994), a engenharia, como área que reúne conhecimentos de várias ciências, especializou-se e surgiram, portanto, diversas engenharias especializadas. Nesse processo de maturação da engenharia moderna, quatro áreas básicas se desenvolveram e deram origem às diversas ramificações, atualmente, existentes na engenharia, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1: Áreas básicas de engenharia

Engenharia	Área de Atuação
Engenharia Civil	É a base de projetos de infraestrutura, como rodovias, aeroportos, represas, pontes, portos, canais. Além disso, está presente em projetos de moradia e sistemas de abastecimento de água e esgoto.
Engenharia Mecânica	Está presente em dispositivos térmicos, mecânicos, incluindo ferramentas, motores, mecanismos e máquinas em geral.
Engenharia Elétrica	Está presente em processos de geração de energia. Ademais, suporta o desenvolvimento de equipamentos elétricos e eletrônicos como geradores, motores, sistemas de comunicação, computadores e instrumentos de medição.
Engenharia Química	Suporta o planejamento de processos industriais. Está presente na produção, processamento, refinamento e uso de produtos químicos e matérias-primas (petróleo, carvão, minerais, plásticos, medicamentos, papel etc).

Fonte: sistematizado pelos autores (2019) com base na Resolução nº 218, de 29 jun 1973

Cabe ressaltar que a dependência por produtos tecnológicos está cada vez maior na sociedade moderna e essa necessidade tem como objetivo facilitar o cotidiano, economizando tempo, melhorando as condições de vida, enfim, transportando de uma “natureza natural” para uma “natureza artificial e controlada”. Grande parte dessa responsabilidade é decorrente da ciência das engenharias, sendo isso evidente ao longo dos tempos, pois está presente na trajetória, atuando em diversas áreas que são úteis ao desenvolvimento. Assim, podem-se elencar as suas utilidades no progresso de sistemas de transporte e de comunicação, sistemas de produção, processamento e estocagem de alimentos, sistemas de distribuição de água e energia, equipamentos bélicos, edificações, ferramentas, utensílios domésticos, aparatos de lazer, equipamentos médicos etc. (BAZZO; PEREIRA, 2008).

Concomitantemente, graves questões, também, surgem ou são majoradas em decorrência dos avanços científicos e tecnológicos como a desigualdade social, a crescente degradação da natureza e a dominação de

povos pela força do poderio bélico (BAZZO; PEREIRA, 2008).

A PRÁTICA DA INTERDISCIPLINARIDADE NAS ENGENHARIAS

É interessante relatar como a engenharia desenvolve-se de forma ampla e interdisciplinar principalmente com as ciências física, química e matemática. O avanço dessa última possibilitou a modelagem matemática de fenômenos físicos, químicos além de diversas situações cotidianas. Assim, processos industriais passaram a ser descritos de forma teórica, garantindo a segurança operacional de operadores pelo fato de se poderem simular situações de risco e planejarem-se melhorias de processos.

A interdisciplinaridade da engenharia vai muito além. No desenvolvimento de um robô (um dos protagonistas da quarta revolução industrial), por exemplo, o conhecimento holístico, reunindo as seguintes áreas básicas deve ser utilizado:

Matemática: no desenvolvimento da modelagem de situações;

Física: na identificação e planejamento de fenômenos e movimentos;

Informática: na elaboração dos fluxogramas e programação da inteligência;

Filosofia e psicologia: no processo de semelhança física e psicológica com o ser humano, além da análise dos impactos da utilização de um robô na sociedade humana;

Engenharia propriamente dita: no desenvolvimento da autonomia energética, na aquisição, tratamento e condicionamento dos sinais gerados pelos sensores, na integração da inteligência artificial com o ambiente externo e com as limitações mecânicas.

É fato que a engenharia se renova conforme a cultura e os contextos históricos e sociais. Ora, conforme o contexto, estimula o avanço dessa ciência (no caso de guerras, por exemplo, com as aplicações militares), ora estimula a mudança cultural e social (no caso da possibilidade de clonagem de animais e, posteriormente, de seres humanos).

REFLEXÕES SOBRE AS LIMITAÇÕES E DESAFIOS DA ENGENHARIA

A sociedade atual está embebida de complexidade, isto é, o número de variáveis importantes aumenta constantemente e, em que suas interações, faz a vida extremamente difícil de prever. Assim, é preciso inovar e encarar a inovação como um processo o qual se inicia com ideias organizadas sistematicamente, administradas com visão dinâmica e holística e que, por fim, geram produtos ou serviços a fim de melhorar a qualidade de vida das pessoas (BESSANT; TIDD, 2009).

Um fator que estimula a constante renovação das engenharias são as limitações objetivas e as limitações subjetivas. As primeiras abarcam as questões técnicas influenciadas principalmente pela instrumentação que, apesar de viver um grande avanço ainda não acompanha de forma satisfatória as teorias já desenvolvidas.

Paralelamente, as segundas envolvem as complexas e dinâmicas transformações sociais e culturais. Nesse sentido, muitas vezes, os anseios da sociedade não podem ser atendidos de forma natural pela engenharia. Ela apresenta soluções que implicam mudanças na forma da própria sociedade se organizar (como aconteceu na revolução industrial), causando, dessa forma, novos hábitos e novos questionamentos, por exemplo, no âmbito da alimentação, da ética, das relações humanas, etc.

Seguindo esse contexto, a sociedade contemporânea apresenta problemas mais complexos e dinâmicos que proporcionam novos desafios ao profissional de engenharia. Um dos grandes desafios da engenharia é a responsabilidade social, a obrigação de agir em benefício da sociedade em geral, todavia, levando em consideração o lucro objetivado pelo projeto. Isso consiste no dever de encontrar uma maneira de equilibrar economia e ecossistema. Todo projeto terá algum impacto de bem-estar social, econômico e ambiental e isso precisa ser considerado desde a fase de ideação do mesmo até a fase de execução.

Outro fator instigante é a necessidade constante de reinvenção. É preciso buscar soluções mais arrojadas para antigos e novos problemas, criar conceitos, otimizar processos, utilizar materiais alternativos, reduzir custos de projeto e execução, além de reduzir impactos ambientais.

Outro desafio está na formação do profissional que atua na área de engenharia. O engenheiro, além de ter conhecimento das normas de engenharia e das restrições do mundo real, como fatores econômicos, segurança, confiabilidade, ética e impactos sociais e ambientais, deve ter habilidades desenvolvidas, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2: Habilidades desenvolvidas nos currículos de Engenharia

✓ Aplicar conhecimentos matemáticos, científicos, tecnológicos e instrumentais à engenharia.	✓ Avaliar criticamente a operação e a manutenção de sistemas de produção e operação.
✓ Projetar e conduzir experimentos e interpretar resultados.	✓ Comunicar-se eficientemente nas formas escrita, oral e gráfica.
✓ Conceber, projetar e analisar sistemas, produtos e processos de produção e operação.	✓ Atuar em equipes multidisciplinares.
✓ Planejar, supervisionar, elaborar e coordenar projetos e serviços de engenharia.	✓ Compreender e aplicar a ética e a responsabilidade profissional.
✓ Identificar, formular e resolver problemas de engenharia.	✓ Avaliar o impacto das atividades de engenharia no contexto social e ambiental.
✓ Desenvolver e utilizar novas ferramentas e técnicas.	✓ Avaliar a viabilidade econômica de projetos de engenharia.
✓ Supervisionar a operação e a manutenção de sistemas de produção e operação.	✓ Assumir a postura de permanente busca de atualização profissional.

Fonte: Adaptado de COCIAN, 2017

A eficiência energética, por sua vez, é um desafio atual da engenharia. É necessário reduzir gastos, garantir autonomia energética satisfatória de equipamentos e processos, preservar o meio ambiente e criar fontes alternativas renováveis, ao contrário das utilizadas atualmente em ampla

escala como o carvão e o petróleo.

A instabilidade política e econômica - não somente brasileira, mas da América Latina - também integra os desafios enfrentados pela Engenharia. Consequentemente, investimentos reduzidos por parte de governantes e investidores estrangeiros têm deixado o desenvolvimento dessa região ainda mais lento, além de oferecer um número mais reduzido de oportunidades de trabalho nessa área. Esse cenário, por outro lado, estimula a parte criativa do engenheiro e dos profissionais atuantes nessa área, instigando-os a desenvolverem novas ideias, novos produtos e serviços, novos projetos e soluções eficientes e inovadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A engenharia objetiva a utilização dos recursos naturais em benefício da humanidade e caminha ao encontro do bem-estar social. As contribuições de um engenheiro vão muito além de apenas obter resultados técnicos. Elas têm implicações principalmente políticas, sociais e ambientais na sociedade.

Por isso o engenheiro deve ir além de criar e de desenvolver projetos com base em cálculos matemáticos e científicos. Ele deve utilizar seus conhecimentos técnicos e empíricos para desenvolver e aperfeiçoar produtos, estruturas e processos a fim de ser um profissional de atuação em diversas áreas do conhecimento em prol do desenvolvimento social e sustentável.

No cenário atual, a quarta revolução industrial, qualifica-se pela fusão do mundo físico, digital e biológico e caracterizada pela indústria 4.0, pela inteligência artificial, robótica, dentre outros fatores. Esse cenário impacta no surgimento de novas profissões mais completas com o intuito de solucionar problemas mais complexos. Um dos cargos mais demandados do mercado é o Engenheiro *Big Data*, profissional que conduz investimentos na modernização, automação e melhoria na qualidade e níveis de produção, mantendo baixos custos, utilizando energias e produtos alternativos,

causando menor impacto ambiental e maior desenvolvimento social e econômico.

Por isso, devido à tamanha complexidade do mundo atual, a engenharia deve ser desenvolvida e aplicada com olhar holístico visando, sempre, à evolução e ao bem-estar dos seres vivos como um todo, a harmonia do ecossistema e o entendimento do universo. A engenharia do futuro deve entregar produtos condizentes às necessidades da sociedade contemporânea. O profissional de engenharia precisa deixar de ser especialista para se tornar multidisciplinar e interdisciplinar.

Para atender a essa demanda, o profissional precisa ter uma visão estratégica, acompanhar o fluxo de mercados, implantar processos sustentáveis com uso de matérias e de energias alternativas para a preservação do meio ambiente, restaurar e melhorar a infraestrutura urbana, avançar no desenvolvimento da informática e da saúde, melhorar a realidade virtual e a inteligência artificial, avançar no desenvolvimento da aprendizagem personalizada e multidisciplinar e desenvolver as ferramentas que possibilitem a descoberta e o avanço científico. Por fim, desse modo, o engenheiro continuará como agente que gera e contribui para a ciência, tecnologia e inovação.

REFERÊNCIAS

BAZZO, W.A.; PEREIRA, L.T.V. **Introdução à Engenharia: conceitos, ferramentas e comportamentos**. Florianópolis: UFSC, 2008.

BESSANT, J.; TIDD, J. **Inovação e Empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

COCIAN, L.F.E.. **Introdução à Engenharia**. Porto Alegre: Bookman, 2017.

CONFEA. **Resolução nº 218, de 29 jun 1973**. Disponível em:

<<http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=266>>.

GONÇALVES, J. Engenharia (2015). Disponível em:
<<https://origemdapalavra.com.br/pergunta/significado-de-palavras-11/>>.

HOLTZAPPLE, M.T; REECE, D. **Introdução à Engenharia**. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MAINES, A. Interdisciplinaridade e o Ensino de Engenharia. In: Cobenge 2001, **Anais...** Abenge, Brasília/DF, 2001. Disponível em:
<<http://www.abenge.org.br/cobenge/arquivos/18/trabalhos/FCU010.pdf>>.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1994.

NAE ANNUAL MEETING. **2015 NAE Annual Meeting**. Washington DC, 4 out. 2015. Disponível em: <https://www.nae.edu/168215/2015-NAE-Annual-Meeting>. Acesso em: 26 jul. 2019.

INTERDISCIPLINARIDADE NO SISTEMA CARCERÁRIO

Marcos Fávero¹

Jean Carlos Kuss²

Levi Hülse³

Adelcio Machado dos Santos⁴

INTRODUÇÃO

Neste capítulo busca o entendimento sobre interdisciplinaridade no sistema carcerário. Segundo o portal Agência Brasil, o país apresenta uma população carcerária de 726 mil pessoas, números esses que classificam o Brasil com a terceira maior concentração de pessoas privadas de liberdade no mundo, figurando atrás somente dos Estados Unidos e China.

Com esse número expressivo de pessoas privadas de liberdade torna-se imprescindível a educação dentro dos muros das unidades prisionais, não deixando a ociosidade fazer parte da rotina das pessoas chamadas de reeducandas.

¹ Mestrando em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: marcos_lfs@hotmail.com.

² Mestrando em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: jckuss81@gmail.com.

³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador/SC. E-mail: levihulse@gmail.com.

⁴ Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador/SC. E-mail: adelciomachado@gmail.com.

Para tanto há que se destacar todas as formas de conhecimento dentro e fora dos presídios e a interdisciplinaridade vem de encontro ao que se propõe, pois atualmente precisamos saber um pouco sobre todos os assuntos que nos rodeiam, corroborando com essa ideia Damas (2009, p. 14. Caput COIMBRA, Rodrigues V. S. UFT) afirma no que tange à educação, que “o ensino na complexidade exige o rompimento com o disciplinar “e a superação dos estreitos confins de nossa própria área de saber”. Assim, o ensino exige um saber docente condizente com a realidade do momento”.

O cumprimento da pena privativa de liberdade tem, além de sua finalidade retributiva, a de prevenção da criminalidade. Para atingir esse anseio, durante o período de cumprimento da pena devem ser suplementadas políticas orientadas a ressocialização do condenado. O propósito ressocializador vem amargando ao longo dos séculos inequívoco insucesso, a ponto de muitos autores afirmarem enfaticamente que a ressocialização é um mito e que não chegar-se-á a lugar algum.

Destarte, deve-se ter como alicerce a Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu artigo 26 afirma que “toda pessoa tem direito à educação”; direito este que nos é assegurado pela Constituição Brasileira de 1988, que no Capítulo II, artigo 205, estabelece que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa”. Já o artigo 208 garante que o Ensino Fundamental deve ser gratuito e obrigatório para todos, até mesmo para os que não tiveram acesso a ele na idade adequada. Além da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Carta Magna Brasileira; outros documentos oficiais reforçam e buscam assegurar a todos os brasileiros à educação, bem como o acesso ao Ensino Fundamental; como a LDB (1996) – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –. Assim, entende-se que caso este direito não seja de fato garantido a todo cidadão brasileiro, a justiça poderá intervir de forma a avalizá-lo a todos.

No Brasil existem programas para que a educação possa chegar a todas as pessoas, podemos citar o programa “EJA – Educação de Jovens e Adultos” , que tem como objetivos levar educação às mais diversas classes sociais que dela necessitarem, como por exemplo: às donas de casa, os trabalhadores,

tanto da zona rural como também os da cidade, que muitas vezes e por inúmeros motivos deixaram de frequentar as salas de aula. Além dessas classes existe ainda um grupo que talvez seja o mais marginalizado e excluído pela sociedade; o dos presidiários. Pertencem a esse grupo homens e mulheres, que são, na sua maioria, negros, pobres e analfabetos ou semianalfabetos. O que os torna como a parcela da população que vive mais à margem da sociedade. Pensando na necessidade de melhorar a ressocialização deste grupo tão marginalizado e desassistido da oferta de educação, que tanto o Plano Nacional de Educação – PNE de 2001, quanto a Lei de Execução Penal de 1984, estabelecem a necessidade de se implantar programas educacionais em todas as unidades prisionais.

Vejamos a seguir um entendimento sobre interdisciplinaridade e de que forma pode-se alcançar o objetivo de reeducação e ressocialização de pessoas que agiram em desacordo com a lei durante seu convívio social e que necessitam assumir as consequências de atos por eles cometidos.

INTERDISCIPLINARIDADE

O tema em questão pode ser explicado, e defini-lo com duas palavras, a interdisciplinaridade pode se resumir em uma construção do conhecimento, mas se pode ir mais além e dizer que pode ser traduzida em uma tentativa do homem conhecer as relações entre mundo natural e a sociedade, criação humana e natureza, e em formas e maneiras de captura da totalidade social, incluindo a relação indivíduo/sociedade e a relação entre indivíduos. Consiste, portanto, em processos de interação entre conhecimento racional e conhecimento sensível, e de integração entre saberes tão diferentes, e, ao mesmo tempo, indissociáveis na produção de sentido da vida (PEREIRA, 2009)

Pois bem a interdisciplinaridade é essa junção do todo, por isso não é tão simples de defini-la mas nem por isso seja difícil de entende-la, A interdisciplinaridade, portanto, deve ser entendida não somente como um método integrador e sim como uma alternativa transformadora para os

paradigmas atuais do conhecimento; o diálogo entre as ciências, tecnologias e saberes populares, sendo então, um método produtor de novos conhecimentos. Deve ser entendida como uma estratégia capaz de reintegrar o conhecimento para apreender uma realidade complexa (LEFF, 2000).

Mas nem tudo são flores, é importante se atentar ao entendimento em que o Morin passa, quando atenta para que os defensores da interdisciplinaridade não desvalorizem as disciplinas, já que o que ela pressupõe é um diálogo entre os saberes sem que cada uma perca as suas especificidades. A integração e o diálogo ocorrem entre as subjetividades, ou seja, sobre os atores sociais envolvidos no processo e não sobre o objeto, sendo que o resultado final é a formação eclética do sujeito, fato este que se dá por meio de trocas intersubjetivas, resgatando assim, a unicidade do objeto do conhecimento, mas superando a fragmentação (MORIN, 2010).

A muitos benefícios com a interdisciplinaridade um deles é a troca de conhecimento, com as mudanças no aprendizado o ser humano na atualidade requer que tudo seja mais dinâmico e concentrado, aprender tudo ao mesmo tempo e na mesma hora.

As discussões e a troca de conhecimento de um grupo em que haja diferentes áreas de atuação e várias maneiras de pensar de pensar, acaba com que se forme uma resposta de um determinado assunto tornando isso uma transformação e a criação de um novo conhecimento.

Ao contrário do que se possa imaginar, a Interdisciplinaridade não é invenção do século XXI, tal conceito existe desde a antiguidade clássica, quando as ciências não eram fragmentadas em disciplinas. Desse modo, havia mais diálogos e ligações entre os diferentes saberes, o que facilitava o aprendizado. Tal método continuou até o século XIX, quando dá o surgimento das Universidades modernas, e então, as ciências passam a ser fragmentadas em disciplinas, de modo que cada uma dessas disciplinas passa a ser vista como uma matéria que deverá ser ensinada. Com o passar dos anos e, conseqüentemente, com o desenvolvimento do conhecimento e da própria ciência, passamos a conceber disciplina como sinônimo de ciência (D'AVILA, 2011).

A facilidade e a compreensão do assunto desejado se tornam, uma maneira nova para o entendimento de determinado assunto, como também uma forma para toma uma decisão mais concisa sobre algo.

Na prática é uma maneira de organizar e delimitar o conhecimento, representando um conjunto de estratégias organizacionais que são ordenadas para apresentação ao aluno com o apoio de um conjunto de procedimentos didáticos e metodológicos para seu ensino e avaliação da aprendizagem, trazendo consigo a fragmentação e a especialização que perde de vista a visão do todo (LEIS, 2001).

Tirando aqui a tolerância de cada classe ou de cada profissional a interdisciplinaridade sem dúvida é uma superação das barreiras disciplinares na qual advém da tolerância e o respeito sobre cada qual pois todo pode contribuir e se tem algo para oferecer.

Com o conhecimento agregado e repassado se fomenta ideias as quais o local em que abitamos necessita sejam satisfatórias e atendam com a necessidade de todos imobilizado e condicionado um pensamento a uma única maneira.

INTERDISCIPLINARIDADE FRENTE AO SISTEMA CARCERÁRIO

A educação abre novas fronteiras, e é uma forma de recomeço para um bom caminho para uma pessoa que tem a necessidade de recomeçar, é por isso que tão importante esse trabalho, e necessário dentro de nosso sistema prisional.

Acontece que prisão pode ser considerada como causa e consequência da pobreza, entretanto, tal afirmação não deve ser entendida como uma declaração de que os pobres sejam pessoas mais perigosas que as outras, mas sim, que elas são as mais excluídas da sociedade, e essa exclusão, se dá na escola, no trabalho, na família e nas demais relações sociais (MAEYER, 2006)

E nada mais justo organizar um local onde possa ser criado um novo indivíduo, pois é essa a ideia do sistema carcerário que é a reintegração do indivíduo para a sociedade, e encaminhá-lo frente a um mercado de trabalho.

Frente isso e nesse sentido em estudo realizado em prisões europeias, ao tratar de questões voltadas para a motivação dos presos para estudar, afirma que “A motivação por meio de recompensas (por exemplo, a redução da pena, a liberdade condicional e a remuneração simbólica) é, sem dúvida um caminho”. Caminho ao qual, que aqui no Brasil, pode ser concebido através do Projeto de Remição pela Leitura, que segue a Portaria Conjunta nº 276, de 20 de junho de 2012, do Departamento Penitenciário Nacional (RANGEL, 2007)

A educação na prisão deve visar a formação do ser humano, assim como a educação regular que é oferecida nas unidades de ensino públicos ou privados. No entanto, os programas educacionais que são desenvolvidos dentro das unidades prisionais, devem buscar metodologias que visam atender às necessidades e especificidades de cada preso, uma vez que na prisão é importante se trabalhar o coletivo de forma individual. Quando se fala em desenvolver atividades educacionais na prisão, é preciso pensar em algum fator que motive o detento a participar de tais atividades, caso contrário poucos irão se interessar pelas aulas (COIMBRA, 2015).

Em relação à metodologia adequada ao letramento literário, o professor deverá realizar atividades que desenvolvam a sensibilidade e a imaginação do leitor, envolvendo-o no texto, de forma criativa. Agindo assim, o professor irá além do que lhe oferecido em sala de aula, romperá fronteiras (PAIVA e MACIEL, 2007, p. 117) e formando verdadeiros leitores. Ao atuar desse modo, o docente propiciará melhores condições não somente para que os presos possam participar dos programas de leitura dentro dos presídios; mas, além disso, estará oferecendo também, meios para que os detentos passem a fazer uso da leitura quando estiverem em liberdade. Ou seja, uma leitura que lhes possibilitará uma vida melhor, que lhes permitirá uma reinserção na sociedade (COIMBRA, 2015)

Contudo, diante da realidade em que se encontram os presídios

brasileiros, é difícil de imaginar atividades de leitura sendo realizadas dentro das penitenciárias. Isso se dá por razões óbvias, como; superlotação, falta de espaços para a prática da leitura, como bibliotecas, falta de acervo, e não podemos esquecer que a grande maioria dos detentos são analfabetos. É nesse contexto e frente a necessidade exemplificada, que entra a interdisciplinaridade, possibilitando o reeducando o aprendizado.

CONCLUSÃO

Pensar em um ensino interdisciplinar dentro de uma unidade prisional, por meio do qual os detentos possam fazer uso para das práticas educacionais desenvolvidas na sua vida pós-reclusão; é pensar em rompimento de muitas barreiras. Barreiras que extrapolam os limites do individual e chegam ao coletivo. É pensar que o homem, enquanto o sujeito racional que não parece ser, pode fazer mais pelo bem comum.

Quando se fala em romper barreiras coletivas, entendemos que o preconceito da sociedade para com pessoas privadas de liberdade seja o principal óbice a ser superado. A sociedade, em geral, acredita que quem comete um crime deve ser punido de forma que não venha a cometer outros. E, para tal punição, usava (e ainda usa) de meios que priva o criminoso de liberdade e direitos básicos; como educação, saúde etc. Ações desse tipo não são benéficas para criminosos que passam por uma reeducação; pois qualquer leigo é capaz de deduzir que tais meios só ajudam a marginalizar ainda mais os já marginalizados.

Anuímos o que versa Damas (2009) onde diz que “o conhecimento não se passa, transmite, adquire, ensina, mas constrói-se e se constrói. Aprendemos do já aprendido. Conhecemos a partir do já conhecido”. É assim que o ensino na era da complexidade precisa ser realizado; na troca entre os saberes disciplinares que surgirá o saber interdisciplinar.

O saber não ocupa espaço e privar as pessoas do acesso à educação, por mais cruéis que sejam seus atos pré-cárcere, talvez estejamos agindo da

mesma maneira que essas pessoas agiram.

A preocupação com a Educação Penal, no que tange à gestão prisional, envolve uma amplitude e complexidade que vão além da responsabilidade do diretor, mas sim, requerem o envolvimento de todos os setores, devido a sua multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, reforçado ainda mais na figura do professor dentro das unidades, onde a educação será transmitida, talvez não assimilada pelo reeducando, mas de qualquer modo em algum momento de sua existência lembrará que teve contato com o conteúdo a ele passado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Lei nº 9.394/1996. Brasília: Imprensa Oficial, 1996.

Lei de Execução Penal. Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984. Brasília: Imprensa Oficial, 1984.

DAMAS, L. A. Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade: o jeito de educar na complexidade. São Paulo. 2009.

D'AVILA, Cristina. Interdisciplinaridade e mediação: desafios no planejamento e na prática pedagógica da educação superior. Conhecimento & Diversidade, Niterói, n. 6, p. 58-70 jul./dez. 2011.

LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILIPPI JR., A. Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. São Paulo: Signus, 2000.

LEIS, H. R, Para uma Reestruturação Interdisciplinar das Ciências Sociais. Ambiente & Sociedade, Ano IV, No. 8, 2001.

MORIN, E. - A Cabeça bem-feita. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MAEYER, Marc de. Na prisão existe a perspectiva de ensino ao longo da vida: Alfabetização e Cidadania. Revista de educação de jovens e adultos. Brasília, 2006.

Portal de notícias disponível

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-12/populacao-carceraria-do-brasil-sobe-de-622202-para-726712-pessoas> Acesso em 24/07/2019 às 16h30min.

PEREIRA. Isabel Brasil, 2009 Dicionário da Educação Profissional em Saúde, <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/int.html> Acesso em 17/07/2019 as 21h25min.

RIBEIRO, Dagoberto D. A Interdisciplinaridade e a Execução Penal: Um desajuste a ser tratado. Monografia de conclusão de Especialização da Universidade Federal do Paraná (UFPR). 2003.

ˆ RANGEL, Hugo. Estratégias sociais e educação prisional na Europa: visão de conjunto, 2007, p. 84.